

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**DETERMINANTES SISTÊMICOS NA CRIAÇÃO E NA DISSOLUÇÃO
DA IUGOSLÁVIA (1918-2002)**

Marília Bortoluzzi Severo

**Porto Alegre
2011**

Marília Bortoluzzi Severo

**DETERMINANTES SISTÊMICOS NA CRIAÇÃO E NA DISSOLUÇÃO DA
IUGOSLÁVIA (1918-2002):**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**Porto Alegre
2011**

DEDICATÓRIA

À minha família, o amor maior do mundo.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou minha dedicação exclusiva à elaboração deste estudo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por me fornecer a possibilidade de enriquecer meus conhecimentos em um ambiente acadêmico de excelente qualidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini, por ter despertado meu interesse pela Política Internacional e por ter acreditado em minha competência. O professor Paulo demonstrou que é possível um profissional brilhante ser, ao mesmo tempo, uma pessoa solidária, compreensiva e humilde. Essa dissertação é fruto de seu incentivo e seus ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik, pela amizade, incentivo e apoio em todas as vezes em que precisei contar com ele e, além disso, por ser modelo de pessoa e de profissional.

Aos professores do PPGPOL, Carlos Arturi e Gustavo Grohmann, pelo apoio e inspiração que me forneceram em suas aulas; e à professora Maria Izabel Noll, pela conversa valiosíssima ao final de 2009. Aos professores e amigos queridos, Silvia Feraboli e Diego Pautasso, pelo apoio e incentivo inestimáveis durante a nossa convivência em sala de aula.

Aos amigos e às Predestinadas, pelo carinho e torcida constantes e pela compreensão nos meus momentos de ausência. Em especial, agradeço à Letícia Arruda, pelos quase vinte anos de amizade e pelo apoio incondicional; à Clarissa Frizzo, pela amizade e companhia nas horas de estudo; à Elisa Mello, pelo apoio e serenidade em todas as horas; e às colegas Luiza Schneider e Nathaly Xavier, por compartilharmos a incrível experiência da pós-graduação, seja nas aulas, nos congressos, nos intervalos ou nas horas de estudo.

Aos meus pais, Maria Luiza Bortoluzzi e Luiz Carlos de Ávila Severo; aos meus avós, Florentino Bortoluzzi (in memoriam) e Elvira de Oliveira Bortoluzzi; à minha mãe de coração, Maria de Lourdes Bortoluzzi; à Tiffany; e aos meus padrinhos, Elmo (in memoriam) e Elsa Trindade. Agradeço a eles por todo o amor e a dedicação que sempre me dispensaram, por terem apostado e investido em mim durante todos esses anos, e por terem me ensinado as mais valiosas lições da vida: a humildade e a caridade.

À Deus, por tudo o que tenho e quem sou.

**"You have your facts. We have our facts.
You have a complete right to choose
between the two versions".**

**(Vocês têm os seus fatos. Nós temos os
nossos fatos. Você tem o completo direito
de escolher entre as duas versões).**

Simo Drljaca

RESUMO

O presente trabalho investiga a influência do sistema internacional e de seus principais componentes no processo de construção e desconstrução da República Federativa Socialista da Iugoslávia. A partir da consideração dos conceitos de Charles Tilly sobre guerra e dominação, busca-se trazer a política e as relações internacionais para o centro da discussão sobre a questão iugoslava, a qual é comumente tratada apenas na perspectiva étnica. Assim, os principais fatos da trajetória iugoslava são pincelados à luz das estratégias político-econômicas dos grandes poderes mundiais em relação ao território balcânico. Para isso, analisa-se a criação e a dissolução da Iugoslávia pela ótica da teoria dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein, para mostrar que a posição que este país ocupou no sistema mundial contemporâneo foi determinada pelos interesses estratégicos das grandes potências, que exerceram a dominação da região em termos políticos e econômicos. O propósito é mostrar que os principais pólos de poder do sistema-mundo da época incentivaram a criação do Estado iugoslavo em razão de interesses específicos, e instrumentalizaram o conflito étnico quando estes interesses já não mais existiam, com o fim da Guerra Fria e a queda do comunismo.

Palavras-chave: Iugoslávia, grandes potências, teoria dos sistemas-mundo, interesses político-econômicos, guerra, pós-Guerra Fria.

ABSTRACT

This study investigates the influence of the international system and its major components in the construction and dissolution of the Socialist Federal Republic of Yugoslavia. Considering Charles Tilly's concepts on war and domination, we try to bring politics and international relations to the center of the discussion on Yugoslavia, which is often treated solely from the ethnicity perspective. Thus, the main facts of Yugoslav history are brushed in light of the political-economic strategies of the great powers over the Balkans. We analyze the creation and dissolution of Yugoslavia from the perspective of Immanuel Wallerstein's world-systems theory, in order to show that the position occupied by this country in the contemporary world system was determined by strategic interests of great powers which have dominated the region politically and economically. The purpose is to show that the major powers encouraged the establishment of the Yugoslav state due to their interests, and when these interests no longer existed, they instrumentalized the ethnic conflict in the end of the Cold War and the fall of communism.

Key-words: Yugoslavia, great powers, world-systems theory, political and economic interests, war, post-Cold War.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, 1918..... | 182 |
| Figura 2. Ocupação estrangeira da Iugoslávia durante a Segunda Guerra Mundial, 1941..... | 182 |
| Figura 3. República Federativa Socialista da Iugoslávia, 1945-1991..... | 183 |
| Figura 4. O mosaico étnico da Iugoslávia..... | 183 |
| Figura 5. Taxas de inflação anual na Iugoslávia, 1979-1991..... | 184 |
| Figura 6. Crescimento do PIB na Iugoslávia, 1979-1991..... | 184 |
| Figura 7. Indicadores de produção iugoslavas, 1979-1983..... | 185 |
| Figura 8. Taxa de desemprego iugoslava, 1979-1988..... | 185 |
| Figura 9. Composição etno-nacional da Bósnia-Herzegovina, 1991..... | 186 |
| Figura 10. Bósnia-Herzegovina pelo Tratado de Lisboa, 1992..... | 186 |
| Figura 11. Bósnia-Herzegovina pelo Plano Vance-Owen, 1993..... | 187 |
| Figura 12. Bósnia-Herzegovina pelo Plano Owen-Stoltenberg, 1993..... | 187 |
| Figura 13. Bósnia-Herzegovina pelo Plano do Grupo de Contato, 1994..... | 188 |
| Figura 14. Bósnia-Herzegovina pelo Acordo de Dayton, 1995..... | 188 |
| Figura 15. As ex-repúblicas iugoslavas hoje..... | 189 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Eleições para a Assembléia Constituinte iugoslava, em 28 de novembro de 1920..... | 190 |
| Tabela 2. Composição etno-nacional da Iugoslávia, 1961-1991..... | 190 |
| Tabela 3. Índice de Fragilidade Estatal, 2008, pela Polity IV..... | 191 |
| Tabela 4. Graus de Democracia..... | 191 |
| Tabela 5. IDH e GINI..... | 192 |
| Tabela 6. Estatísticas Militares..... | 192 |
| Tabela 7. Informações gerais..... | 193 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVNOJ - Conselho Anti-Fascista de Libertação Nacional da Iugoslávia..

CPY – Partido Comunista da Iugoslávia.

CS – Conselho de Segurança da ONU.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FRY - República Federativa da Iugoslávia.

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

HDZ - União Democrática Croata.

HV - Exército Croata.

ICTY - Tribunal Penal Internacional para a Iugoslávia.

IMRO - Organização Interna Revolucionária Macedônia.

JNA – Exército do Povo Iugoslavo.

LDK – Liga Democrática do Kosovo.

KLA – Exército de Libertação do Kosovo.

KoV – Força Terrestre do Exército Iugoslavo.

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

SDA - Partido da Ação Democrática Muçulmana.

SDS - Partido Democrata Sérvio.

SFRY - República Federativa Socialista da Iugoslávia.

SPO - Partido do Movimento de Renovação Sérvia.

SPS - Partido Socialista Sérvio.

UNPA – Áreas Protegidas pela ONU.

UNPROFOR - Força de Proteção da ONU.

VJ – Exército da FRY (antigo JNA).

ZNG - Guarda Nacional croata.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO FEDERATIVO SOCIALISTA DA IUGOSLÁVIA: GUERRA E DOMINAÇÃO NA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS BÁLCÃS..... | 34 |
| 1.1 Bizantinos, Turcos Otomanos e Austro-Húngaros..... | 34 |
| 1.2 As Guerras Balcânicas, as Guerras Mundiais e a construção do Estado iugoslavo..... | 52 |
| 1.3 O período Tito e a Guerra Fria..... | 70 |
| 2. INTERESSES ESTRATÉGICOS DAS GRANDES POTÊNCIAS E OS BÁLCÃS NO PÓS-GUERRA FRIA..... | 79 |
| 2.1 A crise interna iugoslava a partir do final da década de 1970..... | 79 |
| 2.2 O sistema mundial do período pós-Guerra Fria: espaço para um país socialista no coração da Europa?..... | 97 |
| 3. A DESINTEGRAÇÃO EM PERSPECTIVA..... | 116 |
| 3.1 Fase 1: Eslovênia, Croácia e Macedônia..... | 116 |
| 3.2 Fase 2: Bósnia-Herzegovina..... | 135 |
| 3.3 Fase 3: Kosovo..... | 151 |
| CONCLUSÃO..... | 159 |
| APÊNDICE..... | 163 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 169 |
| ANEXOS..... | 182 |

INTRODUÇÃO

A dissolução da República Federativa Socialista da Iugoslávia pode ser enquadrada como o maior desafio político tanto à Europa que consolidava sua união no início dos anos 1990, como ao sistema internacional em transição naquele momento. No continente europeu, enquanto a maioria dos países europeus optava pelos caminhos da integração, como forma de manter a balança de poder reconstruída no pós-Segunda Guerra Mundial, a região dos Balcãs seguia pelo caminho oposto, o que viria a culminar em um conflito de grandes proporções. Após a morte do seu principal líder político, a Iugoslávia viu-se rodeada por lutas nacionalistas, além de instabilidade política, decadência econômica e conflitos sociais.

O sistema internacional também enfrentava um período de instabilidade: a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, com a dissolução da URSS, selavam a emergência de uma nova ordem mundial. Nesse impreciso cenário das relações internacionais, as repúblicas iugoslavas da Eslovênia, Croácia e Macedônia¹ declararam sua independência em 1991, pelo que foram seguidas pela Bósnia-Herzegovina no ano seguinte. A Alemanha não demorou em reconhecer os novos Estados, encabeçando um movimento pró-separatismo, ao mesmo tempo em que se acirrou a discussão europeia sobre como agir em relação à desintegração da Iugoslávia, então formada apenas por Sérvia e Montenegro. Posteriormente, foi a região autônoma de Kosovo que se tornou palco de conflitos, chegando a ser incluída como protetorado internacional.

Conforme o senso comum, dez anos de conflitos bárbaros, genocídio, limpeza étnica, incertezas políticas e instabilidade. Um dirigente preso e levado a julgamento pelo *ad hoc* Tribunal Penal Internacional para a Iugoslávia (ICTY), alguns milhares de refugiados e muitos outros milhares de mortos. E muitas perguntas sem resposta. Como explicar a dissolução iugoslava? Por que o colapso da região que, na maior parte de sua existência, conviveu em relativa tranquilidade? Qual a participação da comunidade internacional no conflito?

¹ Em que pese toda a discussão a respeito da nomenclatura do Estado macedônio, optou-se por citar a República Federal Iugoslava da Macedônia como, apenas, Macedônia. Não confundir com a região grega pela qual a Grécia reivindicou a nomenclatura.

Diante dessas indagações, de início, é preciso delimitar geograficamente ao que se refere o termo “Balcãs”. De origem turca, o termo significa “montanha”, e abrange a maior península europeia, sendo delimitada pelos mares Adriático, Jônico, Egeu e Negro, a oeste, sul, e leste, respectivamente. Quanto aos limites ao norte, não há acordo na literatura especializada sobre sua abrangência; no entanto, considerando-se a extensão das montanhas dos Cárpatos (que atravessam a Romênia e a Eslováquia), é possível traçar uma linha imaginária tendo-as como limite. Desse modo, pode-se dizer que a região balcânica compreende, contemporaneamente, os seguintes países: Eslováquia, Romênia, Hungria, Bulgária, Grécia, Macedônia, Albânia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Montenegro, Eslovênia, mais o sudeste da Áustria e a península norte da Turquia. Porém, para os fins deste estudo, a expressão Balcãs será utilizada com enfoque na parte noroeste do território, onde se desenvolveu o Estado da Iugoslávia.

Pouco se conhece sobre a região balcânica como um todo na literatura brasileira, e menos ainda sobre o seu noroeste, em razão da escassa pesquisa científica realizada sobre o problema no Brasil. A maior parte das obras resume os Balcãs como um “barril de pólvora” *ab initio*, do qual se ouviu falar apenas a partir da Primeira Guerra Mundial. Esquece-se, com isso, de considerar que a região possui uma história peculiar, que remonta à ocupação turca do território balcânico, e que merece ser estudada. O propósito deste estudo, então, é simples: contrapor-se ao argumento de que a desintegração da Iugoslávia foi motivada por fatores étnicos e rivalidades históricas.

A questão, assim, precisa ser desmistificada. É difícil compreender como uma guerra de tal proporção se alastrou em um Estado que viveu quase cinquenta anos de forma pacífica (GNESOTTO, 1996), ainda que em um frágil equilíbrio estatal. E também não é possível racionalizar o colapso iugoslavo somente em termos de estrutura interna, como se o sistema internacional simplesmente não fizesse qualquer diferença neste caso. Para além disso, a atual conjuntura das Relações Internacionais não permite aceitar que um conflito de tamanha proporção como o iugoslavo tenha suas causas meramente explicadas por questões de disputas étnicas.

Em razão dessas colocações, propõe-se uma investigação mais profunda e sob uma perspectiva mais abrangente: a partir de quando e até onde há responsabilidade das etnias e dos grupos nacionalistas na conflagração do conflito? Quais eram as relações desses grupos com a comunidade internacional e os principais protagonistas mundiais da época? Ou melhor, quem compartilhou com os grupos étnicos e nacionalistas a responsabilidade pelo colapso iugoslavo, em razão dos seus interesses em que isso ocorresse? Qual o papel, então, do sistema internacional na criação, manutenção e fragmentação do Estado iugoslavo?

Assumindo a premissa da influência da economia mundial como diretriz das decisões políticas, a presente dissertação tem por escopo tratar dessas indagações. Para isso, apresenta-se, como hipótese central, a influência do sistema mundial e de seus protagonistas na criação e dissolução do Estado da Iugoslávia, destruído pelos diversos conflitos do período 1991-1999. O enfoque é, primeiramente, histórico, em razão da necessidade de avaliar a trajetória percorrida pela região balcânica, em conexão à conjuntura internacional; e em segundo lugar, econômico, dada a premência de verificar as evidências dos interesses estratégicos dos países dominantes.

Com esse foco, a presente dissertação pretende pincelar os principais fatos dessa trajetória à luz das aspirações político-econômicas das grandes potências. Assim, a economia, aqui, é um método de análise, uma forma de ver o mundo através de uma abordagem racional e maximizadora de resultados. Nesse sentido, a fim de apresentar os interesses políticos envolvidos no conflito, parte-se da averiguação da posição que a Iugoslávia, e a região balcânica como um todo, ocupavam no cenário do sistema mundial moderno, o palco propulsor da desintegração.

Dessa forma, o tema é tratado a partir das relações entre os principais centros políticos do cenário internacional e o Estado semiperiférico² formado

² Estados semiperiféricos seriam aqueles que não podem ser qualificados como modernizados, pois ainda não completaram o caminho da modernização, mas também não seriam simplesmente atrasados, pois fariam esforços de desenvolvimento. Esses Estados reforçariam a legitimidade e a estabilidade do sistema mundial desigual e polarizador, encontrado no pós-Guerra Fria (ARRIGHI, 1997). Daí a importância de sua existência. Arrighi (1997) inclui a Iugoslávia na semiperiferia.

pelos povos eslavos do sul (ARRIGHI, 1997). A tentativa é de verificar a validade da recorrente explicação de que a questão balcânica se resume a um conflito de natureza étnica. Trabalha-se, em realidade, com o argumento central de que a “etnização” foi instrumentalizada com finalidades geopolíticas e diplomáticas pelos principais pólos de poder do sistema internacional.

Para que as perguntas deste estudo possam ser respondidas, a análise da questão balcânica sob a ótica da posição que a própria Iugoslávia ocupava no sistema econômico mundial se faz imprescindível. Com efeito, é necessário investigar a ligação do Estado iugoslavo à estrutura capitalista contemporânea, dominada pelos EUA, para elencar os fatores influentes desse sistema na fragmentação (VIZENTINI, 1999a). Ao mesmo tempo, é essencial entender as relações de trocas desiguais entre os Estados capitalistas desenvolvidos e a Iugoslávia, para estabelecer os interesses dos principais pólos de poder mundiais na dissolução. Assim, através de uma análise dialógica, pode-se chegar a uma conclusão aceitável sobre a expressão externa do conflito, contribuindo-se para que este possa ser compreendido em seu aspecto internacional.

Ressalte-se que, apesar de a discussão centrar-se na influência do sistema mundial na criação e desintegração da Iugoslávia e no papel das principais potências em relação ao caso, este trabalho não delimita, categoricamente, quais países compõem esses protagonistas. A razão disso, basicamente, refere-se a questões de método e de conjuntura: não há, neste caso, meios eficientes e suficientes para quantificar e classificar que países podem ser tidos como poderosos e quais não podem ser assim chamados. Metodologicamente, sequer seria produtivo analisar, país por país, a influência de cada um na desintegração.

Desse modo, a presente dissertação assume por “países poderosos”, “grandes poderes mundiais”, ou “pólos de poder” aqueles Estados que, de alguma forma, tiveram um papel relevante³ para impulsionar a criação do país

³ O que se quer dizer com isso é que a presente dissertação não busca apontar culpados para a dissolução iugoslava, *ipsis literis*. A pretensão aqui é apenas trazer a política e as relações internacionais para o centro da discussão sobre a Iugoslávia, a qual é tratada, em geral, como um conflito étnico. O propósito, que fique bem claro, é analisar o papel do sistema mundial (e daí de seus componentes envolvidos) na fragmentação iugoslava.

no pós-Primeira Guerra ou para apoiar a dissolução, seja através da fomentação de rivalidades étnicas, pressões diplomáticas para o reconhecimento dos separatistas, etc. Com isso, é natural que países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e União Soviética sejam os nomes mais citados neste trabalho, em razão de suas atuações no caso iugoslavo, sejam elas políticas, diplomáticas ou econômicas. Mas também muitos outros são tratados com igual importância, como Áustria, Bulgária, Grécia e Itália, por exemplo, visto que possuem ligações geopolíticas fortes com a região balcânica.

O presente trabalho procede, assim, à caracterização do papel desses atores na questão iugoslava para que, sobretudo, disso se possa extrair a contribuição de uma variável de política internacional na dissolução iugoslava. Por este motivo, são analisados fatores históricos da evolução política, econômica e étnica do país, bem como sua interdependência em relação aos protagonistas mundiais. Evidentemente, é examinada a interação entre a Iugoslávia e os poderes hegemônicos da época, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por fim, como apêndice, elabora-se um diagnóstico do resultado da desintegração, isto é, a situação contemporânea das seis ex-repúblicas iugoslavas.

Para responder à pergunta sobre a quem interessava o colapso da Iugoslávia, este trabalho utiliza o método dialético. O estudo tem embasamento, em especial, em uma das quatro leis deste método, a interpenetração dos contrários (LAKATOS & MARCONI, 2005). O propósito é mostrar que as contradições referentes às posições políticas dos grandes poderes mundiais derivam das relações de interdependência de um país semiperiférico como a Iugoslávia, e os poderes hegemônicos do sistema mundial da época (os Estados Unidos e a posteriormente desintegrada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

Nesse sentido, é necessário esclarecer, desde já, os conceitos e teorias mais importantes que permeiam este estudo. Em primeiro lugar, insere-se a teoria dos sistemas-mundo de Wallerstein (1990) como matriz teórica do trabalho, a fim de que, através da análise das relações assimétricas e antagônicas entre os protagonistas do sistema mundial, alcance-se uma

percepção política da questão iugoslava, e que complemente a tradicional explicação etno-nacionalista da desintegração iugoslava. Para isso, a análise da posição da Iugoslávia na economia mundial capitalista é essencial para a compreensão do envolvimento de Estados poderosos no desenrolar do colapso. A variável independente deste trabalho é, portanto, o sistema mundial e seus componentes estatais mais poderosos.

A tradição marxista para o estudo das relações internacionais considera que os Estados são orientados pelos interesses das classes governantes, burguesas, pelo que a luta entre os Estados deveria ser avaliada no contexto econômico da competição entre as classes capitalistas dominantes. Sendo que os Estados atuam em um ambiente internacional, torna-se necessário identificá-lo para compreender as relações e os conflitos entre estes atores. A melhor explicação para esse ambiente, que interliga economia e política, é a abordagem teórica de Wallerstein, que desenvolveu o conceito de sistema-mundo. Segundo o autor, os sistemas-mundo são áreas unificadas, caracterizadas por estruturas políticas e econômicas individuais e dependentes uma da outra. Ainda, historicamente, existiram dois tipos de sistema-mundo: os impérios mundiais e as economias-mundo.

Os impérios mundiais concentraram o controle político e econômico em um centro unificado, como o Império Romano. Já as economias-mundo⁴ seriam ligadas economicamente a uma divisão internacional do trabalho, mas com autoridade política descentralizada em um sistema estatal. A economia mundial moderna é composta pelo modo de produção capitalista, o qual foi desenvolvido na Europa ao longo do século XVI, por volta do período 1450-1640 (OSTERHAMMEL & PETERSSON, 2009). Baseava-se em uma divisão internacional do trabalho que passou por um processo de especialização, do que resultou a hierarquia de áreas centrais, periféricas e semiperiféricas. Tal estrutura não é estática, podendo qualquer área do sistema mudar de posição;

⁴ O significado exato que autor confere ao termo economias-mundo é o seguinte: "(...) o conceito de "economia-mundo" pressupõe que existe uma "economia" onde (e se, mas apenas se) há uma divisão ampla e relativamente completa em curso social do trabalho com um conjunto integrado de processos de produção que se relacionam entre si através de um 'mercado' que foi 'instituído' ou 'criado' de alguma forma complexa" (WALLERSTEIN, 1991: 13).

no entanto, a estrutura fundamental do sistema capitalista é perene: há sempre uma hierarquia do centro em relação à semiperiferia e à periferia, em razão do mecanismo de trocas desiguais.

A troca desigual é a principal característica das relações no sistema capitalista, consubstanciando-se na apropriação do excedente de toda a economia mundial pelas áreas centrais. Funciona da seguinte forma: há um deslocamento de mercadorias através das regiões de forma que a região que possui o artigo menos escasso vende seus bens para uma outra região a um preço que incorpora mais custo; com isso, parte do lucro produzido numa área transfere-se para outra (WALLERSTEIN, 2001). O relacionamento entre centro-periferia segue essa lógica. As áreas centrais desenvolvem atividades econômicas avançadas e complexas, controladas por uma burguesia local. Já as áreas semiperiféricas constituem uma camada intermediária entre as áreas centrais e os países periféricos. Estes, por sua vez, formam a base da hierarquia, concentrando sua economia na produção de artigos primários, e possuem uma pequena atividade industrial.

Wallerstein trata o sistema capitalista como um sistema social histórico, no qual “o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão” (2001: 13), desenvolvendo-se, com isso, o impulso capitalista de tudo mercantilizar, desde relações econômicas e financeiras até políticas, sociais e culturais. Desse modo, “a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação” (WALLERSTEIN, 2001: 17), e acaba por atingir todas as áreas da vida, já que a separação entre o espaço da economia e o espaço da política é apenas aparente. Assim, conforme o autor:

A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil (...). Assim, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário (...). (...) aparentemente, os preços reais sempre foram negociados em um mercado mundial, com base em forças econômicas impessoais. O aparato de forças, enorme mas

dissimulado, esporadicamente usado de maneira aberta em guerras e na colonização, não teve que ser evocado em cada transação separada para garantir que a troca fosse desigual. A força só foi acionada quando determinado nível de troca desigual foi questionado de modo significativo. (WALLERSTEIN, 2001: 30-31).

O trecho acima relata a dinâmica do sistema social histórico capitalista e o desenvolvimento de sua estrutura de produção e acumulação. Essa superestrutura, que teve início na Europa, avançou regularmente pelo globo terrestre, em um ciclo alternado de expansões e contrações, em busca de força de trabalho de baixo custo (OSTERHÄMMEL & PETERSSON, 2009). Ora, “a expansão geográfica do sistema serviu para contrabalançar a queda nos lucros (provocada pelo aumento da proletarização) através da incorporação de novas forças de trabalho destinadas a ser semiproletarizadas” (WALLERSTEIN, 2001: 37). Foi justamente desse modo que a criação do capitalismo como sistema histórico fez reverter uma tendência que se mostrava na crise da Europa feudal, na direção da construção de um sistema de agricultores de pequena escala, o que prejudicaria os estratos superiores da economia européia.

Desde então, o sistema capitalista configura a face econômica da moeda-mundo, na qual a outra face é o sistema interestatal político no qual os Estados estão inseridos e situados em uma hierarquia de poder. Nesse sentido, as regras deste sistema, como lembra Wallerstein, “dependeram da disposição e capacidade dos Estados mais fortes de impô-las, primeiro aos Estados mais fracos e depois uns aos outros” (2001: 50). Tal concentração de poder na mão de uns poucos Estados poderosos não significa, porém, a transformação da economia-mundo interestatal em um império-mundo, visto que isso não representa os interesses da classe acumuladora de capital. Dessa maneira, os Estados poderosos procuram manter a balança de poder no sistema mundial através de alianças, de forma que um único Estado não possa conquistar todos os demais.

Nesse contexto, a criação de um poder hegemônico normalmente é precedida por um conflito militar de grandes proporções, no qual o vencedor torna-se o hegemona a derrotar o perdedor que pretendia alterar a lógica do

sistema, isto é, transformar a economia-mundo em um império-mundo⁵. A vitória militar, contudo, tem essência econômica, pois se fundamenta no fato de os detentores de capital do poder hegemônico serem mais eficientes economicamente, a fim de sustentar o conflito e superar os acumuladores de capital do Estado adversário. É por essa dinâmica que se vê a passagem da “luta de classes” de Karl Marx para o “conflito entre Estados”, que dá origem à tradição marxista de compreensão das Relações Internacionais.

Com isso, o termo “hegemonia” adotado neste estudo é o de Arrighi, para quem o conceito de “hegemonia mundial” “refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”⁶ (ARRIGHI, 1996: 27). Parte-se deste conceito, por exemplo, para estabelecer a conexão entre as superpotências mundiais e a frágil criação do Estado da Iugoslávia, durante as Guerras Mundiais, e para analisar a sustentação econômica do mesmo durante a Guerra Fria. E também para identificar o papel das principais peças do jogo capitalista na reacomodação do sistema mundial no período pós-Guerra Fria e pós-queda do socialismo. A própria intervenção da OTAN na região, nesse sentido, foi notadamente imperialista⁷, na medida em que pode ser explicada pelos interesses estratégicos de dominação hegemônica dos Estados Unidos. Em razão desses padrões de interferência hegemônica, vale lembrar o argumento de Wallerstein a respeito da soberania estatal:

⁵ É assim que Wallerstein (2001) explica o advento da hegemonia da Grã-Bretanha, no século XIX, resultado das Guerras Napoleônicas (1792-1815), com a derrota da França, e dos Estados Unidos, após as Guerras Mundiais (1914-1945), com a derrota da Alemanha.

⁶ O autor continua: “Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. Esse poder é algo maior e diferente da 'dominação' pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da 'liderança intelectual e moral’” (ARRIGHI, 1996: 27-28).

⁷ Conforme Vizentini (2003), o caráter econômico do conceito de imperialismo foi definido por Hobson, em 1902, tendo sido posteriormente trabalhado por Lênin, para quem “o imperialismo caracterizava-se por uma concentração da produção e dos capitais (...), pela associação dos grandes monopólios econômicos, que repartiram o mundo, e, finalmente, pela conquista e divisão dos territórios periféricos pelas grandes potências, criando imensos impérios coloniais” (VIZENTINI, 2003: 18).

O Estado moderno nunca foi uma entidade política autônoma. Os Estados se desenvolveram e foram formados como partes de um sistema interestatal, ao qual correspondia um conjunto de regras dentro das quais os Estados tinham de operar e um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobreviver. Para qualquer Estado específico, o sistema interestatal representou restrições ao seu arbítrio. (...) Todas essas restrições se desdobram em um sentido contrário ao da ideologia oficial de soberania. Soberania nunca quis dizer autonomia total. Pretendia indicar apenas que existiam limites à interferência legítima de um aparato estatal nas operações de outro. (WALLERSTEIN, 2001: 49-50).

A fragmentação iugoslava é comumente tratada mais como uma rivalidade de etnias do que como um conflito político com causas internas e externas. Ora, no mundo contemporâneo, é sabido que uma ação qualquer é capaz de gerar conseqüências dissemináveis internacionalmente (RAMONET, 1998)⁸. Ainda mais em se tratando de uma região historicamente oprimida pela dominação estrangeira, como foi a península balcânica – cabo de força entre turcos otomanos e austro-húngaros. De que forma, então, estudar a história e o colapso da Iugoslávia apenas por meio do enfoque de questões internas - nacionalismos, limpeza étnica e o autoritarismo de líderes políticos - sem analisar os múltiplos padrões que interferiram em seu desenvolvimento?

Para proceder a tal análise, é preciso estabelecer também o que significa o termo Estado. Para os propósitos desta pesquisa, o conceito de Estado a ser adotado é o weberiano, pelo qual o Estado seria uma organização política compulsória que controla uma área territorial onde a burocracia detém, de maneira bem-sucedida, o monopólio do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem (WEBER, 1991). Nesse sentido, ainda, o Estado seria uma organização, de diferentes estruturas, que aplica a coerção de forma distinta de famílias e de grupos de parentesco, e que em alguns aspectos exerce prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro do seu território, com desenvolvimento paralelo ao das cidades (TILLY, 1996). Dentre

⁸ Sobre o fenômeno da mundialização, Ramonet explica: “Neste final de século, todos os Estados estão envolvidos no grande movimento da mundialização que torna as economias dependentes umas das outras. Os mercados financeiros tecem uma teia invisível que religa os países e, ao mesmo tempo, amarra e aprisiona os governos. Na prática, deixou de ser possível o isolamento de um Estado do resto do planeta” (RAMONET, 1998: 8-9).

as possíveis formas que o Estado pode adotar, os Estados Nacionais surgiram como a forma mais estável e bem-sucedida dentro do continente europeu. Assim caracterizado o Estado, é possível definir o termo Estado Nacional como as organizações que governam regiões e cidades por meio de estruturas centralizadas e autônomas, coordenando capacidades militares, extrativas, administrativas, distributivas e produtivas (TILLY, 1996: 69). Essa abordagem será utilizada no decorrer desta dissertação.

Não obstante, é imprescindível não confundir o conceito de Estado Nacional com o de estado-nação, como Tilly orienta: “o termo 'estado nacional' não significa necessariamente estado-nação, um estado cujo povo compartilha uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica. (...) pouquíssimos estados nacionais da Europa se qualificaram algum dia como estado-nação” (1996: 47). Assim, por exemplo, a Alemanha não é um estado-nação, já que sua população não é homogênea em termos de identidades comunitárias, apesar de constituir um forte Estado Nacional. A Iugoslávia, da mesma forma, não foi um estado-nação, e ainda sequer conseguiu sustentar um Estado Nacional provedor de segurança e bem-estar coletivo por muito tempo.

Seguindo esse raciocínio, é preciso especificar os conceitos de nação e nacionalismo utilizados neste trabalho. Para “nação”, a perspectiva a ser considerada é a de Verdery, para quem “a nação, portanto, é um aspecto da ordem política e simbólico-ideológica, bem como do mundo da interação e do afeto sociais” (2000: 239). A nação, dessa forma, “dá nome a relação entre os Estados e seus súditos e entre um Estado e os demais; é um constructo ideológico essencial para conferir posições ao sujeito no Estado moderno, assim como na ordem internacional” (VERDERY, 2000: 240). Sendo a nação vista como aparato ideológico, o nacionalismo “é a utilização do símbolo nação pelo discurso e a atividade política, bem como o sentimento que leva as pessoas a reagirem ao uso desse símbolo” (VERDERY, 2000: 240). Dito de outro modo, o nacionalismo é uma forma de expressão de certas idéias que fornecem um quadro específico para a vida política (ANDERSON, 2000).

Para que o argumento faça sentido, é essencial esclarecer o conceito de etnia deste estudo: “etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território”

(BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2000: 449)⁹. A Iugoslávia, durante o seu curto período de vida, abrigou em seu território alguns movimentos nacionalistas, como o sérvio, o croata e o macedônio, juntamente com os mais diversos grupos étnicos, como bósnio-muçulmanos, húngaros, albaneses e turcos, entre outros. Para o funcionamento do Estado multiétnico e em ordem de conter os afãs nacionalistas mais exagerados, foi desenhado um modelo de federalismo baseado em seis repúblicas, cada uma contendo uma gama variada de maiorias e minorias étnicas, todas envolvidas na dinâmica autogestionária de governo socialista.

Ao final da década de 1970, o Estado da Iugoslávia foi perdendo a sua legitimidade perante a sociedade, na medida em que não conseguia responder às demandas da população, basicamente em termos de políticas públicas, e a escassez de bens de consumo e a pobreza só faziam aumentar as desigualdades entre as repúblicas. As disparidades inter-regionais eram imensas: patriarcalismo autoritário nas áreas mais pobres versus complexos capitalistas nas áreas mais ricas – o lucro era todo voltado ao desenvolvimento de atividades turísticas nessas regiões, o que aumentava a desigualdade em relação às regiões empobrecidas. Com isso, as identidades comunitárias, como as etnias, fortaleceram-se, já que constituíam a forma de mobilização política que conseguia atender aos problemas de bem-estar do cotidiano. Com o enfraquecimento do Estado, acabava por enfraquecer também a identidade nacional iugoslava, fragilmente criada no período das Guerras Mundiais. Nessa lógica, Bobbio, Matteucci e Pasquino refletem:

Na realidade, a experiência histórica demonstra que é o Estado que cria a nação. Com efeito, os comportamentos étnicos definem grupos que se formam e se mantêm sem a intervenção do poder político. Por conseguinte, a extensão de uma Etnia é totalmente independente da dimensão territorial do Estado e as suas características não derivam da forma da organização política deste. Estas considerações permitem, pois, distinguir a Etnia da nação, que, entendida como “ideologia do Estado burocrático e centralizado”, precisa, ao contrário da Etnia, de um Estado para se manter. (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2000: 450).

⁹ Segundo estes autores, ainda, a raça não seria um critério fundamental para a definição de “etnia” (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2000).

Não havendo identificação entre o Estado e a identidade nacional iugoslavos, a manipulação das identidades comunitárias por países poderosos tornou-se mais fácil. Através de incentivos políticos e da dinâmica das relações econômicas entre a Iugoslávia e o ocidente, a identidade nacional iugoslava foi sendo substituída por uma luta pelo poder entre as identidades étnicas. Ademais, a capacidade estatal iugoslava foi solapada pelo cenário internacional do final da década de 1970 e início dos anos 1980, onde os países do leste europeu sofreram fortes revezes econômicos e foram obrigados a iniciar uma rápida abertura ao capitalismo ocidental. Some-se a isso a intervenção econômica no país de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, em decorrência de suas dívidas exorbitantes; mais a decadência da política socialista e a ascensão da agenda neoliberal, com o encolhimento do papel do Estado; e tem-se a receita para a crise que se instaurou na região balcânica. O colapso iugoslavo, com isso, não foi nada mais do que resultado da conjuntura internacional daquele momento e da ação estratégica de grandes poderes mundiais. É por isso mesmo que Wallerstein fala que:

Os movimentos nacionalistas centravam sua atenção nos conflitos entre os numerosos “povos oprimidos” (definidos em termos lingüísticos e/ou por características religiosas) e os “povos dominantes” de uma dada jurisdição política (...). Era natural que esses movimentos surgissem primeiro naquelas regiões semiperiféricas da economia-mundo, como o Império Austro-Húngaro, onde era óbvia a participação desigual dos grupos étnicos -nacionais na hierarquia de distribuição da força de trabalho. (2001: 60).

Com efeito, de acordo com Wallerstein (2001: 54-55), “o processo de formação de grupos étnicos vincula-se integralmente com aquele da formação da força de trabalho em determinados Estados”, resultando disso que “o conflito entre acumuladores de capital e segmentos mais oprimidos da força de trabalho ganhou a forma de lutas linguístico-raciais-culturais, pois estas características mantiveram alta correlação com a pertinência a uma classe”¹⁰. É

¹⁰ Em outras palavras, “a expansão da industrialização pelo continente (europeu), como foi visto, propiciou o desenvolvimento do nacionalismo. Na Europa central ele possuía um caráter integrador, visando a reunir os povos alemães e italianos em Estados Nacionais

assim que o autor vê o desenvolvimento de uma etnização da força de trabalho mundial, necessária para o funcionamento da economia capitalista, em razão do baixo custo de mão de obra. Esse processo, no entanto, gera perigosas lutas dentro dos estratos étnicos, como o próprio autor alerta: “Essas lutas tendem a se acirrar sempre que se registra uma contração cíclica na economia-mundo (...). Frequentemente degeneram em conflitos violentos, desde distúrbios menores até genocídios indiscriminados” (WALLERSTEIN, 2001: 104)

Compreender a fragmentação iugoslava com base apenas em disputas étnicas e nacionalistas é simplificar uma equação que é, por natureza, complexa. Com efeito, ao resumir a questão a diferenças culturais e rivalidades étnicas eternas entre sérvios, croatas e afins, acaba-se por despolitizar o conflito e perde-se a parte mais rica e importante da explicação. Ora, o colapso iugoslavo não pode ser entendido apenas em relação aos grupos étnicos e nacionalistas que compõem a região balcânica, já que esses somente serviram de instrumento de mobilização, pelo que ganharam destaque como fator causal dos conflitos. Nesse sentido, o colapso iugoslavo é, em realidade, muito mais um conflito político, de luta pelo poder, do que um conflito étnico per se¹¹.

Seguindo esse raciocínio, o presente estudo busca uma abordagem alternativa às visões majoritárias sobre a natureza da desintegração iugoslava, as quais tomam por base argumentos nacionalistas e étnicos. Tais interpretações, com base em diferenças culturais, são simplistas, na medida em que deixam de considerar aspectos políticos relevantes como parte da explicação, e não analisam a interferência do sistema internacional na

relativamente homogêneos, ao passo que na Europa Oriental caracterizava-se pelas tendências centrífugas e desintegradoras, pois era sustentado pelas minorias étnicas (principalmente eslavas) em busca de independência dentro dos impérios multinacionais turco, austro-húngaro e russo” (VIZENTINI, 2003: 13).

¹¹ Nesse ponto, é necessário fazer uma pausa. Não se está aqui a negar as causas étnicas que permearam o desenvolvimento da desintegração: foi justamente o fator etno-nacional o fio propulsor da execução do colapso iugoslavo. As etnias, nesse sentido, são mais instrumentos de mobilização política, movidos por pequenos grupos com objetivos políticos e econômicos específicos, do que as causadoras diretas do conflito. O que se busca, então, é uma abordagem alternativa sobre o tema; o entendimento da face externa do colapso pode não ser suficiente para explicá-lo, mas é fundamental para entender a sua ocorrência.

constituição do conflito. Desse modo, ao olhar apenas para o aspecto social e cultural da dissolução, perde-se uma parte rica da explicação, e não se consegue visualizar a direção da crise iugoslava. Os principais argumentos sobre a fragmentação são, portanto, tautológicos, visto que tentam explicar-se por si só, e não explicam o real sentido do conflito.

As interpretações norte-americanas sobre o caso iugoslavo giram em torno do nacionalismo sérvio e dos propósitos de criação de uma Grande Sérvia (WOODWARD, 1995). Essa perspectiva¹² guiou a diplomacia dos Estados Unidos na questão e ganhou grande popularidade nos meios jornalísticos, do que resultou a caracterização da Sérvia como “vilã” e a demonização do líder sérvio Slobodan Milosevic, o “novo Hitler da década de 1990”. Outra forte corrente defende que a dissolução iugoslava foi fruto das hostilidades étnicas que emergiram após a queda do comunismo no leste europeu, mas que sempre permearam a região. A tese de “conflito étnico”¹³ como variável explicativa da desintegração tornou-se mais popular entre a literatura européia.

Além dessas duas principais interpretações, outras perguntas foram feitas sobre a questão iugoslava na literatura internacional, porém sem grande sucesso. A visão norte-americana sobre o nacionalismo sérvio, por exemplo, deu origem ao argumento do jornalista britânico Glenny (1999), para quem a expansão do ideal nacionalista europeu do século XIX é o fator responsável pela fixação sérvia em construir uma nação própria. A visão serviocêntrica de Misha Glenny, entretanto, afirma, com razão, que o conflito étnico é muito mais uma consequência do que a causa do conflito balcânico (HUDSON, 2003). Porém, sua tese carece de consistência conceitual – visto que nenhum dos principais conceitos é explicitado - e falha várias vezes ao descrever a história contemporânea da região, especialmente durante o período Tito. Sequer chega a cogitar a influência externa de países poderosos no desenrolar da questão.

¹² Na literatura especializada, é possível citar os trabalhos de Daalder e O'Hanlon (2000), Malcolm (1994) e Malcolm (2000) como representantes desta visão do conflito.

¹³ Essa tese é apresentada nos trabalhos de Kaplan (2005), Kadare (2001) e Ramet (2005).

Talvez, em razão disso, o argumento de Glenny não se sustente, face aos acontecimentos históricos, como será mostrado no decorrer deste trabalho.

A perspectiva puramente étnica do conflito também é explorada por Ramet (2005), em um estudo que faz a revisão de diversas obras sobre a dissolução iugoslava e aponta como melhores argumentos as perspectivas preconceituosas contra a etnia sérvia, a “grande vilã”. Sob um ponto de vista que parece quase jornalístico, a autora defende a maioria das ações ocidentais durante o conflito, e é completamente acrítica na descrição do desenrolar das guerras iugoslavas. É de se esperar, então, que as obras mais elogiadas por Sabrina Ramet sejam serviocêntricas e culpem a etnia sérvia por todos os desastres na região.

O papel central de líderes políticos na conflagração do conflito é explorado por Judah (2009) e West (1996), ambos jornalistas britânicos encarregados de cobrir o caso durante a década de 1990. Tim Judah costuma concentrar-se, em seus trabalhos, na questão kosovar e no papel político do Exército de Libertação do Kosovo (KLA) e de suas lideranças. Apresenta, com isso, uma matriz teórica baseada no argumento étnico, sem mistificar, entretanto, a etnia sérvia. Embora seu trabalho seja bem acurado e ricamente detalhado, a sua hipótese de pesquisa carece do mesmo problema de Glenny (1999). O autor tenta entender e articular política e sociedade iugoslavas, mas não chega ao ponto central da questão, qual seja, a influência de fatores externos na desintegração e na fomentação das rivalidades étnicas. Já o estudo de Richard West sofre de uma perspectiva unidimensional, ao analisar apenas o protagonismo do líder iugoslavo Tito na unificação do Estado da Iugoslávia. Desse modo, West oferece um argumento simplista, ao considerar a morte de Tito como o grande fio propulsor da desintegração.

Uma visão mais aguçada do caso iugoslavo, porém sem ainda focar a principal questão, é oferecida por Gagnon Jr. (2004). O autor desmistifica a tese de conflito étnico ao afirmar que as elites governantes não criaram a crise em razão de hostilidades étnicas, mas sim para afastar forças que ameaçavam o *status quo* da região. É uma perspectiva interessante; porém, examina a dissolução apenas sob o ponto de vista de política interna. Do mesmo modo, Allcock (2000) apresenta uma explicação pouco convencional para a

fragmentação iugoslava – seu argumento central é que a dissolução resultou mais de fatores econômicos do que de qualquer outra coisa. Entretanto, apesar de o autor rejeitar o reducionismo do argumento étnico e oferecer uma ótima visão do funcionamento da economia iugoslava, esta é uma versão que falha ao desconsiderar a importância do sistema mundial na configuração da crise iugoslava.

Na mesma perspectiva, Woodward (1995) compreende a dissolução iugoslava como decorrência de uma crise política e civil, fruto do desestruturamento da autoridade governamental no país. Essa análise, porém, acaba por demonstrar muito mais a consequência da desintegração do que a causa – e nesse ponto é relevante falar do papel estratégico dos grandes poderes na fomentação da crise política iugoslava. Isso também ocorre com a explicação formulada por Gallagher (2003), para quem a “Iugoslávia é tida como uma entidade em funcionamento entre 1985 e 1991, principalmente como resultado de decisões tomadas por atores políticos internos, e não como resultado de ações hostis externas” (2003: 02). Aqui, culpar as lideranças políticas por suas decisões torna-se contraproducente, visto que diversas forças de pressão entram no cálculo estratégico desses líderes, e, portanto, é preciso ir atrás desses fatores para se ter uma perspectiva mais ampla das causas do conflito.

Outro trabalho que trata as rivalidades étnicas não como causa da fragmentação iugoslava, mas sim como resultado, é o de Lampe (2000), segundo o qual a lógica histórica da região pode explicar o conflito. O professor norte-americano, assim como seus compatriotas, não dimensiona o seu nacionalismo e o quanto sua perspectiva científica é afetada por isso, mas nem por isso seu estudo deixa de ser crítico e bem argumentado. O autor inclusive analisa o papel dos grandes poderes mundiais no colapso iugoslavo, mas não chega a dar preponderância a isso como fator causal. Já Djilas (2004), crítico dos trabalhos de Ramet (2005), apresenta uma explicação centrada na participação dos líderes políticos e militares das etnias eslavas, o que acaba por tornar seu argumento um pouco tautológico, porque esbarra, de qualquer forma, na questão do conflito étnico. No entanto, Aleksa Djilas critica

veementemente a intervenção norte-americana e o posicionamento político dos países poderosos em relação à questão.

Todas as perspectivas até aqui analisadas não atingem o ponto central da questão iugoslava, isto é, não tratam das forças externas que atuaram na desintegração. Nesse sentido, Samary (1995) traz o argumento de que a queda do comunismo no leste europeu foi a responsável pela transformação dos Balcãs na periferia da Europa, ou seja, a inserção da região na economia neoliberal foi mais desastrosa do que libertadora. Para Catherine Samary, as reformas econômicas promovidas em direção à abertura do mercado seriam o verdadeiro fundamento do conflito étnico. Entretanto, essa perspectiva não mostra diretamente o principal ponto, que é o papel do sistema mundial e dos atores estatais na fomentação da crise – e nesse tópico, a autora falha em não identificar o imperialismo norte-americano como um dos responsáveis pelo conflito. Tal não é o que acontece com o trabalho de Flounders (1995), para quem o protagonismo norte-americano no desenrolar do colapso iugoslavo é essencial como variável explicativa. Sara Flounders vai mais longe, ao afirmar:

Antigos ódios étnicos entre pequenas nacionalidades não explodiram apenas na barbárie cotidiana. Pelo contrário, a guerra existe na região como resultado da intervenção de potências estrangeiras. No processo, os EUA não têm sido nem um expectador inocente, nem um partido neutro. (...) A maior responsabilidade pelo desmembramento da Iugoslávia e pela guerra civil resultante fica com o governo dos EUA. Foi uma decisão política. (FLOUNDERS, 1995).

Uma versão mais estruturada da perspectiva de Flounders (1995) é encontrada no estudo de Hudson (2003), o qual defende que os poderes ocidentais dominantes tiveram papel decisivo no colapso iugoslavo, em razão de seus interesses estratégicos em relação à região. Segundo Kate Hudson, os responsáveis primeiros pela desintegração foram os grandes poderes ocidentais, em especial os Estados Unidos, os quais não viam a necessidade de sustentar um Estado socialista no período pós-Guerra Fria. Com isso, a autora mostra que a atuação dos Estados poderosos no sistema internacional condicionou fortemente a trajetória iugoslava. Assim, ela esclarece:

Não é a intenção sugerir que a relação entre as potências ocidentais e a Iugoslávia foi uma rua de sentido único de hostilidade ocidental - mas sim que suas atitudes em relação à Iugoslávia têm variado de acordo com seus objetivos estratégicos e são estes que têm, essencialmente, embora não exclusivamente, determinado a trajetória da Iugoslávia. (HUDSON, 2003: 01).

Essa perspectiva, com essência wallersteiniana, é a que guia esta dissertação.

Em resumo, a questão balcânica é um tema de importância sobremaneira para a segurança internacional e principalmente à segurança interna dos Estados europeus, já que a segurança nacional deve ser entendida como proteção coletiva e individual aos membros de uma sociedade em face de ameaças internas e externas, que se inter-relacionam (CEPIK, 2000)¹⁴. A atual instabilidade da região não só parece não ter fim, como tem gerado ao longo do tempo os mais difíceis debates, desde o problema dos refugiados e da formação de uma máfia pan-balcânica (BAEV et al., 1996), até a eventual possibilidade de formação de uma Política Externa Comum da União Europeia e a conflagração de uma guerra. Com efeito, a indagação do papel da Europa na construção de um mundo estável e o desejo de se consolidar como protagonista do sistema mundial conduzem a União Europeia a essa discussão:

O discurso mais forte sobre segurança na Europa pós-Guerra tem sido o argumento de que a Europa precisa evitar um retorno para o seu notório passado de guerras e balança de poder, e portanto a integração seria uma necessidade. (...) Um conflito étnico é muito ruim por si só, mas é principalmente uma ameaça à segurança para a Europa ocidental, caso um conflito étnico arraste países poderosos para lados opostos e com isso desencadeie o retorno à política do poder entre os principais

¹⁴ O autor disserta que “a dupla face dessas ameaças, interna e externa, implica algum grau de complementaridade e de integração entre as políticas externa, de defesa e de provimento da ordem pública” (CEPIK, 2000: 03). Dessa forma, a questão balcânica se insere como pauta de segurança que pode interferir tanto em aspectos internacionais, como internos, de cada Estado. O raciocínio é complementado pelo seguinte trecho: “Ameaças internas seriam, caracteristicamente, os apoios internos àquelas ameaças externas, acrescidas da problemática noção de ‘subversão’ (...) Nas últimas décadas, foi acrescentada uma nova categoria de ameaças transnacionais ou transestatais, como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo” (CEPIK, 2000: 04). Todas essas categorias de ameaças são visíveis nas conseqüências da desintegração iugoslava.

Estados da União Européia (BUZAN & WÆVER, 2003, p. 356-358).

No entanto, não é apenas a União Européia que possui interesse na segurança da região balcânica. O assunto é de estima a toda a comunidade internacional, em especial para aqueles países que almejam uma posição de maior destaque na conjuntura atual - entre eles, o Brasil. Uma guerra mundial teve seu início precisamente naquela região. Outros conflitos inicialmente nacionais, mas com abrangência global, ainda podem surgir. E o Brasil precisa estar a par dessas questões.

Devido à importância estratégica e geopolítica dos Bálcãs, é imprescindível uma política cuidadosa em termos de segurança nessa questão. E, seguindo-se um raciocínio wallersteiniano, percebe-se que as posições que os diversos Estados ocupam no sistema internacional afetam diretamente os interesses políticos nacionais, o que envolve questões econômicas, sociais e culturais de cada Estado (WALLERSTEIN, 1990). Nesse sentido, pela ótica da teoria dos sistemas-mundo, o colapso da Iugoslávia teve forte conexão com a posição de dependência do país na economia global, em razão da crise econômica que acelerou o processo, além das relações iugoslavas com as instituições financeiras mundiais. É necessário estudar, então, como essa estrutura afetou o colapso iugoslavo, até para conhecer as perspectivas de futuro para a região.

Os fardos da dissolução iugoslava permanecem cada vez mais latentes: o número alarmante de refugiados europeus criou um problema que, ao que parece, está longe de ser solucionado (BARYSCH, TILFORD & WANLIN, 2007). Como integrar essas pessoas de aspectos culturais tão diferentes, se em suas próprias regiões de origem a integração foi obstada? Além disso, a questão financeira que envolve o problema das operações de paz e dos refugiados é um pesado desafio para a Europa e o cenário internacional; tema que, apesar de merecer muitas linhas para a sua discussão, não será perquirido especificamente aqui, em razão do objeto de estudo, qual seja, a desintegração iugoslava.

Estas questões são delineadas apenas para demonstrar a importância de uma análise mais profunda da questão iugoslava. Após a apresentação do

caso e o delineamento da matriz teórica deste trabalho, da literatura sobre a questão e da importância do estudo, resta explicitar a estrutura da dissertação. Esta foi pensada em perspectiva, para apresentar uma explicação política da desintegração que considere como variável explicativa o envolvimento dos protagonistas do sistema internacional na criação e na dissolução iugoslava, bem como este próprio sistema. Portanto, esse é o foco condutor da dissertação, e está presente nos três capítulos do trabalho.

O primeiro capítulo tem cunho histórico, pois apresenta a construção do Estado da Iugoslávia sob a ótica da posição internacional dos Bálcãs. A primeira seção resgata as ocupações bizantina, turco-otomana e austro-húngara no território balcânico, analisadas sob o modelo de Tilly (1996) de construção estatal. Adiante, parte-se do Tratado de Berlim de 1878 até o período anterior às duas Guerras Mundiais para analisar os primeiros passos na tentativa de criação de uma nação iugoslava. Uma segunda seção é exclusivamente dedicada às Guerras Balcânicas e as Guerras Mundiais e aos esforços de criação do Estado iugoslavo, enquanto a terceira ocupa-se do chamado “período Tito”, conectado à conjuntura internacional da época: a Guerra Fria. O propósito deste capítulo, em resumo, é mostrar como guerra, dominação e poderes mundiais formaram uma tríade explicativa importante para a compreensão dos Bálcãs.

Os interesses estratégicos dos grandes poderes mundiais em relação à região balcânica, analisados em perspectiva, são o objeto de preocupação do segundo capítulo. A crise política, econômica e social da Iugoslávia a partir do final dos anos 70, conectada à realidade do período pós-Guerra Fria, é tratada na primeira seção. A segunda discorre sobre o contexto internacional do período e a influência desses fenômenos na região balcânica e no sistema mundial pós-Guerra Fria. O objetivo central desta parte do estudo é mostrar como o sistema internacional da época colaborou com a crise iugoslava e condicionou a posterior fragmentação. Em outras palavras, é essencial entender que a crise iugoslava foi potencializada pela dinâmica dos interesses estratégicos dos poderes dominantes, embora esta não seja a causa direta dos conflitos.

O terceiro capítulo ocupa-se da desconstrução do Estado iugoslavo levada a cabo pelas potências ocidentais, ou seja, a desintegração propriamente dita. Esta é dividida em fases, para fins explicativos: uma seção é dedicada à primeira fase, isto é, a separação de Eslovênia, Croácia e Macedônia, e uma segunda seção trata das guerras de independência da Bósnia-Herzegovina. A terceira seção relata a crise de Kosovo e os últimos suspiros do Estado da Iugoslávia, nesse momento apenas Iugoslávia e Montenegro. A história, aqui, é contada a partir da ótica que interessa a este estudo, qual seja, o condicionamento das guerras por parte do sistema mundial e de seus atores mais poderosos.

Ao final, a conclusão gira em torno da consolidação do argumento principal desta dissertação, qual seja: tanto a criação como a fragmentação da Iugoslávia não podem ser entendidas apenas com base em seus aspectos internos. É essencial a compreensão dos fatores externos ao Estado iugoslavo, isto é, das forças internacionais que gravitavam no sistema mundial da época e a própria dinâmica desse sistema, e da transição de poder dentro dele. Com isso, a parte final segue com um breve resumo das principais considerações feitas no estudo, e após são delineadas as perspectivas em termos de agenda de pesquisa, para eventuais interesses em continuar a exploração deste tema tão rico e pouco compreendido na literatura nacional e internacional. Por fim, traz-se como apêndice uma breve análise contemporânea dos Estados resultantes da desintegração.

1. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO FEDERATIVO SOCIALISTA DA IUGOSLÁVIA: GUERRA E DOMINAÇÃO NA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS BÁLCÃS

1.1 Bizantinos, Turcos Otomanos e Austro-Húngaros

Para investigar a trajetória de desenvolvimento da Iugoslávia, é necessário voltar ao passado e compreender como os constrangimentos sistêmicos moldaram e delimitaram a criação e o desenvolvimento dos Estados balcânicos. Para isso, é essencial lembrar rapidamente a história desde antes de 1900, quando o que existia na região eram os Impérios Bizantino, Austro-Húngaro e Otomano, e alguns reinos, como o da Sérvia e o da Bulgária. Após este período, com a instituição da República Federal Socialista da Iugoslávia, o passo necessário para a compreensão do tema é o exame da influência das Guerras Mundiais e da Guerra Fria no desenvolvimento do Estado socialista iugoslavo. Essa é a lógica que rege este capítulo.

No entanto, para além disso, a análise da experiência balcânica de construção e desconstrução do Estado não pode ser separada do exame do papel da guerra¹⁵ na formatação do desenho estatal europeu. A guerra, consubstanciando-se na continuação da política por outros meios, nas palavras de Clausewitz (1996), constitui fator fundamental na análise sistêmica da construção dos Estados. É preciso enfatizar a importância central do resultado da guerra: a capacidade de exercer a dominação de forma estável. Assim sendo, a guerra é uma variável importante, sobretudo porque define claramente os vencedores e os perdedores na competição política, isto é: os dominadores e os dominados.

Seguindo esse argumento, a lógica da guerra é crucial para entender a formação do Estado Nacional, conforme Tilly (1996), visto que essa seria a

¹⁵ Para que o papel da guerra na construção dos Estados balcânicos faça sentido, necessário se faz utilizar a perspectiva teórica de Charles Tilly. Em Tilly (1996) é possível compreender a formação dos Estados nacionais europeus por uma perspectiva dinâmica, qual seja, as relações entre a coerção e o capital, sendo a guerra a variável independente nessa configuração. Ainda, através deste autor é possível explicar que três principais trajetórias de construção estatal se fizeram presentes na Europa moderna, e essa pode ser a chave para a compreensão das disparidades entre as ex-repúblicas da Iugoslávia.

forma mais estável de organizar a estrutura burocrática exigida para a administração das conquistas advindas da guerra. Ora, os próprios instrumentos de coerção¹⁶ são recursos ou de guerra ou que preparam o Estado para a guerra, em razão da necessidade de dominação, proteção e expansão de território. A guerra conduz à construção do Estado na medida em que a aplicação dos meios coercitivos tanto na guerra como no controle doméstico requer a administração desses meios e das conquistas realizadas, o que exige a formação de uma burocracia.

E a guerra depende, sobretudo, da extração de capital para a obtenção de recursos como armas e soldados; com isso, a extração e luta pelos meios de guerra sugere a necessidade de alguém que administre essa infraestrutura¹⁷. Desse modo, a necessidade de construção de um aparato burocrático-estatal, organizado e centralizado, é premente, dadas as supracitadas condições. Sem contar a necessidade de negociação com a população, de onde os recursos eram extraídos, o que gerava a obrigação de o Estado fazer concessões em relação à participação popular e o bem-estar social.

Com isso, os fatores guerra e dominação externa estão no centro da análise metodológica, já que sempre fizeram parte da dinâmica de formação estatal nos Bálcãs. Assim, o fator coerção implica a necessidade da análise de uma política contenciosa¹⁸, já que, na busca por acumulação dos meios de coerção, os governantes acabam entrando em guerra com aqueles que oferecem resistência à sua dominação. A guerra era a resposta para o caso em

¹⁶ “A coerção compreende toda aplicação combinada de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos” (TILLY, 1996: 67). Com isso, é possível dizer que a coerção integra a esfera de dominação, a qual, sob a forma de forças armadas, polícias e seus equivalentes, permite a aplicação de forças coercivas (TILLY, 1996).

¹⁷ Spruyt (2007: 214) observa que o desenvolvimento militar desafiou a organização política do feudalismo, a qual não conseguia dar conta das transformações militares da época, que requeriam uma administração centralizada e receitas centrais.

¹⁸ A importância do elemento contencioso na formação de fenômenos sociais também pode ser vista em Elias (1994), o qual considera a necessidade de expansão (e, portanto, dominação, o que também conduz, de certa forma, à lógica da guerra) na preservação social. Tanto Tilly (1996) como Elias (1994) confirmam o elemento dominação como fator criador de fenômenos sociais.

que um governante, buscando expandir sua área de atuação, colidia com um governante de semelhantes capacidades, o que tornava elevados os custos da dominação. Já no caso onde os governantes mais poderosos ditavam as regras do conflito, sobrava aos menos poderosos duas alternativas: acomodar-se e aceitar a dominação, ou extrapolar suas capacidades e fazer a preparação para a guerra (CEPIK, 2003).

Nesse sentido, conforme o esquema metodológico de Tilly (1996), trajetórias coercitivas, capitalistas e de coerção capitalizada podem ajudar a explicar diferentes padrões de desenvolvimento nos Estados europeus. Ora, organizações estatais que possuíam como estratégia a intensa aplicação da coerção, do que se segue uma trajetória coerciva, combinavam duas condições: grande esforço para expulsar a potência extorquidora de tributos e poucas cidades, geralmente agrícolas, e pequena concentração de capital, como ocorria no território russo (TILLY, 1996: 214). As trajetórias de capital intenso ocorreram em cidades-estados e cidades-impérios (principalmente nas regiões da Itália e da Dalmácia), através de altas concentrações de capital, principalmente através do comércio, e de uma concentração bem pouco incisiva de meios de coerção (TILLY, 1996: 215). Já as trajetórias de coerção capitalizada são comparativamente vantajosas em relação às demais porque conseguiram adaptar da melhor forma as estratégias extrativas e coercitivas, como mostra Cepik:

Segundo Tilly (1996: 45-88), esse tipo de percurso ocorreu quando coalizões de burocratas, capitalistas e estadistas foram mais eficientes na gestão da guerra, beneficiaram-se de instituições jurídicas e administrativas mais fortemente racionalizadas, mantiveram-se mais estavelmente associados às classes sociais através da constitucionalização do exercício do poder e estiveram mais intensamente envolvidos na construção de infraestrutura econômico-social, provimento de serviços e adjudicação de conflitos. (CEPIK, 2003: 78).

Tanto a trajetória coerciva como a capitalista encaixam-se perfeitamente às estruturas estatais do território balcânico onde havia a Iugoslávia, que hoje abriga seis diferentes Estados. Essa tipologia de trajetórias permite uma compreensão mais apurada das peculiaridades dos Estados eslavos, e isto porque o Estado Iugoslavo foi formado por antigos reinos que seguiram

trajetórias completamente opostas de concentração e acumulação de capital e coerção. Explique-se: na região onde hoje se tem os Estados da Eslovênia e da Croácia, a trajetória dominante foi o modelo de capital intenso de Tilly (1996: 215), enquanto que nas áreas de abrangência dos reinos da Sérvia e Macedônia, que hoje engloba os Estados da Bósnia-Herzegovina, da Sérvia, da Macedônia e de Montenegro, a trajetória de coerção intensa se fez mais presente e moldou a constituição desses Estados.

A região da costa da Croácia e o sudoeste da Eslovênia fizeram parte do domínio de Veneza, a potência econômica e política do Adriático. Nesta área, a lógica capitalista de desenvolvimento do Estado imperou, já que os governantes priorizaram os objetivos comerciais, formaram algumas estruturas estatais efetivas, porém sem grandes burocracias, conseguiram encontrar formas eficientes de pagar suas dívidas de guerra, e criaram instituições que representassem as oligarquias comerciais dentro dos Estados (TILLY, 1996: 223). Cidades portuárias beirando o mar Adriático e pequenos territórios agrícolas facilitaram o processo de constituição de cidades-estados ou cidades-impérios na região. Com o apoio dos capitalistas, o raciocínio que se desenvolveu em áreas que mais tarde formariam a Croácia e a Eslovênia foi o da trajetória de capital intenso.

Claro que não se pode esquecer que esta região sofreu os mais diversos revezes de dominação ao longo dos anos, tendo pertencido desde ao Império Romano como ao Império Austro-Húngaro. Mas nem por isso a lógica de funcionamento do comércio, bem desenvolvido na região, foi esquecida. Dubrovnik¹⁹, por exemplo, foi uma cidade comercial com relativa independência, por suas relações com os reinos da Sérvia e da Bósnia, apesar da dominação veneziana²⁰. Não por acaso, foram justamente as repúblicas da

¹⁹ Hoje, é uma das principais cidades da Croácia.

²⁰ Sobre a trajetória de Dubrovnik, também chamada de Ragusa, Tilly cita que “o estado húngaro expulsou Veneza da Dalmácia na década de 1350 e concedeu a Ragusa uma posição quase independente na periferia de seu império. Quando os turcos otomanos conquistaram os Bálcãs na década de 1460, os patrícios-mercadores de Ragusa tentaram negociar arranjos similares com os novos governantes muçulmanos. Protegidos da conquista italiana por seus sucessivos protetores e com a garantia de grande autonomia dentro do império eslavo e otomano devido à sua posição política, Ragusa funcionou como uma cidade-estado essencialmente independente até a invasão napoleônica de 1808” (TILLY, 1996: 218). Pode-se observar, com isso, uma trajetória capitalista de certo modo

Eslovênia e da Croácia os sustentáculos econômicos do Estado Iugoslavo durante o período Tito.

Diferentemente, a área que abriga atualmente os países da Sérvia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina e Montenegro seguiu uma trajetória mais coerciva, onde reinos de fortes características feudais pouco investiam na concentração de capital, visto que estavam mais preocupados em manter seus territórios livres da dominação dos grandes impérios (húngaros, otomanos, etc.). Assim, a atividade predominantemente rural e a escassez de grandes cidades impediam que a lógica do capital se implantasse ali de forma definitiva.

A lógica da coerção, no entanto, mais do que adequada, era necessária. A dominação pelo Império Otomano e a busca deste pela extração de tributos deu aos governantes locais dos pequenos feudos existentes a possibilidade de cobranças ilegais, através de um sistema próprio de redistribuição, massacrando economicamente os camponeses sérvios. Ademais, o sistema de governo indireto dos otomanos acabou por gerar uma elite estrangeira de intermediários do Estado, que agiam como tiranos e impossibilitavam, em muito, a lógica do capital²¹. Com isso, o papel do conflito militar e da dominação estrangeira na formatação dos Estados balcânicos, em especial daqueles que sofreram uma trajetória de coerção intensa, torna-se compreensível.

Nessa lógica, é importante entender as origens da etnia eslava, que são objeto de forte discussão na literatura científica. É possível traçar a sua descendência de povos celtas proto-indo-europeus pastores e nômades que habitavam a Europa central e leste desde 3.000 a.C (HÖSLER, 2008). Embora

bem sucedida, até a posterior incorporação da região ao Império Napoleônico.

²¹ Tilly completa: “Na Bósnia e na Sérvia, no século XIX, os senhores de terra muçulmanos acabaram por transformar os seus arrendatários cristãos em servos (Donia 1981: 4-5). Em tais circunstâncias, o banditismo cresceu desmedidamente nos Bálcãs. Em consequência da exploração pelos intermediários, uma aliança com o rei distante ou com seus agentes pareceu muitas vezes uma alternativa atraente à iminente exploração; os aldeãos apelaram, então, aos agentes reais, apresentaram suas demandas contra os senhores de terra nos tribunais reais (...). Em curto prazo, muitas vezes ganharam com essas escolhas. Mas, em longo prazo, a destruição das barreiras intermediárias tornou-os mais vulneráveis à próxima etapa de exigências do estado geradas pela guerra” (TILLY, 1996: 169).

não haja consenso sobre a terra natal dos eslavos²², é tido que estes povos viveram dispersos por todo o centro-oriente da Eurásia, e podem ser divididos em uma gama étnica variada, como polésios, ávaros, búlgaros, croatas, sérvios, poloneses, tchecos, macedônios, entre outros. Com a dominação da costa sudoeste da península balcânica pela República Romana, por volta de 133 a.C., os povos dessa região, embora ainda não eslavos, já eram bastante mestiços entre si, e misturaram-se a romanos e gregos.

O interior da península balcânica só foi conquistado pelo Império Romano a partir de 14 d.C, sob expansão comandada pelo Imperador Tibério. Os romanos estabeleceram a dominação da área através de guerras contra invasores e conquistas militares até a divisão do Império. Em 286 d.C, o Imperador Diocleciano procedeu à divisão administrativa do Império, e após algumas reunificações e novas divisões, o Império Romano foi definitivamente dividido²³ em 395 d.C, século IV, com a morte do Imperador Teodósio (HÖSLER, 2008). Durante a Idade Média, os vários reinos da região viriam a unir-se em torno do Sacro-Império Romano Germânico, o qual seria assumido em meados de 1270 pela dinastia dos Habsburgo.

O leste da península balcânica era território do fortemente centralizado Império Romano do Oriente, onde a sua capital, Constantinopla, antiga Bizâncio, constituía o centro político, econômico e cultural da Idade Antiga. O Império Bizantino, assim considerada a parte do Império Romano que falava grego, travava fortes lutas com invasores estrangeiros, como ostrogodos e hunos, em ordem de manter o domínio sobre a região balcânica. Assim, os reinados das dinastias Leonina (457-518) e Justiniana (518-602) foram

²² Como aponta Judah, “alguns afirmam que os eslavos vieram da terra entre o Danúbio e as montanhas dos Cárpatos. Outros acreditam que eles vieram do Cáucaso, e que eram governados por uma elite iraniana. (...) Estes primeiros eslavos não podem ser identificado como sérvios, croatas ou búlgaros - eram eslavos 'não-diferenciados'. (...) Enquanto as origens dos sérvios e croatas ainda estão envoltas em mistério, é evidente que, desde o início, estas duas tribos, distintas mas próximas, moviam-se lado a lado” (2009: 7-8).

²³ Os dois filhos de Teodósio, Arcádio e Honório, ficaram, cada um, respectivamente, com o Império Romano do Oriente e o Império Romano do Ocidente. De início, o território hoje esloveno e croata ficou pertencendo ao Império Romano do Ocidente, mas com a queda deste, por volta de 476 d.C., em razão do declínio econômico, militar e cultural e as invasões bárbaras, o último imperador romano, Rômulo Augusto, foi deposto, e a região ficou à mercê de invasores, como visigodos, ostrogodos e vândalos.

marcados por conflitos armados contra os invasores e pela constante expansão do Império em direção à península itálica, reconquistando várias regiões do antigo Império Romano do Ocidente. No entanto, uma crise econômica se instaurava no Império à medida que cresciam os gastos militares de conquistas, construção e manutenção de cidades e desenvolvimento de estruturas burocráticas. Ao mesmo tempo, no coração dos Bálcãs, as migrações eslavas em direção ao sudoeste do território bizantino se assentavam por volta de 579 d.C, como salienta Judah:

Os povos de língua eslava começaram a migrar para os Bálcãs apenas no começo do século VI. No início, eles vieram como invasores, mas no século VII, eles começaram a se assentar. (...) Os croatas migraram do reino que tinham estabelecido durante suas migrações no sul da Polônia. Os sérvios moveram-se para os Bálcãs, após um breve assentamento em áreas que agora se enquadram dentro do território checo (...) (2009: 7-8).

Por esta dinâmica, a composição étnica do sul dos Bálcãs ia sendo alterada²⁴ na medida em que os eslavos iam se expandindo e novos reinos iam sendo formados, com uma estrutura primitiva de organização estatal (HÖSLER, 2008). Assim foi o surgimento dos Reinos da Carantânia²⁵ (na atual Eslovênia), da Morávia, do Império Búlgaro e do Principado de Kiev: um governante, com capital substancial e forças militares, com propósito de controlar um determinado território e sua população eslava. As dinastias bizantinas subsequentes à Justiniana – quais sejam, Heracliana, Isáurica, Fócida, Amoriana, Macedônica - lutaram para recuperar os territórios balcânicos, então dominados pelas tribos eslavas, como búlgaros, sérvios e magiares, através de conflitos militares e da helenização da população. A costa dos Bálcãs (como a região da Ístria), por sua vez, começou a ser controlada pela República de Veneza, reino independente mas com fortes ligações comerciais com o Império Bizantino, a partir do século IV.

²⁴ Não obstante, de acordo com Judah, “ao menos um grupo pré-eslavo, que veio a ser conhecido mais comumente como Vlachs, sobreviveu ao ataque. (...) Um outro povo que sobreviveu à chegada dos eslavos foram os antepassados dos Albaneses atuais” (2009: 8).

²⁵ A Carantânia é considerada pelos historiadores como o primeiro Estado eslavo a ser estabelecido na Europa.

Os sérvios, ao se estabelecerem na região de Raska, constituíram um modo de vida baseada em tribos e clãs dominadas por zupans, líderes de cada clã. O domínio da área, entretanto, não era sérvio: “por outros 300 anos as tribos sérvias e as terras em que viviam tendiam a ser dominadas por bizantinos ou búlgaros” (JUDAH, 2009: 9). Assim, os conflitos pelo poder local eram constantes entre os povos que habitavam a região. Foi apenas no século XI que emergiu o Reino da Sérvia na área onde hoje se encontram Sérvia e Montenegro. Por volta de 1036, Stefan Vojislav renunciou a sua lealdade ao imperador de Constantinopla, declarou-se imperador em Roma e começou a trazer as tribos vizinhas sérvias para o seu controle. Com isso, foi criado o Reino de Duklja, o primeiro reino sérvio a ganhar reconhecimento internacional.

O Reino de Duklja durou pouco mais que cinquenta anos, sendo reconquistado pelo Império Bizantino em 1101. No entanto, os sérvios consideram a dinastia Nemanjic como o ponto crucial de referência histórica do seu povo, visto que foi o reino de Nemanja que transformou essas tribos até então dispersas em um povo e deu-lhes uma identidade que iria sobreviver centenas de anos de dominação otomana. Ao final dos anos 1200, Stefan Nemanja deu início à formação de um reino sérvio que só viria a ser destruído em 1371, e a partir desse período, os sérvios não tiveram mais existência independente até 1804, quando ocorreu o primeiro levante sérvio contra os otomanos, que resultaria na independência da Sérvia.

O reino feudal de Nemanja, que abrangia toda a Raska, iniciou sua expansão ao mesmo tempo em que ocorreu uma revolta búlgara contra os bizantinos, o que resultou na formação de um império búlgaro e no enfraquecimento do Império Bizantino. Nemanja viria a abdicar do trono sérvio em 1196, e o reino foi vítima de subseqüentes disputas familiares pela sucessão e pelo reconhecimento papal em relação à dinastia, o que, na época, equivalia ao reconhecimento internacional dos dias atuais. Em 1219, os conflitos tiveram fim com a declaração de autonomia da Igreja Nacional Sérvia, de tendência ortodoxa, e com a conseqüente criação de um código de leis civis e religiosas, que ia dando forma à estrutura pseudo-estatal do reino sérvio.

Em meados do século XII, a área balcânica viu prosperar sua economia, baseada no comércio, graças ao impulso especial dos venezianos no comércio

marítima. Em razão de sua centralidade geográfica, os Bálcãs constituíam o centro de trocas entre os povos do ocidente e do oriente, do que puderam tirar proveito. No entanto, ainda havia duas grandes ameaças ao domínio bizantino da região balcânica: os húngaros e seus aliados sérvios, e os turcos muçulmanos. Ao fim deste século²⁶, os húngaros conseguiram conquistar a Dalmácia e a Bósnia e, aliados aos sérvios, invadiram o Império Bizantino a partir de Belgrado, ao mesmo tempo em que disputavam Zadar com Veneza. Concessões territoriais e casamentos entre a elite dinástica foram a solução para os acordos de paz com os reinos da Bulgária e da Sérvia.

Até a metade de 1350, a dinastia Nemanjic foi a responsável pela expansão do território e da economia sérvias; além da agricultura, o sustentáculo da economia medieval era a mineração. Minas de ouro, prata, cobre e chumbo foram descobertas nesse período, e com isso houve o fortalecimento de laços comerciais com os italianos, especialmente através do porto de Ragusa, a principal cidade comercial do reino (JUDAH, 2009). As regiões da Macedônia, da Albânia e da Bulgária vieram a cair sob domínio sérvio pelas mãos do monarca nemanjic Dusan, que se autoproclamou Imperador dos Sérvios e Gregos em 1346.

Com a morte de Dusan, no entanto, o Reino Sérvio foi tomado por uma briga sucessória que enfraqueceria o poder sérvio e levaria à decadência do regime. Nessa conjuntura, o Reino não possuía forças para lutar contra os turcos que vinham avançando rapidamente da Ásia Menor, em direção à península balcânica. Assim, em 1371, a Batalha do Rio Maritsa consolidou a vitória esmagadora dos turcos em cima dos sérvios, pelo que o território sérvio foi dominado. Entretanto, como não haviam turcos nem muçulmanos na região para administrar as regiões conquistadas, os líderes nativos dos feudos sérvios acabaram por se tornar vassalos do sultão turco, tendo que pagar pesados impostos e defender militarmente o sultanato sempre que fosse necessário.

²⁶ Lembrar que “na década de 1160, Stefan Nemanja fundou uma dinastia que governou por 200 anos e que expandiu a Sérvia, que viria a se tornar uma grande potência militar nos Bálcãs. Foi neste período que partes significativas do Kosovo, com a sua população provavelmente mista, foram pela primeira vez incorporadas ao reino da Sérvia” (JUDAH, 2009: 9).

Os turcos, por sua vez, haviam assumido algumas províncias enfraquecidas do Império Bizantino no início dos anos 1300, liderados por Othman I, responsável pelo mito de fundação da nação turca. Durante a Idade Média, desenvolveram um Império que desafiava as estruturas européias, e que buscava a expansão para o região do Mediterrâneo e dos Bálcãs. Como esclarece Kennedy:

O Império Otomano foi, é claro, muito mais do que uma máquina militar. Elite conquistadora (como os Manchus na China), os otomanos tinham estabelecido uma unidade de religião, cultura e língua oficiais numa área maior do que o Império Romano, e sobre um vasto número de povos sujeitos. Durante séculos, antes de 1500, o mundo do Islã esteve cultural e tecnologicamente à frente da Europa. (...) O sistema otomano de recrutamento dos futuros janízaros entre a juventude cristã dos Bálcãs produziu um corpo de soldados dedicados e uniforme. A tolerância em relação às outras raças tinha levado muitos gregos, judeus e gentios de talento ao serviço do sultão (...). Sob um líder bem sucedido como Suleiman I, uma burocracia forte supervisionava 14 milhões de súditos (...). Constantinopla, em sua fase áurea, era maior do que qualquer cidade européia, tendo mais de 500 mil habitantes em 1600. (KENNEDY, 1989: 20).

Após a vitória sobre os sérvios na Batalha do Rio Maritsa, a atenção turca havia se voltado para a consolidação de seu domínio na Macedônia e na Bulgária. Na década de 1380, no entanto, os turcos iniciaram a invasão efetiva do território sérvio, o que culminou com uma nova vitória turca na Batalha de Kosovo (HÖSLER, 2008), em 1389. O início do conflito, em si, pode ser tido como um jogo de vaidades, onde os líderes sérvios locais Lazar e Vuk Brankovic mediam forças com o sultão Murad, o qual conduziu pessoalmente suas tropas ao território kosovar. Ambos os principais líderes, Lazar e Murad, morreram nessa intrigante batalha²⁷, o que gerou a necessidade de seus

²⁷ A Batalha de Kosovo é considerada, até hoje, um mito mal explicado, que divide a literatura internacional a respeito do que realmente ocorreu, em razão dos pouco material existente sobre o conflito – em geral, canções e contos épicos. Enquanto uns alegam que ela constituiu a maior derrota e o fim do império sérvio, outros questionam a veracidade do que é contado sobre a Batalha e até mesmo da eventual vitória turca, como mostra Judah: “Primeiro, muitos dos relatos iniciais sobre Kosovo, longe de lamentar uma grande catástrofe cristã, comemoravam um triunfo sobre os turcos. Em segundo lugar, como vimos, o Império Sérvio começou a entrar em colapso já em 1355 após a morte de Dusan. Em terceiro lugar, depois da batalha, uma forma especial de Estado sérvio sobreviveu por mais de setenta anos” (2009: 31). É inquestionável, no entanto, o crescimento da

sucessores assumirem o poder disperso no conflito. No caso sérvio, a consolidação do poder pelo clã de Lazar deu origem ao mito de Kosovo, embora a maioria das demais lideranças eslavas locais tenham sido subjugadas, pouco a pouco, ao poder otomano.

A atuação turca na Batalha de Kosovo fez com que estes se espalhassem rapidamente pela Europa e o Império Otomano se tornasse uma das principais potências políticas, econômicas e culturais da Eurásia. Depois de conquistarem a Sérvia e a Bósnia, os turcos estabeleceram com os povos eslavos uma dinâmica de concessão de privilégios em troca de serviços militares. Com isso, o objetivo de conquistar Constantinopla mostrou-se mais próximo da realidade, e os otomanos investiram contra o já frágil Império Bizantino. Diversos conflitos militares na região balcânica eclodiram nesse período, já que o sultão Mehmed II utilizou a estratégia de incursões militares contra os potenciais aliados de Constantinopla. Com a navegação da cidade bloqueada pelas tropas do sultão, muito poderosas militarmente, Constantino XI não conseguiu organizar uma resistência eficiente e a tomada da capital bizantina pelos turcos otomanos ocorreu em 1453.

Esse evento, como Kennedy sintetiza, “não marcou, de modo algum, os limites do avanço dos turcos otomanos” (1989: 13), visto que os mesmos tomaram também a Grécia e as Ilhas Jônicas, a Bósnia, a Albânia e o resto dos Bálcãs. Marcou, sim, o fim do Império Bizantino e a ascensão do Império Turco-Otomano à Europa central, especialmente na década de 1520, “quando seus formidáveis exércitos de janízaros marcharam sobre Budapeste e Viena” (KENNEDY, 1989: 14). Com o domínio dos turcos na região, o comércio da Europa com o Oriente foi fechado, já que o Império bloqueou a passagem de navios cristãos nas rotas comerciais entre os mares Mediterrâneo e Negro. Com efeito, as consequências diretas disso foram a crescente dependência dos povos balcânicos de sua produção própria, em razão da decadência do comércio de especiarias entre Europa e Oriente através do Mediterrâneo, e o advento das Grandes Navegações, comandadas pelos Reinos de Portugal e Espanha.

influência turca na região balcânica durante esse período, motivo que leva este trabalho a aceitar a Batalha de Kovoso como marco inicial da dominação otomana no território sérvio.

O sultão muçulmano Mehmed II, responsável pela queda de Constantinopla, consolidou o Império Otomano através da ampliação de suas fronteiras ao longo da Europa por meio de um corpo de exército e de marinha eficientes e do “melhor equipamento de sítio da época” (KENNEDY, 1989: 19). Os sultões subsequentes tentaram continuar a obra, sendo que em 1521, Suleiman I conquistou Belgrado e o sul da Hungria, mas ao tentar dominar a região de Viena, não foi bem sucedido. Os conflitos com o Império dos Habsburgo eram frequentes²⁸, especialmente pelo domínio da região central dos Bálcãs²⁹. Em 1683, a Batalha de Viena simbolizou o fim da expansão otomana na Europa, e os séculos que se seguiram foram de estagnação político-econômica, perda de territórios e lenta decadência. Segundo Kennedy, “o exército otomano, por mais bem administrado que fosse, poderia manter as extensas fronteiras, mas dificilmente se poderia expandir mais sem um enorme custo em homens e dinheiro” (1989: 20), o que dificultava a evolução do imperialismo turco, que não era economicamente rentável.

Além disso, o Império Otomano vinha colecionando uma variedade de inimigos externos ao longo da Europa e da Ásia, somada à deficiência do sistema otomano como um todo, o qual “sofria cada vez mais de alguns defeitos da centralização, do despotismo e de uma ortodoxia severa em sua atitude para com a iniciativa, a dissensão e o comércio” (KENNEDY, 1989: 21). Desde o século XVI, os reinos eslavos do leste iam se unindo em torno do Principado de Moscou e dando forma ao Império Russo, embora só com a ascensão da dinastia Romanov, em 1613, possa se falar em um processo de imperialização da Rússia e sua expansão em direção aos Bálcãs. Para completar, o advento das guerras napoleônicas tumultuou o território europeu e, no início do século XIX, o Congresso de Viena, com o objetivo de

²⁸ Kennedy considera o Império Otomano como “um dos mais persistentes e ameaçadores inimigos dos Habsburgos” (1989: 62), principalmente porque ambos os impérios sofriam as mesmas deficiências: “grande extensão estratégica, incapacidade de explorar com eficiência os recursos, obstáculos à iniciativa comercial devido à ortodoxia religiosa ou ao prestígio militar” (1989: 62).

²⁹ Com efeito, Judah (2009) argumenta que o principal legado das guerras austro-turcas foi a criação de um cinturão de terra habitado por uma minoria sérvia, misturada aos croatas, que foi deslocada para formar uma fronteira militar comandada pelos turcos otomanos.

reorganizar as fronteiras européias, estabeleceu o controle do sudeste da península balcânica para o Império Otomano e a anexação do centro-norte dos Bálcãs para a Áustria (HÖSLER, 2008).

As guerras austro-turcas provocaram grande agitação entre os sérvios, que viram nisso uma oportunidade para um levante em prol de sua independência. Os austríacos até haviam ajudado os sérvios na criação de unidades sérvias freikorps e no desenvolvimento militar sérvio, em prol do seu apoio em uma eventual guerra contra os turcos, mas tiveram que desocupar a região por causa do Tratado de Sistova. Assim, os sérvios, nas mãos dos otomanos, sequer apreciaram a iniciativa do sultão de implantar um regime altamente liberal na província sérvia, pois que saqueadores janízaros começaram a definir uma espécie de governo paralelo na região, baseado na pilhagem e em altos impostos. Quando, em 1804, o líder dos janízaros resolve executar aproximadamente 150 líderes sérvios locais, em uma operação chamada “O Corte das Cabeças dos Chefes” (JUDAH, 2009), a rebelião sérvia estoura.

Em um primeiro momento, o levante sérvio de 1804 não foi direcionado diretamente contra o Império Otomano, mas sim contra o governo paralelo dos janízaros – muitos turcos atuaram ao lado sérvio no confronto, inclusive. Contudo, não demorou para que a pretensão sérvia de independência completa se tornasse expressiva. O conflito foi resolvido, entretanto, por mãos estrangeiras – russos e turcos acordaram diplomaticamente em deixar as coisas como estavam³⁰. A resposta turca aos levantes sérvios, porém, não apresentou nenhum cunho diplomático: cidades foram queimadas e grande parte da população foi escravizada.

Outro levante seria tentado, em 1815, dessa vez com mais sucesso, muito em razão da conjuntura internacional, centrada na derrota de Napoleão. O resultado foi que Belgrado conseguiu o status de província autônoma no Império Turco. Pouco tempo depois, em 1821, a Grécia declarou sua independência do Império Otomano. Décadas mais tarde, Sérvia, Bulgária e Montenegro fizeram o mesmo por volta de 1870. Ao mesmo tempo, os austro-

³⁰ Um chanceler russo haveria sugerido, inclusive, que a Sérvia fosse entregue a alguma família nobre européia (JUDAH, 2009).

húngaros, que dominavam os territórios esloveno e croata, avançaram sobre a região da Bósnia. Inimigos estrangeiros, engessamento administrativo, perda de territórios e crise econômica não poderiam indicar outra coisa: era o declínio do Império Turco Otomano³¹.

O resultado da lógica de aplicação de coerção intensa, somado à decadência do Império Otomano, pode ser visto no desenvolvimento do movimento pan-eslavista, entre acadêmicos e intelectuais, que pregava a união de todos os povos eslavos. A primeira metade dos anos 1800 foi de forte ebulição de sentimentos nacionalistas eslavos, embora logo esse fenômeno tenha sido identificado como uma ideologia czarista para justificar a expansão territorial da Rússia pela Europa Central³². Não obstante, o movimento eslavo foi o início da materialização do sonho de criação de um Estado dos eslavos do sul, encabeçado primeiramente pelo povo croata que vivia sob a opressão do Império dos Habsburgo. Nesse sentido, os croatas construíram o movimento iliriano, de caráter nacional, entre os anos 1830 e 1840, com o ímpeto de fomentação de uma consciência nacional eslava (HUDSON, 2003).

³¹ Sobre a decadência otomana, Kennedy completa: “Um sultão idiota podia paralisar o Império Otomano de uma forma que seria impossível a um papa, ou um imperador do Sacro Império Romano, fazer em relação a toda a Europa. Sem direção clara do alto, as artérias da burocracia se endureceram, preferindo o conservantismo à mudança, e sufocando a inovação. A falta de expansão territorial e a pilhagem que a acompanhava, depois de 1550, juntamente com o grande aumento nos preços, levaram os janízaros descontentes ao saque interno. Comerciantes e empresários (quase todos estrangeiros) que antes tinham sido estimulados, viram-se sujeitos a impostos imprevisíveis e confiscos diretos de suas propriedades. Tarifas cada vez maiores arruinaram o comércio e despovoaram as cidades. Talvez os mais prejudicados tenham sido os camponeses, cujas terras e rebanhos eram cobiçados pelos soldados. Com o agravamento da situação, os funcionários civis também se voltaram para o saque, exigindo propinas e confiscando estoques de mercadorias. Os custos da guerra e da perda do comércio asiático durante a luta com a Pérsia intensificaram a busca desesperada de novas receitas pelo governo, o que por sua vez atribuiu maiores poderes aos inescrupulosos coletores de impostos” (1989: 21). Esse trecho explica claramente a dinâmica de enfraquecimento do Império Otomano.

³² Segundo Vizentini, “em alguns países, o nacionalismo revestiu-se de contornos raciais, desenvolvendo-se como correntes políticas pangermanistas, pan-eslavistas e anglo-saxônicas. (...) Na medida em que a expansão econômica passou a dirigir-se para os Bálcãs, o pangermanismo também tornou-se um elemento de peso na política austríaca, servindo como elemento de legitimação da política de tais países para essa região. Todavia, a península balcânica era também o lar dos eslavos do sul (sendo a maioria deles de religião ortodoxa), submetidos aos Impérios multinacionais Austríaco e Turco. Assim, o pan-eslavismo servirá como instrumento ideológico para o Império Russo alcançar seus interesses em tal território, justificando-se como defensor da religião ortodoxa e das minorias eslavas da região” (2003: 25).

O movimento iliriano não prosperou, seguindo a tendência de derrocada das revoluções liberais européias da época, mas nem por isso foi esquecido. Um sentimento nacional cada vez mais forte entre elites croatas crescia dentro do Império Austro-Húngaro, e até mesmo um status croata em termos de república austro-húngara começava a ser considerado, como pontapé inicial rumo à independência. O sonho iugoslavo, então, estava cada vez mais sedimentado entre os croatas, como percebe Hudson: “como Mihailo Crnobrnja salientou: “O principal proponente do iugoslavismo foi o bispo Josip Strossmayer que, no estabelecimento da Academia de Ciências iugoslavas em Zagreb, em 1866, criou a primeira instituição a ter no nome a expressão 'iugoslava’” (2003: 10). Não é de se espantar, com isso, que a Coalizão Sérvio-Croata, o primeiro partido político misto entre os eslavos a defender a união entre as identidades nacionais sérvia e croata, tenha angariado rapidamente a maioria no parlamento da Croácia.

O pan-eslavismo, embora não tão fortemente acentuado entre o povo sérvio, também foi um dos responsáveis pela eclosão de diversos movimentos separatistas dentro do Império Otomano, que já não conseguia mais dar conta de seu extenso território - o tamanho do império criou dificuldades na integração de suas regiões economicamente diversas. Em 1875, contrariando a tendência alemã e italiana de unificação³³, Sérvia, Montenegro e Romênia declararam a sua independência e, em seguida, ocorreu a eclosão da Guerra Russo-Turca em 1877, em nome do acesso russo ao mar Mediterrâneo (CRAIG, 1978). Os otomanos, na realidade, só não haviam ainda sido totalmente dominados por seus dois impérios vizinhos – a Áustria-Hungria e a Rússia - em razão do papel estratégico da Inglaterra na doutrina balanço de poder³⁴.

³³ A unificação alemã iniciou em meados do século XIX e consolidou-se com a formação do Segundo Reich em 1871. Já a unificação italiana foi levada a cabo por Vittorio Emanuel II na década de 1860.

³⁴ “Com a derrota napoleônica, a Inglaterra assegurou sua hegemonia internacional mediante um sistema baseado no equilíbrio de poderes na Europa e no 'Imperialismo livre-cambista' no plano mundial. O objetivo britânico, plenamente atingido no Congresso de Viena, era evitar a hegemonia de uma única potência sobre a Europa, ou a aliança entre várias delas, tornando o continente uma força coesa na política mundial” (VIZENTINI, 2003: 11-12).

A Guerra Russo-Turca partiu do objetivo russo de conquistar a península balcânica e, com isso, uma saída pelo Mar Mediterrâneo, tendo em vista o enfraquecimento do Império Otomano. Eslavos da Bósnia foram incentivados à revolta, com o apoio russo, em razão da alta tributação cobrada pelos otomanos, em 1875 (CRAIG, 1978). Seguindo a tendência, eslavos da Sérvia e de Montenegro resolveram entrar em guerra contra os opressores otomanos, por quem foram derrotados, no ano seguinte. Com a perda dos irmãos eslavos, a Rússia fica sem poder reivindicar territórios nos Bálcãs, e lança-se contra o Império Otomano, em busca do domínio da região balcânica, e abala o equilíbrio de forças que sustentava os otomanos em seus territórios (MENDELOFF, 2008). De fato, como mostra Kagarlitsky, “(...) Karl Marx observou que todos os confrontos entre a Rússia e a Turquia 'foram, em parte, o resultado da concorrência comercial entre as províncias do sul da Rússia e os principados do Danúbio, bem como da Bósnia, da Sérvia e da Bulgária, que estão ao longo do Danúbio” (2008: 193). Nessa conjuntura, tornou-se premente uma atitude por parte da diplomacia dos grandes poderes mundiais.

Em nome da estabilidade política do continente, as grandes potências européias organizaram nesse período o Congresso de Berlim, em 1878, liderado pelo chanceler alemão Otto von Bismarck³⁵. Após os conflitos nos Bálcãs, era necessário que Grã-Bretanha, Áustria-Hungria, França, Alemanha, Itália, Rússia e Império Otomano - as potências poderosas - sentassem à mesa para redesenhar a geografia da Europa centro-leste. Foi nessa reunião que ocorreu o reconhecimento formal da independência dos Estados da Sérvia, de Montenegro e da Romênia. E foi através da mesma que Constantinopla foi garantida aos otomanos, bem como alguns territórios que o Tratado de San Stefano³⁶ havia conferido à Bulgária, como a Macedônia, que retornou às mãos

³⁵ Uma das frases mais famosas de Bismarck retrata sua opinião sobre os Bálcãs: “O conjunto dos Balcãs não valem os ossos saudáveis de um guerreiro da Pomerânia” (CRAIG, 1978:110).

³⁶ O Tratado de San Stefano, organizado pela diplomacia russa, preconizou a independência do Principado da Bulgária, o que maximizou a influência russa na Europa central. O Principado seria supervisionado pela Rússia, e incorporou o território da Macedônia, estrategicamente importante devido ao estreito que separava o Mar Negro do Mediterrâneo (MENDELOFF, 2008).

do Império Otomano. Tal Tratado, aliás, foi o responsável pela criação de uma certa tensão nas relações russo-sérvias, como mostra Mendeloff:

Montenegro conquistou a independência e um aumento significativo no território - uma recompensa por seu servilismo consistente ao Czar durante a guerra. Romênia e Sérvia, no entanto, não saíram tão bem: enquanto ganharam a independência, os russos, como pretendiam, anexaram a Bessarábia meridional, o que os romenos viram como uma grande traição. E a Sérvia, tendo pendido para o lado da Rússia, recebeu muito menos terras do que tinha desejado, em grande parte às custas da Bulgária. À Sérvia foi negada a Bósnia, Kosovo, Macedônia e quase todas as terras do leste, conhecidas como Antiga Sérvia, que tinham sido ocupadas pelos sérvios durante a guerra. Com San Stefano, a Rússia essencialmente abandonou a causa sérvia em favor de uma Grande Bulgária. (2008: 41).

A principal preocupação do Congresso de Berlim, em resumo, era conter a influência russa e o movimento pan-eslavista na Europa, fenômeno que poderia fomentar uma revolta a favor da independência dos eslavos controlados pelo Império Austro-Húngaro. Ademais, a crescente expansão dos russos em direção à Ásia e à África não agradava britânicos e franceses, que buscavam o controle de porções desses continentes (CRAIG, 1978). A Grã-Bretanha já não conseguia mais equilibrar as forças políticas emergentes na Europa, e a ascensão russa sobre territórios da esfera de influência britânica tornava-se uma ameaça quase que militar. E, para isso, necessitava da ajuda alemã, potência semi-hegemônica controlada por Bismarck que, com sua habilidade diplomática, empenhava-se em garantir o papel da Alemanha no equilíbrio europeu, ao menos, “até que seu crescimento militar-industrial e as ambições políticas de uma liderança pós-bismarckiana voltassem a colocá-la, mais uma vez, em condições de questionar a ordem territorial existente” (KENNEDY, 1989: 186).

Os resultados da reunião de 1878 foram, em grande parte, o vetor de ebulição de conflitos posteriores. O território da Bulgária foi dividido entre o domínio turco e russo, mais a província autônoma da Rumélia e o Estado da Bulgária. A Bósnia, por sua vez, foi cedida para ocupação e administração por parte da Áustria-Hungria (CRAIG, 1978), o que viria a erodir na crise bósnia de 1908. Já a Alemanha até tentou preservar o acordo da Liga dos Três

Imperadores, posicionando-se como intermediária entre as ambições de Rússia e Áustria, mas os russos ficaram insatisfeitos com a mediação alemã, já que acreditavam que seriam defendidos por Bismarck em um eventual confronto com austríacos e britânicos. Não obstante, quem ficou satisfeito com o Congresso foi o Reino da Sérvia, governado pelo príncipe Milan Obrenović, como mostra Mendeloff: “enquanto os russos consideraram Berlim uma grande humilhação, os sérvios não se desagradaram, vendo uma oportunidade de ganhar as terras que sentiam que mereciam. De fato, com a ajuda da Áustria (...), os sérvios receberam algumas das terras da Sérvia Antiga que a Bulgária foi forçada a entregar” (2008: 42).

Com as relações estremecidas com a Rússia, a Alemanha acabou por materializar os desejos da Inglaterra e da Áustria de que os russos fossem contidos, visto que o Império Otomano foi preservado como uma possível barreira contra o avanço russo para o Mediterrâneo. Essa era a aspiração britânica desde a primeira Guerra Russo-Turca, de 1686, visto que a participação inglesa era baseada em seus interesses econômicos em manter-se como a potência hegemônica do período. No entanto, Sérvia e Montenegro permaneceram aliados ao Império Russo, e isso era visto como uma fonte de problemas futuros para a estabilidade política do continente. A questão grego-turca, por sua vez, sequer foi discutida no Congresso de Berlim.

Os anos que se seguiram no continente europeu, e no sistema mundial, em geral, foram de uma espécie de equilíbrio velado, ou “paz armada”, como sugere Kennedy:

A ausência de grandes conflitos no período posterior a 1871, durante o qual Bismarck dominou a diplomacia européia, pode ter sugerido que surgira um novo equilíbrio, depois das fissuras da década de 1850 e de 1860. Não obstante, longe do mundo dos exércitos, marinhas e ministérios do exterior, acontecimentos industriais e tecnológicos de grande alcance se processavam, mudando o equilíbrio global ainda mais rapidamente do que antes. E não levaria muito tempo para que essas modificações da base industrial/produtiva tivessem seu impacto sobre a capacidade militar e a política externa das grandes potências. (1989: 189).

As opções estratégicas feitas pelos principais centros de poder do sistema-mundo do século XIX, tanto em termos políticos quanto econômicos,

seriam os catalisadores das Guerras Mundiais que estavam por vir no século XX. A anexação da Bósnia pela Áustria-Hungria em 1908 (que será tratada na próxima seção), em resposta à declaração de independência da Bulgária, e em claro desrespeito ao Tratado de Berlim, é apenas um dos exemplos que podem ser dados sobre como as escolhas políticas a curto e médio prazo dos grandes poderes afetam o jogo político do sistema mundial. Nesse sentido, conforme lembra Vizentini, “os objetivos geopolíticos de todas as potências e a estratégia para alcançá-los permitiram caracterizar a guerra iminente principalmente como um conflito pela redivisão do planeta, devido ao ritmo desigual de desenvolvimento das nações industriais” (2003: 29).

1.2 As Guerras Balcânicas, as Guerras Mundiais e a construção do Estado iugoslavo

A criação da Iugoslávia surgiu como uma consequência de importantes mudanças geopolíticas no início do século XX. O Estado iugoslavo foi, em síntese, o resultado da soma entre a Primeira Guerra Mundial, a dissolução do Império Austro-Húngaro e a nova ordem mundial estabelecida na época, que implicou na deslegitimação da dominação do território pelos poderes mundiais. Não obstante, o processo de paz no pós-Primeira Guerra emergiu como um jogo político onde os jogadores - as grandes potências - tinham seus próprios interesses na criação e formação do Estado iugoslavo.

No início do século XX, a Europa fornecia um cenário único para a economia de mercado impulsionar o desenvolvimento militar. O mundo estava, então, sob a supremacia econômica capitalista das potências européias, mais especificamente a hegemonia britânica. Contudo, começaram a surgir evidências do deslocamento dessa dinâmica, já que alemães e norte-americanos estavam com uma produção avançada de ferro e aço e com um elevado desenvolvimento das indústrias bélica, química, elétrica e naval. Esses Estados emergentes ameaçavam a *pax* britânica e, principalmente, o *status quo* do imperialismo colonial imposto pelos grandes poderes europeus na Ásia e na África. A Alemanha há muito havia ultrapassado o crescimento industrial

inglês, o que colocava em risco a supremacia do capitalismo britânico e impulsionava a legitimidade alemã em torno da redivisão das colônias africanas e asiáticas.

Com isso, os países poderosos iniciam uma corrida armamentista que fez jus ao conceito de “paz armada” aplicado ao período que vai do fim do século XIX ao início do século XX. Foram as Guerras Mundiais, então, que tiveram um efeito político de formatação de economias de comando, como uma organização burocrática e economias planificadas, as quais se originaram nas pressões da guerra. Ora, “a centralidade absoluta da guerra em sua explicação faz da posição dentro do sistema internacional um determinante decisivo da história organizacional de qualquer estado particular” (TILLY, 1996: 54).

É precisamente nesse ponto que se faz necessária a análise do papel do sistema internacional nessa configuração metodológica que envolve guerra, Estado, capital e coerção. É certo que os Estados Nacionais estão em concorrência uns com os outros, e adquirem suas identidades por contraste com os outros Estados. Daí a necessidade, no caso balcânico, de se averiguar a posição que os países envolvidos ocupavam no cenário do sistema mundial moderno, e até mesmo dos interesses estratégicos que os poderes ocidentais sustentaram em relação à Iugoslávia.

Nessa lógica, compreender a política de alianças entre os grandes poderes mundiais nesse período é importante para mapear as ações estratégicas desses países durante as Guerras. Desde a sua unificação, a Alemanha adotou uma política externa de isolamento em relação à França, através da formação de várias alianças no sistema internacional. A primeira delas havia sido a Liga dos Três Imperadores, entre Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia, formalizada em 1873; mas foi a Tríplice Aliança, de 1882, entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália³⁷, que ganhou posição de destaque nas relações externas alemãs (CRAIG, 1978). Por sua vez, a França consolidou pactos militares com a Rússia na década de 1890 e, em 1904, formou a

³⁷ A Itália, apesar de aliar-se à Áustria-Hungria na Tríplice Aliança, possuía questões mal resolvidas com esta, pois ambos os países lutavam pela posse das regiões de Trento e da Ístria. Em razão disso, a Itália comportou-se de forma dúbia em termos de política externa nesse período.

Entente Cordiale com a Inglaterra, com o propósito específico de enfrentar um inimigo comum: a Alemanha (HOBSBAWM, 2007).

A Entente Cordiale daria lugar, em 1907, à Tríplice Entente, com a aliança da Rússia aos franceses e britânicos. A Rússia, protetora do pan-eslavismo, era inimiga direta do Império Austro-Húngaro, defensor dos turcos otomanos e da Alemanha, de quem encontrou resistência em relação à expansão balcânica. A Alemanha planejava a construção de uma estrada de ferro Berlim-Bagdá, para barrar a descida russa pelos estreitos de Bósforo e Dardanelos, territórios otomanos (CRAIG, 1978). Tal empreendimento possibilitaria à Alemanha o acesso a áreas ricas em petróleo do Golfo Pérsico, o que indiretamente ameaçava a hegemonia inglesa na região. Com isso, esforços russos e britânicos aliaram-se contra a Tríplice Aliança (HOBSBAWM, 2007).

Explicadas as alianças entre os grandes poderes do sistema mundial, é essencial avaliar a anexação do território bósnio e herzegovino pelo Império dos Habsburgo em 1908 como um importante constrangimento sistêmico. A anexação foi, em grande parte, uma provocação à Sérvia, que buscava o domínio da região, e contou com o apoio dos alemães, ainda interessados na estrada de ferro Berlim-Bagdá, que agiram de forma brutal para incentivar os austríacos (CRAIG, 1978). A brutalidade do conflito fez com que a Rússia intervesse no caso, em favor de seus irmãos eslavos³⁸, e levou a Sérvia a adquirir uma maior proeminência na liderança do movimento eslavo, em direção à libertação dos povos balcânicos. Na época, a Bósnia era constituída em quase 40% de sérvios (HUDSON, 2003), o que por si só justifica a atitude sérvia hostil em relação à Áustria³⁹ e a união entre bósnios, sérvios e montenegrinos contra os austríacos durante as Guerras Balcânicas⁴⁰. Com a

³⁸ Muito embora o Ministro das Relações Exteriores russas tenha aprovado, à primeira vista, a anexação austríaca, em troca da promessa de que a Áustria não iria intervir no desejo russo de conquistar os estreitos turcos (CRAIG, 1978).

³⁹ Conforme Hobsbawm, naquele período, “os povos eslavos do sul estavam em parte na metade austríaca do Império Habsburgo (eslovenos, croatas, dálmatas), em parte na metade húngara (croatas, alguns sérvios), em parte sob administração imperial comum (Bósnia-Herzegovina) e o resto em pequenos reinos independentes (Sérvia, Bulgária e o miniprincipado de Montenegro) ou sob controle turco (Macedônia)” (2007: 432).

⁴⁰ Completando esse raciocínio, Hudson afirma que “a crescente força e confiança do

anexação, o ideal de unificação eslava pareceu ficar mais distante, visto a necessidade de derrotar tanto os austríacos quanto os otomanos para que a independência da região ocorresse.

Em decorrência da conjuntura sistêmica formada na região dos Bálcãs, os Estados ali existentes entraram em conflito pela posse dos territórios do então enfraquecido Império Otomano. A Primeira Guerra Balcânica, ocorrida entre 1912 e 1913, colocou os Estados da Grécia, Sérvia, Montenegro e Bulgária contra os otomanos, não obstante os esforços da diplomacia dos grandes poderes em conter o conflito⁴¹ (CRAIG, 1978). Estes países formaram a Liga Balcânica, uma coalizão antiturca disposta a cercar o território turco, embora tenham atuado em frentes de batalha individuais⁴², já que a Liga não possuía uma estratégia militar específica. Entretanto, os países da Liga acabaram por se desentender quanto à divisão dos territórios da Albânia, Macedônia e Trácia, e tal desentendimento desencadeou a criação de uma Albânia independente, por pressões austríacas e italianas, através do Tratado de Londres de 1913.

Este tratado estabeleceu o término da guerra, mas não agradou aos países signatários. A Sérvia acabou sem uma saída para o mar, não desejava evacuar a Albânia, e temia uma expansão búlgara nos territórios balcânicos. A Bulgária, por sua vez, não aceitava dividir a Macedônia com sérvios e gregos, com vistas à dominação dos Bálcãs e, por isso, procedeu ao ataque contra a Sérvia, no mesmo ano, com o apoio da Áustria-Hungria. Este confronto deu início à Segunda Guerra Balcânica, na qual os búlgaros enfrentaram, sem

Estado sérvio, juntamente com o seu desejo de libertar a Bósnia do jugo austríaco, colocou Sérvia e Áustria em rota de colisão” (2003: 11).

⁴¹ Importante notar que “as forças dos quatro pequenos Estados atacaram os turcos e, para a surpresa geral, os derrotaram e chegaram às portas de Constantinopla, onde se detiveram por pressão das grandes potências. Para a Tríplice Aliança a questão fundamental era impedir o acesso da Sérvia ao Mar Adriático e evitar o da Rússia aos estreitos turcos (...). A Sérvia era o reino mais militantemente nacionalista entre os eslavos do sul e o maior obstáculo à expansão austríaca na região. Assim, foi criado o reino da Albânia, a fim de impedir o acesso dos sérvios ao mar” (VIZENTINI, 2003: 31).

⁴² A Bulgária, com o exército mais bem-preparado, concentrou sua atuação na Trácia e no coração da Macedônia. A Sérvia e o Montenegro agiram no norte da Macedônia, em Kosovo e na Albânia. A Grécia, por sua parte, centrou seus esforços no sul da Macedônia e no controle do Mar Egeu.

sucesso, os sérvios apoiados por Montenegro, Romênia, Grécia e pelos próprios otomanos (VIZENTINI, 2003). Como conseqüência, a Sérvia saiu deste conflito como uma forte potência regional, o que agradava aos russos e preocupava a Áustria.

Ao final das Guerras Balcânicas, o Império Otomano na Europa estava reduzido a uma pequena porção de terra ao sul; já a Sérvia conseguiu o controle da Macedônia e duplicou o tamanho de seu território e de sua população (HUDSON, 2003). Faltava, nesse momento, somente a oportunidade correta para que a Sérvia liderasse, na prática, o plano de unificação dos povos eslavos do sul. Tal oportunidade foi proporcionada por Gavrilo Princip, um estudante bósnio-sérvio integrante do grupo nacionalista Mão Negra, ao assassinar o herdeiro do trono austríaco Francisco Ferdinando, em Sarajevo, quando este fazia uma visita para anunciar a formação de uma monarquia austro-húngaro-eslava (CRAIG, 1978). Com isso, a Áustria-Hungria exigiu que a Sérvia eliminasse as sociedades nacionalistas locais⁴³ e apresentou condições inaceitáveis à soberania sérvia (VIZENTINI, 2003), ultimato⁴⁴ este que foi recusado. A declaração de guerra, então, era iminente: esse foi o estopim para a Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914.

Contudo, é preciso apontar que, naquele jogo político de alianças e naquela conjuntura mundial, o Império austríaco não possuía outra opção senão a investida militar contra a Sérvia, como mostra Hobsbawm:

(...) havia uma nação que não podia senão apostar sua existência no jogo militar, porque sem ele parecia condenada: a Áustria-Hungria, dilacerada desde meados da década de 1890 por problemas nacionais cada vez mais inadmissíveis, dos quais os dos eslavos do sul pareciam ser os mais recalcitrantes e perigosos, por três motivos. Primeiro, porque não só causavam transtornos (...) como também complicavam as coisas ao pertencer tanto ao governo de Viena -

⁴³ Muitas organizações secretas nacionalistas atuavam contra o Império Austro-Húngaro na região balcânica. A Mão Negra (ou “Ujedinjenje ili smrt”, tradução sérvia para “União ou morte”) era o grupo mais fortalecido, até porque encabeçado pelo chefe do serviço de inteligência sérvio, *Dragutin Dimitrijevic*, e era interligado aos mais diversos grupos secretos croatas, eslovenos e bósnios.

⁴⁴ Sobre o ultimato austríaco ao governo sérvio, Craig refere que “parecia desajeitado e imprudente, mesmo para aqueles que ficaram horrorizados com o que tinha acontecido em Sarajevo” (CRAIG, 1978: 336).

linguisticamente flexível – como ao de Budapeste – implacavelmente magiar. (...) Segundo, porque o problema dos eslavos da Áustria não podia ser desenraizado da política balcânica (...). Ademais, já existia um Estado independente eslavo do sul, a Sérvia (...), o que podia ser uma tentação para os eslavos do sul dissidentes no império. Terceiro, porque a derrocada do Império Otomano praticamente condenou o Império Habsburgo, salvo se este pudesse demonstrar, sem sombra de dúvida, que ainda era uma grande nação nos Bálcãs, onde ninguém podia se meter. (2007: 445-446).

Nessa lógica, os interesses capitalistas intrínsecos à corrida armamentista, somados à política de alianças e às questões imperialistas, nacionalistas e de manutenção do *status quo* do sistema internacional foram, portanto, as principais variáveis explicativas para o estouro da Primeira Guerra Mundial. Com a declaração de guerra da Áustria à Sérvia, a Rússia entrou no conflito de imediato em defesa dos sérvios, e o sistema de alianças foi ativado, pelo que a Tríplice Entente atuou contraposta à Tríplice Aliança. A primeira fase da Guerra, a guerra de movimento, teve o protagonismo do Plano Schlieffen, uma tática alemã de ofensiva militar rápida em duas frentes, primeiramente no Ocidente, contra a França, e depois no Oriente, contra a Rússia (CRAIG, 1978). Ao colocar em prática o Plano, contudo, a Alemanha acabou por violar o território belga, e com esse pretexto Inglaterra declarou guerra à Alemanha. O plano fracassou e iniciou-se a segunda fase do conflito, a guerra de trincheiras.

Embora os conflitos armados focassem, essencialmente, a frente ocidental, na Bélgica e no norte da França, e a frente oriental, na região fronteiriça entre Alemanha, Rússia e Áustria-Hungria, existiam fronts secundários importantes, como a região balcânica (VIZENTINI, 2003). Os austríacos tentaram, por duas vezes em 1914, ocupar a Sérvia, mas foram derrotados pelo pequeno mas eficiente exército sérvio, constituído basicamente por camponeses nacionalistas. Em 1915, contudo, a Bulgária entrou em jogo e atacou a Sérvia pelo sul, enquanto o norte sofria ataques de austríacos e alemães (CRAIG, 1978). Não demorou para Belgrado cair em mãos austríacas. Em 1916, foi a vez de Montenegro e da Albânia renderem-se ao exército austro-alemão. Os povos eslavos do sul só seriam libertados em 1918, com a ajuda dos exércitos ingleses e gregos.

Com o desenrolar da Guerra, a ascensão do marxismo e as contínuas derrotas russas, eclodiu a Revolução Russa, em 1917, a qual implantou o socialismo durante a Revolução de Outubro. Em razão da crise interna, os russos acabaram por se retirar da Primeira Guerra, através do Tratado de Brest-Litovsk, de 1918. A saída dos russos, entretanto, foi contrabalançada pela entrada dos Estados Unidos na Guerra, em apoio à Entente. A forte superioridade norte-americana em termos militares impôs frequentes derrotas aos alemães e, uma a uma, as potências ligadas à Aliança foram sendo derrotadas. O final da Guerra deu lugar aos tratados de paz, sendo que no início de 1919 as potências vencedoras reuniram-se para acordar uma ordem internacional inviável através Tratado de Versalhes, pelo qual se estabeleceu a Alemanha como culpada pelo conflito, e várias medidas foram adotadas em ordem de enfraquecer e desmilitarizar os alemães.

O Império Otomano, da mesma forma, teve seu último suspiro nesta Guerra. Em vantagem durante os primeiros dois anos de conflito, após o massacre contra os armênios em 1915, os otomanos acabaram por enfraquecer-se durante a Revolta Árabe de 1916. A partir daí, o Império só viu perder os seus territórios, até que, em 1920, a assinatura do Tratado de Sévres consolidou a partilha do Império Otomano. Constantinopla foi ocupada, o sultanato foi abolido em 1922, e a Turquia foi reconhecida internacionalmente em 1923, pelo Tratado de Lausanne. Já em relação à Áustria, foi assinado o Tratado de Saint-Germain, pelo qual o Império Austro-Húngaro foi desmembrado e foi oficialmente reconhecida a existência de um novo Estado: o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (HÖSLER, 2008).

Um dos principais objetivos dos poderes mundiais era criação de Estados viáveis, a fim de impedir a expansão germânica na região e blindar o socialismo soviético. A realidade é que não interessava ao cenário europeu dos vencedores da guerra a proliferação de Estados eslavos, porque isso dificultaria a expansão da Europa ocidental, o que era “parte essencial da construção da economia-mundo capitalista” (WALLERSTEIN, 2007: 29). A Iugoslávia seria, naquele momento, um importante nicho estratégico para as relações internacionais, e era vista como uma simples extensão do exército

sérvio, que havia impressionado a França e o Reino Unido, para o seu eventual papel em algum futuro conflito.

Além disso, as aspirações italianas e austríacas para o território iugoslavo foi outro fator importante em relação à construção estatal. Croatas e eslovenos, sem exércitos, sendo parte de impérios derrotados e sob a pressão de tumultos internos, não estavam em condições de resistir à Itália, e mesmo à Áustria, sem o apoio militar sérvio. Assim, para que a balcanização fosse evitada⁴⁵, foi necessária a liderança da Sérvia, então a maior e mais estável comunidade eslava, para conduzir o processo de unidade da região. Os poderes ocidentais, como lembra Hudson (2003), apoiaram o intento, já que viam no Estado iugoslavo unificado uma opção geopolítica bastante positiva, como se vê:

A contenção da Alemanha, que procuraria urgentemente rever as condições do tratado de paz pós-guerra, era de importância crucial. O ressurgimento alemão era inevitável; portanto, o mais forte dos aliados do oeste a leste, o melhor. Um Estado eslavo unificado no sul, comandado pelos sérvios, que foram aliados de guerra da Grã-Bretanha, da França e dos EUA, e implacavelmente hostis à Alemanha, era uma opção muito positiva para as grandes potências. Além disso, um Estado viável sob uma liderança forte poderia ajudar a aliviar ou suprimir tendências radicais entre os camponeses e trabalhadores, na sequência da Revolução Russa e da devastação provocada pela Primeira Guerra Mundial. (HUDSON, 2003: 8-9).

Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, em meados de 1915, um grupo de líderes pró-iugoslavos da Áustria-Hungria formalizou, em Londres, um Comitê Iugoslavo, para trabalhar a favor da união dos eslavos do sul (HUDSON, 2003). Esse Comitê, dois anos mais tarde, viria a formar um pacto com o governo sérvio exilado em Corfu para a criação de um reino eslavo, uma monarquia constitucional liderada pela família real sérvia. Assim, ao final de 1918, o príncipe regente sérvio Alexandre proclamou o novo Estado

⁴⁵ Hudson complementa que “o desejo de formação da Iugoslávia surgiu da constatação de que apenas um Estado unificado dos eslavos do sul poderia ser viável face à concorrência regional de interesses econômicos e estratégicos. Na verdade, a Iugoslávia era o único antídoto possível contra a 'balcanização' - a divisão da área em pequenos Estados antagônicos, que não tinham esperança de uma verdadeira independência e autodeterminação” (2003: 8).

multinacional⁴⁶, em nome de seu pai, o Rei Pedro, e os territórios da Sérvia (que então compreendia a Macedônia e Montenegro), da Croácia, da Bósnia e da Eslovênia uniram-se no que se convencionou chamar Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (WOODWARD, 1995) (ver Figura 1).

O nome Iugoslávia⁴⁷ só seria reconhecido oficialmente na Conferência de Paris de 1919, que restabeleceu o espaço geográfico europeu após a Primeira Guerra. A política iugoslava no período entre-guerras, no entanto, estava confusa devido à falta de um líder aceitável para todas as unidades. Sérvios e croatas divergiam, sobretudo, em relação à forma que o Estado deveria tomar: enquanto os sérvios apoiavam o unitarismo, os croatas defendiam um estado federal (HÖSLER, 2008). A união iugoslava havia sido essencialmente alimentada pelos sentimentos populares face ao inimigo externo, porém isso apenas adiou as soluções políticas necessárias para as contradições internas que a região enfrentava.

No plano internacional, o período pós-Primeira Guerra “apresentou um quadro de crise generalizada na Europa”, já que “o desemprego, a inflação e a recessão somaram-se a uma intensa mobilização política e a conflitos sociais acentuados” (VIZENTINI, 2003: 62). No cenário econômico mundial, a crise do liberalismo pela desestruturação do capitalismo internacional levaria, anos mais tarde, à crise da bolsa de 1929, que evidenciou as contradições desse sistema econômico. A conjuntura política mundial não era menos caótica: regimes nacionalistas totalitários emergiam na Europa, como o fascismo e o nazismo. Era de se esperar, com isso, sérias dificuldades a serem enfrentadas pelos novos Estados europeus, em fase inicial de estruturação estatal.

No plano econômico, o Estado iugoslavo estava unido por regiões economicamente díspares: os ex-territórios austro-húngaros possuíam uma

⁴⁶ Um censo realizado em 1921 no Estado iugoslavo indicou que quase 84% da população era eslavo-sulina, e o restante dividia-se entre alemães, húngaros, albaneses, turcos, romenos, vlach, ciganos, e outros (HUDSON, 2003).

⁴⁷ Sobre o remapeamento balcânico, Hobsbawm comenta que “(...) a Sérvia foi expandida para uma grande e nova Iugoslávia pela fusão com a (ex-austriaca) Eslovênia e a (ex-húngara) Croácia, e também com o antes independente pequeno reino tribal de pastores e assaltantes, Montenegro, uma sombria massa de montanhas cujos habitantes reagiram à perda sem precedentes de sua soberania convertendo-se em massa ao comunismo, que, achavam, apreciava a virtude heróica” (2008: 40).

economia bem desenvolvida, enquanto que a Sérvia tentava se estabelecer em um mercado maior do que estava acostumada, e Montenegro e Macedônia encaravam forte subdesenvolvimento em seus regimes de agricultura de subsistência. Com isso, o governo iugoslavo enfrentava um grande desafio ao ter que integrar regiões de desenvolvimento variado em uma mesma política econômica.

O setor industrial ainda era bem incipiente na maior parte da Iugoslávia, mas conseguiu avançar graças aos esforços do governo em conceder subsídios industriais, tarifas protetivas e à abertura de minas estatais, já que a mineração era o carro-chefe do setor industrial iugoslavo. A agricultura, no entanto, ainda era a principal fonte de receitas comerciais. A política econômica iugoslava, porém, baseada totalmente no mercado externo, tornava-se muito vulnerável a flutuações no mercado internacional, ainda mais na década de 1920, onde o colapso do mercado agrícola afetou as exportações agrícolas, minerais e de madeira (HUDSON, 2003).

A economia iugoslava, como um todo, sofria de fraqueza estrutural. Um mercado interno praticamente inexistente e um mercado externo cada vez mais dependente dos grandes poderes mundiais não era a fórmula mais eficiente para o desenvolvimento econômico do país. O setor industrial, concentrado na produção metalúrgica e de minérios na Bósnia, no Kosovo e na Macedônia, e na indústria alimentícia e têxtil na Croácia e na Eslovênia, dependia de ajuda externa desde o seu nascimento. O Estado produzia uma significativa quantidade de minérios, por exemplo, mas apenas em torno de 10% da produção era processada no país – a maior parte das matérias-primas era exportada. Os investimentos estrangeiros ingleses, franceses e alemães, através de sociedades de economia mista, foram os responsáveis, nos anos 1920, pela evolução industrial da Iugoslávia - ainda que lenta - não obstante o aumento da regulação estatal e do investimento em infraestrutura.

A maior responsável pelo crescimento industrial da Iugoslávia, entretanto, era a Alemanha, que aumentou a sua participação na economia balcânica durante os anos 1930, em razão do seu programa de rearmamento. Como aponta Hudson, "em 1938, a economia da Iugoslávia era dois terços maior do que antes da Primeira Guerra Mundial e a indústria respondia por

30% do rendimento nacional" (2003: 16), e "em 1937 o comércio com a Alemanha constituía um terço das importações e exportações iugoslavas" (2003:17). O detalhe é que todo pagamento alemão era feito em moeda não conversível, que só podia ser utilizada para comprar produtos alemães. A simbiose com a Alemanha aumentava, cada vez mais, a dependência externa da Iugoslávia (HÖSLER, 2008).

Em relação à agricultura, os principais problemas estavam ligados ao sub-investimento e à superpopulação. Em 1919, o país procedeu à reforma agrária, desmontou as grandes propriedades e acabou com a servidão rural. Contudo, essas iniciativas teriam gerado um ótimo resultado, caso houvesse orçamento estatal suficiente para investir na consolidação da reforma e na dinamização da agricultura. O endividamento camponês só fazia aumentar, e a redução do fluxo de remessas financeiras dos eslavos imigrantes que trabalhavam no exterior ajudou a aumentar a pobreza no campo. Em 1932, sofrendo ainda os efeitos da crise mundial de 1929, mais de um terço da população rural estava endividada. A solução a curto prazo, encontrada pelo governo, foi declarar a moratória sobre as dívidas camponesas - mas isso significava também a queda dos investimentos públicos e privados no campo. Mais uma vez, nesse caso, os alemães foram os salvadores da economia iugoslava, ao se tornarem os maiores importadores de alimentos do país, ao pagar preços acima dos de mercado.

No plano político, a principal questão girava em torno da forma pela qual o Estado iugoslavo deveria se estruturar – se federal ou unitário. Esse tema viria a pontuar as reuniões da Assembléia Constituinte promovidas pelo primeiro organismo de governo da Iugoslávia, a Legislatura Nacional Provisória, legitimada pela Declaração de Corfu e formada por comitês interpartidários. As eleições gerais para a Assembléia, em novembro de 1920, foram pontuadas por um conflito aberto entre o líder do maior partido croata, o Partido Camponês Croata, Stjepan Radic, e os partidos sérvios favoráveis ao centralismo político. Os deputados eleitos pertenciam, em sua maioria, a partidos pró-unitarismo, como o Partido Sérvio Radical, o Partido Sérvio Democrata e o Partido Agrário Sérvio-Esloveno (ver Tabela 1). Um terço dos deputados pertencia a partidos pró-federalismo, como o Partido Camponês

Croata, o Partido Populista Esloveno e alguns partidos muçulmanos. Outro partido com forte representação angariada foi o Partido Comunista (HÖSLER, 2008).

O boicote do Partido Camponês Croata às reuniões da Constituinte viria a delimitar a forma que o Estado iugoslavo tomaria, já que este partido constituía o terceiro maior grupo na Assembléia. Este boicote tratava-se de uma estratégia malsucedida de Radic, que defendia uma visão radical e romantizada da vida rural – o que, em realidade, escondia a posição burguesa de Radic, que favorecia apenas as elites comerciais croatas, as quais não desejavam o controle sérvio do comércio exterior. Com a ausência dos deputados rurais radicais, em junho de 1921, foi proclamada a primeira Constituição iugoslava⁴⁸, adotando o unitarismo como forma de Estado (embora a administração descentralizada fosse permitida). Com a centralização em torno do reino sérvio e a insatisfação das elites croatas, e também de outras não-sérvias, o palco estava montado para os constantes conflitos e instabilidade que caracterizou a cena política entre as duas guerras mundiais.

Outro partido importante na cena política iugoslava era o Partido Comunista da Iugoslávia (CPY), o qual podia se considerar comprometido com o iugoslavismo acima de particularidades regionais e étnicas (HUDSON, 2003). Seu forte caráter nacional e seu empenho na construção de uma nação iugoslava tornavam o partido popular tanto nas áreas economicamente fortes como nas regiões mais subdesenvolvidas do país. Entretanto, uma tentativa de assassinato do rei em 1921 ofuscou o partido, embora este tenha negado participação no ocorrido, o que se seguiu a uma forte repressão por parte da ala conservadora iugoslava. Ademais, as frequentes discussões com o partido arqui-inimigo – os Camponeses Croatas, defensores do nacionalismo croata,

⁴⁸ Sobre a votação da Constituinte, Hudson esclarece que “ela foi votada por 223 votos a 35, com 161 deputados quer abstendo-se ou boicotando a sessão. A maioria compreendia o Partido Radical (Sérvia Antiga), o Partido Democrático (sérvios de antigas terras dos Habsburgos), a Organização Muçulmana Iugoslava (da Bósnia-Herzegovina), o Partido Dzemijet (de macedônios e albaneses muçulmanos), e o Partido Agrário Esloveno. Os 35 votos contra vieram, principalmente do Partido Agrário Sérvio e do Partido Social Democrata. Os outros 161 deputados faziam parte do Partido Comunista, dos Populistas Eslovenos, dos Sérvios Agrários e do boicote do Partido Croata Camponês” (2003: 20).

levaram o CPY a tornar-se menos proeminente na política iugoslava, embora tenha continuado a angariar filiados pelo resto das décadas seguintes.

O cenário político iugoslavo dos anos 1920 foi, por assim dizer, caótico, em razão da instabilidade política e da fraqueza econômica que assolava o recém-nascido país. Some-se isso à conjuntura internacional da época, onde diversos embates com a Itália pela posse do porto de Rijeka, o maior porto croata, levavam à agitação da região economicamente mais próspera. De população majoritariamente italiana, e anteriormente administrada pelos húngaros, Rijeka foi, somente após diversas ocupações militares, anexada formalmente ao território italiano, em 1924. Tal evento deu origem a um processo forçado de italianização dos croatas da região, situação que gerou revolta entre a população e que só seria resolvida o final da Segunda Guerra Mundial, com o avanço das tropas iugoslavas até Trieste e a ocupação definitiva de Rijeka pela Iugoslávia.

Por causa de divisões políticas profundas, a estrutura estatal foi incapaz de manter sua democracia parlamentar, e em 1929, sob o nome de Reino da Iugoslávia, o rei sérvio Alexandre introduziu uma ditadura sérvia na tentativa de que, com isso, o conflito nacional pudesse ser superado. Ao suspender a Constituição e abolir o parlamento, o rei instaurou um regime de supressão de direitos das minorias étnicas e nacionalistas, com vistas à implementação forçada de um iugoslavismo. A consequência primordial dessa ação ditatorial não poderia ser outra: ecos de tendências separatistas voltaram a ser ouvidos, especialmente na Croácia, onde o movimento nacionalista era forte. Temendo uma possível “balcanização”, o rei Alexandre voltou atrás em 1931, ao reinstaurar a Constituição iugoslava.

Apesar disso, a instabilidade era premente. A Assembléia Nacional estava constituída, naquele momento, apenas por partidos subordinados ao rei e ao seu novo partido, o Partido Nacional Iugoslavo. Em todas as partes do país, clamava-se pela volta do Estado iugoslavo estruturado de modo equitativo, isto é, sem a predominância sérvia, como era em 1918. Em decorrência lógica dessa situação, o rei foi assassinado em 1934 por extremistas ustasha, o movimento fascista croata. Novas eleições foram convocadas em 1935, mas a dominância sérvia na política iugoslava

perpetuou-se em função da Constituição de 1931, ainda em vigor, que garantia a maioria para o partido do governo, e mais uma regência trina, liderada pelo Príncipe Paulo (HÖSLER, 2008). Com isso, os sérvios continuaram no poder iugoslavo até o final daquela década.

A principal figura política sérvia era o primeiro-ministro Milan Stojadinovic, de orientação anticomunista e pró-potências do Eixo, e defensor das práticas radicais e repressivas do falecido rei Alexandre. A condução da política iugoslava, neste momento, não poderia estar em piores mãos: embora suas estratégias tenham gerado uma certa recuperação da economia, elevaram a dependência iugoslava em relação à Alemanha a níveis insuperáveis. Mas foi em razão de seu centralismo e de seu favorecimento das políticas pró-Eixo que o príncipe Paulo, regente do Estado, impôs a sua demissão, em 1939. Neste ano, então, o novo governo tentou instaurar um arranjo político mais equitativo, para equilibrar sérvios e croatas na condução da política iugoslava, a fim de estabilizar o cenário político iugoslavo. Através deste arranjo, inclusive, foi negociada uma espécie de autonomia da Croácia, como um possível primeiro passo para a federalização da Iugoslávia.

Entretanto, a proposta de estabilização da região teve vida curta, já que a Iugoslávia foi ocupada e dividida por Alemanha, Itália, Hungria e Bulgária durante a Segunda Guerra Mundial, como resume Hudson:

Fraqueza econômica e isolamento diplomático, no contexto do reforço dos poderes fascistas, significavam que a Iugoslávia era vulnerável aos interesses econômicos e estratégicos alemães. O fracasso do Estado centralizado em permitir um sistema federal e garantir a igualdade dos povos constituintes levou à insatisfação, principalmente das elites croatas. Insuficientes investimentos na agricultura, no contexto da crise econômica de 1929, trouxeram grandes dificuldades para a população principalmente rural. Assim, quando a Iugoslávia foi dividida pelas potências do Eixo, em 1941, o prognóstico não era bom para o Estado dos eslavos do sul. Uma segunda oportunidade para resolver estes problemas acabou por ser fornecida sob a liderança do Partido Comunista da Iugoslávia (...). (HUDSON, 2003: 9).

A expansão nazista em direção ao leste europeu manifestou-se primeiramente na Áustria, a qual foi anexada ao Terceiro Reich após

progressiva ocupação alemã. Tchecoslováquia⁴⁹ e Polônia não demoraram a ser atingidas pelo expansionismo nazista: a invasão desta última em 1939 é considerada o marco inicial da Segunda Guerra Mundial. A seguir, em 1940, através de guerras-relâmpago (*blitzkrieg*), os alemães invadiram e ocuparam a Dinamarca, a Noruega e a Holanda (CRAIG, 1978). Em 1941, foi a vez da Grécia e da Iugoslávia serem invadidas por alemães, italianos e húngaros (HOBSBAWM, 2008) (ver Figura 2).

Em relação à Iugoslávia, no ano de 1941, o regente Paulo foi coagido pelos nazistas a assinar o Pacto do Eixo, em troca da promessa de preservação da integridade territorial e da não-ocupação do país. Precisando se posicionar, Paulo assinou o Pacto em 25 de março daquele ano. Dois dias depois, quando a assinatura do pacto tornou-se conhecida, a força aérea iugoslava procedeu a um golpe de Estado; o príncipe-regente foi deposto e o primeiro-ministro foi substituído pelo general da força aérea Dusan Simovic (HUDSON, 2003). O regime golpista procurou uma posição ambígua entre as potências da Guerra: não renunciou ao pacto nazista, porém começou a travar negociações secretas com britânicos e soviéticos.

O resultado prático do golpe, em síntese, foi a invasão alemã à Iugoslávia, como mostra o seguinte trecho:

(...) os alemães bombardearam Belgrado e invadiram o país (*Operação Marita*), apoiados por tropas húngaras e italianas. A nação foi logo dominada e desmembrada: a Alemanha anexou o norte da Eslovênia; a Itália incorporou parte da Dalmácia, o sul da Eslovênia, as regiões povoadas por albaneses e estabeleceu um protetorado sobre Montenegro; a Bulgária anexou a Macedônia, enquanto a Hungria ocupou Vojvodina e Batchka; a Croácia tornou-se um Estado fascista católico independente, governado por Ante Pavelic, líder do movimento fascista Ustacha, e aderiu ao Eixo. O que restou da Sérvia foi ocupado pela *Wehrmacht*, com a colaboração do fascista sérvio Nedic, enquanto o rei fugia e fundava um governo no exílio. (VIZENTINI, 2003: 105).

A invasão do território europeu pelos alemães, em termos econômicos, aumentou consideravelmente o poder da Alemanha, já que indústrias, mão de

⁴⁹ Interessante notar que “a anexação da Áustria e da metade industrial da Tchecoslováquia fez da Alemanha a segunda potência industrial do planeta, apenas superada pelos EUA” (VIZENTINI, 2003: 85).

obra, patrimônios culturais e demais riquezas foram canalizadas para o domínio alemão, o que ajudou a financiar os esforços de guerra (CRAIG, 1978). Em termos políticos e sociais, sobressaltava-se o caráter de domínio repressivo, o que gerou muitos movimentos de resistência à ocupação nazista. Embora os alemães tenham se empenhado em aliar-se às elites econômicas dos países ocupados, em geral conservadoras ou fascistas, alguns fortes movimentos militares de resistência foram gerados dentro e fora das elites. Esses grupos, em países como a Grécia e a Iugoslávia, chegaram a travar guerrilhas paralelas, em nome do poder político após a Guerra, mormente partidos comunistas versus grupos conservadores.

Apoiado pelos nazistas, no controle do novo Estado independente da Croácia, estava o partido fascista católico dos Ustasha, sob liderança de Ante Pavelic, o qual cometeu, em seu governo, algumas das maiores atrocidades da Segunda Guerra Mundial. O objetivo primordial dos ustasha era formar um Estado croata “puro”, isto é, livre de sérvios, judeus, muçulmanos, ciganos e outros povos que não se enquadravam nos dogmas católico-croatas do partido. Em nome disso, vários massacres foram promovidos – um dos mais famosos foi o dos sérvios em Krajina – pelo que Hudson aponta: “(...) até o final da guerra, é provável que metade ou mais de um milhão de sérvios, judeus e ciganos tenham sido assassinados em massacres locais, mortos em campos pequenos e nos dois maiores campos de concentração em Jasenovac e Stara Gradiska, ou enviados para a morte em Auschwitz” (2003: 30).

Diante desse regime, a oposição ao fascismo e ao nazismo só poderia crescer, pelo que movimentos de resistência começaram a se organizar. Ademais, o sentimento antinazista nos Bálcãs foi conquistado, em muito, pelo sucesso soviético nas batalhas contra os alemães, e pela organização da massa popular nas guerrilhas de resistência. Na Iugoslávia, assim como nos demais países do leste europeu, os movimentos de resistência “acabaram se tornando uma forma de guerra popular, que em muitos casos representou não só uma luta contra o invasor, mas um conflito de classes” (VIZENTINI, 2003: 125). As guerrilhas tornaram-se, naquele contexto, uma forte forma de expressão do movimento operário, massacrado pelos nazistas.

Durante a ocupação ustasha, organizou-se um movimento Chetnik em nome do governo exilado sérvio, clamando resistência contra os fascistas. Entretanto, os chetniks logo viriam a se revelar colaboradores dos alemães e italianos, já que trocaram rapidamente de inimigo – os comunistas passaram a ser o alvo do movimento. Como afirma Hudson (2003), a única efetiva resistência iugoslava foi promovida pelos membros do Partido Comunista, os Partisans. A resistência sérvia dos Partisans à ocupação nazista gerou a liderança política do então general Josip Broz Tito, secretário-geral do CPY. Sob seu comando, os Partisans iugoslavos iriam, praticamente sozinhos, libertar o país dos invasores nazifascistas, na forma do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia (AVNOJ).

Embora o objetivo principal dos Partisans fosse a libertação da Iugoslávia, era óbvio que a questão sobre qual forma tomaria o regime pós-ocupação não podia ser esquecida. O CPY, mais especificamente na figura de Tito, percebia que somente uma união de todos os eslavos do sul poderia libertar o país e conduzi-lo a um governo equilibrado e eficiente. Assim, o movimento Partisan ganhava contornos cada vez mais iugoslavos, na medida em que organizava a resistência a despeito de diferenças de etnia, religião ou orientação política. Essa tendência espalhou-se rapidamente pelo país, enquanto uma revolução social também eclodia contra o regime monarquista pré-ocupação. Um grande incentivo ao apoio popular aos Partisans foi a forma como foram administrados os territórios que iam sendo liberados da ocupação:

Os Partisans prosseguiram com sua campanha, estabelecendo "governos do povo" nas áreas que eram libertadas da ocupação, onde milhares de comitês populares operavam como governo local e as mulheres tinham o direito de votar pela primeira vez. As comissões populares assumiram a responsabilidade de muitos dos aspectos do funcionamento da vida diária, incluindo educação, tributação, distribuição de alimentos, salários e preços, os reparos e a reconstrução, e formaram a base para o pós-guerra do governo local. (HUDSON, 2003: 34).

Em meados de 1943, o colapso do regime fascista italiano provocou um considerável *upgrade* nas forças de resistência iugoslavas, já que as forças italianas foram instruídas a subordinar-se aos Partisans. Assim, o exército

italiano incrementou o movimento iugoslavo, tanto em termos de soldados, como de armas e suprimentos. Com isso, a questão militar e estratégica estava bastante organizada e desenvolvida, pelo que os Partisans só fizeram avançar na libertação do território. Mas era no campo político que as decisões mais importantes estavam sendo tomadas: ao final daquele ano, uma reunião do AVNOJ decidia entre seus membros a composição de um governo provisório, desbancando o governo monarquista exilado. Foi nesta reunião, inclusive, que se chegou a um acordo quanto à forma de Estado que a Iugoslávia viria a tomar: uma federação.

Desse modo, é possível datar a decisão de modelar a Iugoslávia conforme o princípio federal em 29 de novembro de 1943, quando da realização da segunda sessão do AVNOJ (ACCETTO, 2007) (ver Figura 3). Tal fato, porém, não inibe a afirmação de que o federalismo iugoslavo foi mais uma solução imposta do que de livre-escolha dos cidadãos da região, já que as decisões políticas do Conselho eram tomadas, majoritariamente, por membros do CPY, do qual Tito era integrante. A idéia de estrutura federal baseada no princípio da vontade livre e do direito à autodeterminação dos povos com direito de secessão contrastava, ainda, com o esquema centralizado de governo estabelecido em janeiro de 1946, através da primeira constituição da República Federativa do Povo da Iugoslávia. Em que pese a concepção socialista de unidade de poderes, o poder político ficara longe da competência dos mecanismos institucionalizados das unidades federativas; isto é, as principais decisões concentravam-se no nível federal, o que relegava ao poder das repúblicas locais as simples tarefas administrativas.

O governo provisório da AVNOJ contou com o apoio dos britânicos, que perceberam ser inútil apoiar os chetniks naquele momento, e apesar de todos os esforços do governo exilado em voltar ao poder. Sem apoio popular, exército e sequer território, tanto chetniks quanto monarquistas não foram bem-sucedidos ao tentar empreender reações anticomunistas. Os Partisans já haviam conseguido promover a idéia de uma Iugoslávia unida ao esculpir a legitimidade do regime através da distribuição de autonomia administrativa às repúblicas. O estabelecimento de uma economia autogerida, os mecanismos institucionais dedicados à representação igualitária das províncias e o carisma

do general foram fatores essenciais para explicar a ampla aceitação e a estabilidade do novo regime socialista iugoslavo.

Em 1944, o clima de derrota já era sentido por parte da elite alemã, enquanto o Exército Vermelho soviético não parava de avançar em direção à libertação dos territórios ocupados. Em setembro deste ano, Tito reunir-se-ia com Stalin para preparar a libertação final da Iugoslávia, e no mês seguinte a união entre soviéticos e antinazistas iugoslavos libertou Belgrado das mãos alemãs e avançou para a Itália. Com a derrota dos alemães pelos soviéticos em 1945⁵⁰, a Segunda Guerra Mundial tinha o seu fim.

A conjuntura internacional do pós-Segunda Guerra Mundial fez decair o status da Inglaterra como hegemona, e viu emergir uma geopolítica bipolarizada, baseada na rivalidade entre as duas potências hegemônicas ascendentes das Guerras Mundiais – os Estados Unidos e a União Soviética. Pólos opostos, o capitalismo de um e o socialismo do outro evidenciaram a disparidade sempre crescente entre os países capitalistas desenvolvidos, os países semiperiféricos que estavam subordinados política e economicamente a esse sistema, e os países periféricos, empobrecidos e com dificuldades crônicas. É nesse contexto que Tito e o Partido Comunista teriam de reconstruir a Iugoslávia, arrasada pelas guerras e guerrilhas, desmembrada e empobrecida.

1.3 O período Tito e a Guerra Fria

O considerável centralismo presente na condução da política iugoslava nas primeiras décadas de governo - e que destoava dos preceitos

⁵⁰ É bastante óbvio que a Segunda Guerra não foi determinada exclusivamente pelo confronto soviético-alemão, e que não é possível esquecer o front de batalha japonês, a estratégia de guerra norte-americana, assim como vários outros fatores que influenciaram o decorrer e o final da Guerra. Entretanto, este estudo refere-se apenas, e rapidamente, aos conflitos no front balcânico em razão do objeto de pesquisa aqui delineado. Ademais, é possível justificar a referência exclusiva a esta parte do conflito pelas palavras de Vizentini: “A guerra na Europa foi mais intensa e decisiva para a definição do conflito. Sem dúvida alguma, a luta terrestre entre a Alemanha nazista e a URSS, por seu enorme peso, intensidade e emprego de imensos contingentes humanos e recursos materiais, determinou o resultado do confronto” (2003: 161).

constitucionais, somado à opção imposta do sistema federal, não impediu o sucesso da organização da estrutura do novo Estado. As seis repúblicas constituintes do Estado iugoslavo - Sérvia, Croácia, Macedônia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina, construíram uma federação multi-étnica com o apoio popular e conviveram pacificamente dentro do território eslavo. A diversidade, em termos de etnias, línguas, religiões e alfabetos, era resguardada pela constituição e não houve notícias, nos primeiros quinze anos de vida da Iugoslávia, de conflitos étnicos ou movimentos de resistência à formação do Estado iugoslavo.

O governo provisório do AVNOJ introduziu importantes mudanças na política iugoslava, de modo a estruturar um aparelho estatal básico, centralizado no governo federal, capaz de responder às demandas mais urgentes, como direitos de cidadania e reforma agrária. Os governos regionais continuaram nas mãos dos Comitês Populares criados durante a Segunda Guerra, e algumas formas de oposição ao regime, que tentaram se organizar, falharam no seu intento. A Iugoslávia, agora uma República Federativa Popular, teve sua primeira Constituição promulgada no início de 1946, cuja disposição mais interessante era o direito de sucessão de suas repúblicas componentes. O órgão legislativo, a Assembléia Federal, era composta pelo Conselho Federal, eleito por voto popular, e pelo Conselho de Nacionalidades, eleito pelos parlamentos das repúblicas e províncias autônomas iugoslavas (DJORDJEVIC, 1959).

Em relação aos dispositivos constitucionais econômicos, as principais conquistas foram a nacionalização da exploração dos recursos minerais, das comunicações e do comércio exterior. Pouco tempo depois, grandes indústrias, empresas e instituições financeiras também se tornariam propriedade estatal, embora muito das terras agricultáveis tenham permanecido sob controle privado. Em síntese, o governo iugoslavo parecia estar seguindo a cartilha comunista de reformas políticas e econômicas ditadas pelos soviéticos e pelo Cominform, uma organização internacional de partidos comunistas.

Entretanto, seguir esta cartilha não era exatamente o desejo do líder Tito. Em 1948, o Estado iugoslavo optou por definir uma concepção de socialismo que diferia da aceção da URSS (HOBSBAWM, 2008), o que levou

o país à expulsão do Cominform. A verdade, contudo, é que a busca de Tito pela consolidação de uma política independente das regras comunistas gerais incomodava os soviéticos, especialmente ao que concerne à política externa. Tal atitude iugoslava poderia prejudicar os planos de Stalin em construir uma esfera de influência soviética no leste europeu, com vistas a solidificar a URSS como poder hegemona na Europa. Tito, por sua vez, buscava criar um caminho próprio.

Para além dessa questão, outros fatores constituíam pontos de discórdia entre Tito e Stalin. A cidade portuária de Trieste, território italiano reclamado pela Iugoslávia e liberado por esta durante a Segunda Guerra, era um objeto de discussão entre ambos (HÖSLER, 2008). As boas relações de Tito com os demais vizinhos comunistas também preocupava Stalin, que temia uma Federação Balcânica que pudesse atrapalhar os planos soviéticos de hegemonia da região. Em suma, em qualquer questão em que a URSS tentasse influenciar a política externa iugoslava, Tito recusava veementemente essa influência, em prol de um “comunismo nacional”⁵¹ e de uma posição política independente no cenário internacional.

Após os atritos com Stalin e a expulsão do Cominform, a economia iugoslava passou por uma série de mudanças, já que havia concentrado seu esforço de reconstrução econômica com base no mercado do leste europeu. Como mostra Hudson, “o rompimento com o Cominform contribuiu para um déficit comercial enorme, para a perda de certos bens de primeira necessidade e de bens manufaturados, e um aumento das despesas com armamento, absorvendo recursos desesperadamente escassos” (2003: 46). Com isso, foi necessário basear a economia iugoslava na autogestão, conceito pelo qual as empresas eram administradas por seus trabalhadores, os quais elegiam entre eles a direção das mesmas⁵². A partir disso, as posteriores reformas

⁵¹ Sobre o tema, Hudson leciona que “este “comunismo nacional”, como ficou conhecido, foi considerado por Stalin como um desvio perigoso que devia ser erradicado, pois acabaria por desafiar o caráter monolítico do próprio Partido Soviético” (2003: 45).

⁵² Sabe-se que a prática era bem diferente, pois o partido único do país acabava nomeando os cargos de chefia mais importantes e controlava a execução dos planos de trabalho das empresas (WOODWARD, 1995). Porém, isso não tirava de todo o mérito do regime, já que foi concebido um socialismo bem menos centralizador que o soviético. Sobre o conceito de autogestão, ver BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2004: 74-81.

econômicas e sociais promovidas pelo regime autoritário de Tito fizeram com que o país mantivesse uma certa estabilidade por quase cinquenta anos, apesar de a submissão a um plano definido pela burocracia estatal não agradar à maioria das elites étnicas (que já haviam desaprovado o programa de tributação de terras coletivas, em 1949).

No plano político, a principal estratégia de Tito era fomentar a descentralização administrativa, através do crescente poder conferido aos Comitês Populares regionais, em questões de política e de economia, e também os conselhos de trabalhadores autogestionários, em nível local, dispunham de competências importantes nesses casos (DJORDJEVIC, 1959). Além disso, a proposta de Tito de separar o Partido Comunista (renomeado em 1952 para Liga Comunista da Iugoslávia) do controle direto do Estado surtiu um efeito positivo, no sentido de acabar com o socialismo de comando administrativo. A Frente Popular do AVNOJ passou a se concentrar no desenvolvimento da autogestão em termos eleitorais, pelo que trocou seu nome para Aliança Socialista dos Trabalhadores da Iugoslávia. O objetivo era envolver toda a população nas práticas autogestionárias e descentralizadoras de administração.

O planejamento autogestionário funcionava bem como um todo, o que pode ser comprovado pelo crescimento médio anual da economia industrial do país, que foi de 13% entre 1952 e 1959 (HUDSON, 2003). Entretanto, o principal problema era o déficit de comércio exterior, o que gerou uma crise no setor durante a segunda metade dos anos 1950, que só pode ser solucionada através do auxílio econômico norte-americano. De qualquer forma, não restava dúvidas de que grandes mudanças estavam ocorrendo com vistas a dois objetivos: o apoio popular e a independência econômica iugoslava do suporte soviético. Em nome dessas metas, a descentralização econômica chegou a ter contornos de socialismo de mercado, no qual a competição entre as empresas autogestadas levava a uma maior eficiência em termos de resultados.

A revisão constante da engrenagem constitucional permitia que o Estado iugoslavo fosse se moldando às necessidades da época, a fim de se encontrar a maneira mais adequada para o desenvolvimento da política pluriétnica e plurinacional. Nesse sentido, a emenda de 1953 à constituição e a posterior

constituição de 1963 deram base à orientação socialista da organização política iugoslava, de forma que, aos poucos, o governo central descentralizou ainda mais o seu poder em direção às unidades federais e aos conselhos de trabalhadores. Nesse sentido, a emenda de 1953 institucionalizou o trabalho autogestado, mesclou os Conselhos Federal e de nacionalidades, e criou um Conselho de Produtores, conforme a lógica de administração autogestionária (DJORDJEVIC, 1959).

A nova Constituição de 1963 continuou a linha de raciocínio baseada no socialismo de autogestão, pelo que conferiu mais competências às repúblicas, municípios e órgãos autogestionários. Ademais, importantes mudanças nos três Poderes foram estabelecidas, como a rotatividade no Executivo, novas Câmaras na Assembléia Federal, e uma Corte Constitucional. Emendas constitucionais em 1967 e 1968 aumentaram as competências das repúblicas e reforçaram a preservação de fatores étnicos e culturais das nacionalidades e etnias componentes do Estado, bem como deram status de províncias autônomas às regiões do Kosovo e da Vojvodina (HÖSLER, 2008). Além disso, foi estabelecido o direito dos trabalhadores autogestionários de disporem os lucros da produção conforme lhes aprouvesse, dentro dos Conselhos de Autogestão.

Todas essas mudanças, no entanto, desagradavam as elites ligadas às regiões mais produtivas, de tendências capitalistas, que sentiam estar sustentado as partes menos desenvolvidas do país. Com isso, protestos em nome do nacionalismo croata foram efetuados ao final de 1971, os quais exigiram uma resposta forte por parte do governo central. A questão, porém, ia muito além de insatisfação com as reformas ou de sentimentos nacionalistas. Com efeito, "Tito sugeriu que influências estrangeiras estavam refletidas em algumas dessas tendências e argumentou que o objetivo de todos esses grupos era o de "enfraquecer o sistema socialista de autogestão e de desvalorizar o papel dos trabalhadores na sociedade" (HUDSON, 2003: 53).

A constituição de 1974 foi um passo adiante no sentido da descentralização em favor das unidades regionais e da institucionalização da igualdade (WOODWARD, 1995). Serviu para estancar os novos gritos separatistas que surgiam na Croácia, e para reforçar a participação coletiva

através de diversos dispositivos. Entretanto, tamanha descentralização em um Estado já modelado pelo federalismo centralizado acabou rendendo uma certa dificuldade em relação à produção de decisões em nível federal. Não bastasse isso, paralelamente, no cenário internacional, cresciam as pressões dos poderes ocidentais em direção à diversificação da economia iugoslava e à abertura do mercado ao capitalismo ocidental. O país não podia, ademais, dar-se ao luxo de ignorar os apelos ocidentais, visto que dependia sobretudo desses investimentos e dos acordos com o FMI para segurar a economia iugoslava.

No cenário internacional, durante o período da Guerra Fria, a estratégia política de Tito foi a de equilibrar-se entre poderes ocidentais e soviéticos, em ordem de manter a independência política conquistada após as Guerras Mundiais. A idéia era assumir o socialismo sem as rédeas soviéticas, o que requeria aceitar a ajuda econômica dos Estados Unidos e do Reino Unido, em nome da sobrevivência do país. Nesse sentido, Hudson (2003: 39) salienta que o líder general explorou os antagonismos da Guerra Fria com o propósito de construir uma sociedade socialista independente de Moscou. Com isso, o país não participou nem do Plano Marshall norte-americano, e tampouco do Conselho de Assistência Econômica Mútua soviético. No entanto, conseguiu o status de observador na OECD e completou os critérios de associação do GATT.

Por razões históricas, as elites iugoslavas estavam conectadas a diversos centros de poder mundiais, e isso explica em boa parte suas posições políticas e econômicas, bem como o posicionamento estatal iugoslavo. As divergências sobre a condução do socialismo explicam por que a Iugoslávia manteve-se contra a União Soviética todas as vezes que ela invadiu outros países, assim como sediou a Primeira Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, em 1961 (HOBSEAWM, 2008). Nessa reunião, os Estados participantes decidiram manter uma política de neutralidade em relação às duas superpotências mundiais da época. O Movimento dos Não-Alinhados, como alternativa aos dois blocos hegemônicos da época, fez crescer o status de líder de Tito no meio internacional.

Tudo isso não significa, entretanto, que a URSS “deixou de lado” os seus vizinhos: os sérvios, uma das nacionalidades preponderantes da Iugoslávia, estavam historicamente incluídos na área de influência soviética. Eles eram frequentemente contrapostos aos croatas e eslovenos, que exportavam mão de obra para a Europa e dispunham do apoio da Alemanha ocidental, visto que pertenciam às regiões mais prósperas do país (JUDT, 2008). Por essa razão, havia um sentimento de egoísmo por parte das repúblicas bem-sucedidas: a insatisfação pela distribuição de riquezas das regiões mais ricas para as mais pobres, como Sérvia e Montenegro.

Com o decorrer do tempo, o clima entre as principais nacionalidades e etnias componentes do Estado iugoslavo, que era de relativa tranquilidade, transformou-se em uma certa tensão. As rivalidades entre sérvios e eslovenos acirraram-se na década de 1970, quando a Sérvia, apoiada por Montenegro, começou a propugnar um maior centralismo do Estado em relação às suas repúblicas. A Eslovênia, por outro lado, apoiada pela Croácia, defendia a proposta de uma forma confederada de união entre os entes iugoslavos. Essa tensão, no entanto, era controlada pela política autoritária do governo central, de onde Tito governava o país com uma postura carismática.

Sobre o mosaico de etnias e nacionalidades, necessário esclarecer que o país fora constituído com base em seis grupos nacionais, fundamentalmente: sérvios, croatas, eslovenos, macedônios, montenegrinos e bósnios muçulmanos (ver Figura 4 e Tabela 2). Outros grupos faziam parte do país, mas não com status de “nacionalidades”, já que possuíam um território nacional fora da Iugoslávia: albaneses, húngaros, búlgaros, tchecos, italianos, romenos, eslovacos e turcos. Destes, os dois grupos maiores, albaneses e húngaros, que povoavam a maior parte de Kosovo e de Vojvodina, respectivamente, tiveram seus territórios alçados ao status de províncias autônomas, embora não fossem reconhecidos como grupos nacionais (pelo óbvio motivo da existência dos países Albânia e Hungria). Também diversos grupos étnicos podiam ser encontrados no território eslavo e estavam sujeitos aos mesmos direitos dos demais, como ciganos, rutênios e vlachs.

Os sérvios eram em sua maioria cristãos-ortodoxos, e dessa forma alinhavam-se à União Soviética, Grécia e França. Já os croatas, católicos,

contaram em boa parte do tempo com o apoio de Alemanha e Itália, assim como os eslovenos - os tradicionais eslavos germânicos de origem austríaca (APOSTOLOVA, 1994). Os bósnios tinham como característica dominante a religião muçulmana, o que levava à sua conexão com os países árabes e a Turquia, embora a região abrangesse fortes minorias croatas e sérvias (KADARE et al., 2001). Os montenegrinos eram clássicos aliados da Sérvia, e os macedônios enquadravam uma mistura das mais diversas etnias: albaneses, turcos, romenos e outros.

Em relação ao caldeirão étnico iugoslavo, é preciso salientar que, em todo o território, havia maiorias e minorias étnicas. Porém, durante os anos de governo centralizado de Tito, essas etnias conviveram submissas à liderança do general. Segundo Hobsbawm (1990: 205), “a grande conquista dos regimes comunistas em países multinacionais foi a de limitar, no seu interior, os efeitos desastrosos do nacionalismo”, como fez a revolução socialista na Iugoslávia. A instabilidade, porém, passou a afetar o país no início da década de 1980: a morte de Tito alavancou a crise econômica que vinha se formando nos anos 1970 (WEST, 1996), decorrente do crescente endividamento do país às instituições financeiras ocidentais, não obstante muito disso derivar das duas crises do petróleo que afetaram a economia mundial.

Assim como no plano econômico, a crise se instalava no plano político tanto interno como externo - a estratégia de equilibrar ocidente e soviéticos fora produtiva apenas durante a coexistência dos dois poderes hegemônicos – americano e soviético, e enquanto viveu o líder iugoslavo. Porém, como leciona Hudson, “a descentralização do poder político e os elementos da mercantilização no modelo do socialismo de autogestão providenciaram vários pontos de alavancagem para forças que as potências ocidentais puderam utilizar para desmontar a Federação (...)” (2003: 55).

A morte do general foi o prenúncio das mais turbulentas décadas na história iugoslava, especialmente no seu final. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria, paradigma que orientou as relações internacionais no pós-Guerras Mundiais, entrava em declínio, e uma nova ordem internacional ia se formando. A posição que a Iugoslávia ocupava no sistema mundial estava mudando de paradigma, tanto política quanto economicamente, e os interesses estratégicos dos

principais pólos de poder mundial estavam sofrendo alterações significativas. A análise da conjuntura do sistema mundial naquele momento e da posição econômica da Iugoslávia no sistema capitalista são, portanto, essenciais para a compreensão do conflito balcânico. Esse é o assunto do qual se ocupará o capítulo a seguir.

2. INTERESSES ESTRATÉGICOS DAS GRANDES POTÊNCIAS E OS BÁLCÃS NO PÓS-GUERRA FRIA

2.1 A crise interna iugoslava a partir do final da década de 1970

Há quem diga, como Woodward, que “na véspera das revoluções de 1989 na Europa Central e Oriental, a Iugoslávia estava mais bem posicionada do que qualquer outro país socialista para fazer uma transição bem sucedida para uma economia de mercado e para o Ocidente” (1995: 01). No entanto, embora a autora cite fatores como a implementação de reformas descentralizantes, as negociações com o FMI desde os anos 1950, e os acordos com o GATT e a Comunidade Européia como sinais em direção à liberalização econômica, este raciocínio precisa ser relativizado.

É necessário compreender, antes de tudo, que a estrutura econômica iugoslava obteve um relativo sucesso, como mostra o seguinte trecho:

Sem a consciência dos progressos alcançados, tanto no domínio social e econômico e em termos de reconhecimento de múltiplas identidades nacionais, é impossível compreender várias décadas de história, que fizeram muitas pessoas ter orgulho de ser cidadãos "iugoslavos" (...) A economia cresceu rapidamente até o final da década de 1970, permitindo que um país na periferia do mundo capitalista e ainda 80% agrícola (...) escapasse do subdesenvolvimento. (...) É verdade que o edifício todo era recente e frágil. Na ausência de democracia, a "verdade oficial" sufocava a discussão dos episódios sombrios da história recente. O sistema de partido único e a falta de transparência e de coerência na tomada de decisão econômica incentivaram o crescimento de uma burocracia descentralizada, que muitas vezes desviava dos fundos de investimento para seus próprios fins. (SAMARY, 1998).

A Iugoslávia tentou, desde a sua constituição, equilibrar-se no sistema mundial no qual estava inserida, ao mesmo tempo em que construía uma economia interna que desse conta das disparidades financeiras entre as repúblicas. A economia iugoslava era *sui generis*, do tipo socialismo de mercado, isto é, havia a propriedade social dos recursos por parte da sociedade. Com isso, os investimentos eram controlados pelas empresas sociais, buscando o seu desenvolvimento ou maior renda corrente. A alocação

de bens e serviços é determinada pelo governo, do mesmo modo que no socialismo de Estado, do tipo soviético.

Como Vilogorac afirma, “o socialismo de mercado iugoslavo baseia-se no conceito de que é possível alcançar-se um equilíbrio entre metas econômicas e sociais, no qual a saúde da economia seja preservada e, ao mesmo tempo, metas sociais razoáveis possam ser atingidas” (1986: 33). Nessa tarefa, era necessário utilizar estratégias por vezes ambíguas para alcançar um mínimo de estabilidade interna e de equilíbrio nas relações internacionais. Durante os anos 1970, as conseqüências do crescente endividamento perante as instituições financeiras ocidentais – que mantinham funcionando a economia do país, de certa forma – foram mais sentidas. A pressão dessas instituições para reformas liberais e a dependência da economia iugoslava das mesmas, somadas ao contexto internacional da época, geraram as bases da crise que iria estourar no decorrer dos anos 1980 (ver Figuras 5, 6 e 7).

Com isso, para explicar o fenômeno da desintegração, é preciso se ater a variáveis mais tangíveis do que o conflito étnico e nacionalista em si. A principal delas, em relação aos fatores internos, é a crise econômica iugoslava, a qual foi causada, em grande parte, pela posição de dependência da economia da Iugoslávia no sistema mundial. E essa dependência resultou, em muito, da necessidade de intervenção constante de instituições financeiras internacionais⁵³, que impunham programas de reforma econômica liberalizante, somada ao crescente endividamento externo do país.

Explique-se: é sabido, nas relações econômicas internacionais, que um empréstimo feito por uma instituição financeira, do porte do Banco Mundial ou do FMI, por exemplo, nunca é desprovido de intenções políticas. Tais instituições acabam, de qualquer forma, interferindo na condução das políticas econômicas e sociais dos países endividados, e com isso o curso do seu desenvolvimento. A balança de poder, dentro de um país endividado, sofre

⁵³ De acordo com Freyberg-Inan (2006), a Iugoslávia teria assinado dez acordos com o FMI no período 1961-1990, o que englobaria um montante de três bilhões e meio de dólares. Já o Banco Mundial teria emprestado acima de seis bilhões de dólares no período 1949-1991.

invariavelmente a influência das forças econômicas externas, geralmente comandadas por países capitalistas desenvolvidos que buscam aumentar seu domínio sobre regiões subdesenvolvidas.

É fundamental, portanto, considerar as ajudas financeiras vultosas proporcionadas pelo Ocidente durante o governo de Tito, através de organismos como o U.S. Export-Import Bank e o FMI, além dos empréstimos feitos pela Grã-Bretanha e Estados Unidos, entre outros (JUDT, 2008: 186-187). O aspecto financeiro é um fator essencial para compreender a dependência da Iugoslávia dos países mais poderosos, já que a sua dívida externa só aumentou com o passar dos anos. As pressões externas, assim, devem ser consideradas na direção da causalidade do conflito – apenas para ilustrar, Hudson (2003: 57) afirma que a administração Reagan possuía um plano para reintegrar a economia iugoslava na órbita do mercado mundial.

Já na metade dos anos 1970, a situação econômica da Iugoslávia não era animadora (GLIGOROV, 1989): uma fraqueza estrutural tomava conta do país em razão, basicamente, do despreparo da economia interna, do endividamento externo⁵⁴, e do desemprego crescente. É correto dizer que o país era um dos que mais havia crescido economicamente no período pós-Guerra, e os resultados econômicos e sociais eram satisfatórios desde 1950 até o início da década de 1970. Entretanto, o crescimento industrial dependia altamente das importações, já que a produção iugoslava de matérias-primas e insumos industriais era fraca, e a agricultura era insuficientemente aproveitada⁵⁵. Com isso, a balança de pagamentos do país sempre pendia para o déficit, o que demandava mais empréstimos para o desenvolvimento da economia.

⁵⁴ Um approach detalhado da crise econômica é feito por FABINC (1986), e sobre a dívida externa é feito por MINIC (1986) e KOVAC (1986).

⁵⁵ A industrialização em larga escala era o foco da economia iugoslava, como mostra Vilogorac: "(...) em 1947, a agricultura era a atividade predominante. A sua contribuição ao PNB da Iugoslávia era três vezes maior do que a da indústria. Trinta e quatro anos depois, esta proporção foi invertida: o produto gerado na indústria dividido pelo produto gerado na agricultura resultava na relação três por um. Em 1982, a indústria possuía uma participação de 39% no PNB total da economia, enquanto a participação da agricultura era de apenas 13,6%. Durante o período 1947-82, a proporção da população ocupada na agricultura diminuiu de quase 70% para 19,9%" (1986: 34).

Na Iugoslávia, a dependência de atores econômicos externos pode ser compreendida na perspectiva da via socialista independente adotada por Tito após a Segunda Guerra Mundial. Era muito conveniente para os poderes ocidentais, na época, conservar amizade com um caso *sui generis* de socialismo, que poderia significar uma distensão do bloco comunista e, futuramente, uma adesão aos capitalistas. Assim, países capitalistas como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha, tanto por si próprios como através de instituições financeiras internacionais, incentivaram a economia iugoslava, por meio de programas e empréstimos, a depender do fluxo econômico internacional.

Ressalte-se que somente isso não explica a dependência iugoslava do capitalismo ocidental. Opções políticas e má-gestão econômica por parte das lideranças iugoslavas também contribuíram para que a economia do país não conseguisse se livrar do endividamento externo⁵⁶. A economia interna só se sustentava com essa base, e priorizar isso foi uma escolha do governo de Tito. Mas minimizar o papel dos atores internacionais e do sistema mundial em si nessa complexa equação que foi a desintegração iugoslava não é uma boa alternativa.

A estratégia de desenvolvimento baseada em importação intensiva e a dependência do comércio internacional e do mercado financeiro, de início, produziram resultados favoráveis, mas a longo prazo se mostraram insustentáveis, especialmente por causa das condições globais da economia mundial. Como afirma Freyberg-Inan, “a recessão iugoslava foi desencadeada em parte pelo rápido aumento no preço do petróleo em 1973-1974 e a crise da dívida global que se seguiu no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (cujo pico coincidiu assustadoramente com a morte de Tito)” (2006: 228), e ainda, “em parte, pelo fim da Guerra Fria e a resultante perda de importância estratégica do país” (2006: 228).

⁵⁶ Mika Spiljak, Presidente da Presidência da Iugoslávia no período 1983-1984, chegou a afirmar que as condições do apoio financeiro que o país aceitou nos acordos com o FMI não eram contrários ao sistema iugoslavo (SPILJAK, 1984). Tal afirmação, mais tarde, provou-se ser equivocada.

Os dois maiores problemas que assolavam a economia iugoslava referiam-se ao desemprego⁵⁷ e ao comércio internacional⁵⁸. O desemprego ganhou contornos drásticos com a repatriação de cidadãos ocorrida a partir da metade da década de 1970, os quais serviam de mão de obra barata para os países ocidentais, como uma transferência de recursos da semiperiferia para o núcleo capitalista. Por causa dessa dinâmica do sistema mundial capitalista, com a crise econômica global, esses cidadãos viram-se obrigados a retornar ao país. Mas o aumento de força de trabalho disponível, sem a consequente demanda, não foi o único reflexo disso. É que esses trabalhadores movimentavam a economia iugoslava, através do influxo de moeda estrangeira, o que, de repente, cessou (SPILJAK, 1984).

O comércio internacional possui um papel fundamental no caso, já que a Iugoslávia dependia bastante da importação de energia e de insumos vitais para a produção de bens de consumo. Com o seu mercado exportador em queda nos anos 1970, a balança de pagamentos iugoslava frequentemente pendia para o negativo e o déficit comercial só crescia. A estratégia de aumentar os lucros das exportações através de produtos de alta qualidade seria interessante caso não exigisse grandes investimentos em tecnologia e petróleo. Assim, a dívida externa iugoslava, que no final dos anos 1960 era de 2 bilhões de dólares, atingiu os 20 bilhões de dólares em 1980, quase um quarto da renda nacional, com os encargos ocupando mais de 20% da receita das exportações.

Desvio de empréstimos privados, alta do valor do dólar, aumento da taxa de juros, e preços baixos de produtos primários, tudo isso contribuiu para que a economia iugoslava não saísse da recessão. A resposta para a crise viria com um empréstimo de ajuste estrutural pelo FMI e pelo Banco Mundial. Porém, tal empréstimo estava condicionado à implementação de diretrizes políticas do

⁵⁷ Sobre o desemprego na Iugoslávia, ver Figura 8.

⁵⁸ De fato, Minic afirma que “o golpe brusco sobre o desenvolvimento dinâmico de toda a economia proveio da esfera das relações econômicas da Iugoslávia com o exterior. Desde 1978/1979, os déficits da balança comercial e da balança de pagamentos do país aumentaram bruscamente, enquanto que o pagamento da dívida e dos juros da dívida externa mais que duplicaram” (1986: 40).

Consenso de Washington⁵⁹, ou seja, de regras liberalizantes do mercado. As conseqüências dessas diretrizes, sem dúvida, viriam a ser desastrosas, como o empobrecimento real da população, que viu na devolução do poder político às repúblicas a única chance para sair da crise: o separatismo.

Ademais, embora isso tenha sido parcialmente compensado pelo desenvolvimento do carvão nacional e de recursos hidrelétricos, o segundo aumento do preço do petróleo em 1978-1979 teve repercussão no país, que era importador deste produto. A alta da taxa de juros internacional no início dos anos 1980 agravou ainda mais este problema. O país não conseguia dar conta de suas importações e pouco exportava, devido à recessão mundial. Como Vilogorac afirma, “acostumados a taxas muito altas de crescimento do PNB nas décadas de 50, 60 e início da de 70, a economia e a sociedade gradualmente reduziram a sua capacidade de adaptação a possíveis eventos desfavoráveis na economia mundial” (1986: 35)⁶⁰.

O FMI viria a conceder dois empréstimos para a Iugoslávia, em 1979 e 1982, em ordem de equilibrar a balança de pagamentos deficitária, mas poucos efeitos práticos foram sentidos. A contrapartida deu-se na forma de um pacote de reformas macroeconômicas de liberalização do mercado, conhecido como Programa a Longo Prazo de Estabilização Econômica, publicado em 1983⁶¹. Segundo Vilogorac,

A primeira idéia básica do Programa é restaurar o equilíbrio entre os objetivos sociais e o potencial real da economia. Obviamente, uma forma básica de alcançar esse equilíbrio é a reafirmação prática do mecanismo de mercado. Existe um

⁵⁹ O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de medidas neoliberais formuladas em 1989 por economistas norte-americanos, como cartilha para a periferia seguir, a fim de sair do subdesenvolvimento. A expressão foi cunhada pelo economista inglês John Williamson. Essas medidas foram impostas como condições vinculantes nas negociações das dívidas externas dos países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina, e se tornaram regra em relação ao FMI e ao Banco Mundial. As palavras de ordem eram “privatizar” e “liberalizar”.

⁶⁰ O autor fornece mais dados: “Contrariamente ao bom desempenho experimentado entre 1951 e 1980, o início da década de 1980 apresenta uma situação diferente: a taxa média anual estimada de crescimento do PNB iugoslavo situa-se entre 1,6% e 2% para a primeira metade desta década” (VILOGORAC, 1986: 35).

⁶¹ Mais informações sobre o Programa, ver VILOGORAC (1986) e FABINC (1986).

consenso claro de que a intervenção do governo não é desejável e de que a economia pode operar eficientemente, dependendo principalmente das forças de mercado. (...) A segunda idéia básica do Programa é a total exposição da economia iugoslava à economia mundial. (...) Com base nos supostos anteriores, o Programa projeta que a economia iugoslava será capaz de não somente pagar toda a dívida externa nos próximos 10 anos, mas também de atingir uma taxa média anual de crescimento do PNB de 3,6% até o fim do século. (1986: 38-39).

Para isso, foram criados dois organismos: a Comissão Kraigher, em 1981, e a Comissão Vrhovec, em 1985, uma para a reforma do sistema econômico, e outra para o sistema político. A grande questão, porém, concernia à natureza e à extensão das reformas, isto é, o quão voltadas para o mercado elas deveriam ser. Reestruturação do socialismo autogestionário ou abertura de uma economia de mercado capitalista? Enquanto a pressão internacional girava em torno das reformas liberalizantes, as forças políticas do governo federal divergiam bastante (STOJANOVIC, 1988).

Com a morte de Tito, o poder central passou a ser de responsabilidade de uma presidência composta por oito representantes das repúblicas e províncias autônomas iugoslavas (Vojvodina e Kosovo), com rotatividade anual do Presidente Federal. Para que o pacote de medidas econômicas surtisse efeito e fosse implementado mais rapidamente, foi necessário que o governo central retomasse a autoridade política que estava nas mãos das repúblicas. Com isso, a recentralização do poder político e econômico trouxe uma outra série de problemas.

A reforma do sistema econômico pressupunha, sem dúvida nenhuma, uma ampla reforma no sistema político. Para os que defendiam as iniciativas liberais, o grande entrave era burocrático: o poder do Partido Comunista – como opina Gligorov, a reforma deveria sincronizar política e economia, e “naturalmente incluiria a abolição do monopólio da Liga dos Comunistas” (1989: 46)⁶². Dito de outro modo, era necessário tirar os defensores do socialismo

⁶² O autor continua seu argumento claramente liberal: “(...) Uma sociedade mista e qualquer sociedade nas atuais condições tem que ser de mercado, o que implica que o mercado é a sua base. Esse é o mundo real. E dele é que se tem que partir, enquanto outra coisa é como administrar esse mercado. (...) Nem sequer se tocou na questão da reorganização do Estado. O Estado como temos agora, por seu volume e por seus métodos de trabalho, pela política econômica de que se serviu, tal e como é, não pode

autogestionário do poder para que a reforma econômica, então a resposta mais viável para a crise, tivesse lugar. A idéia era substituir o pluralismo de interesses autogestionários pelo pluralismo político, e disso decorreriam as conseqüências econômicas⁶³.

Uma questão importante em relação à reforma econômica era o papel da empresa no socialismo iugoslavo. Como Kalogjera (1987) afirma, no socialismo estatal do tipo europeu oriental, a função da empresa resultava da direção do Estado, do plano estatal e do sistema de atividade econômica, sem nenhuma relação com o comércio exterior. O Estado iugoslavo era o responsável pela ligação entre a empresa e o mercado estrangeiro. No entanto, face às transformações do sistema mundial e as pressões do mercado capitalista ocidental, essa dinâmica já não dava mais conta da realidade econômica internacional, o que prejudicava o sistema iugoslavo de exportações. Uma nova legislação sobre as empresas em 1988 foi criticada por Gligorov (1989) por ser rígida demais e não abrir espaço para a liberdade empresarial.

Não é possível negar que, no início da implementação do Programa, resultados positivos foram sentidos. Em 1984, houve um incremento importante nas exportações e o pagamento de uma parte da dívida externa sem baixa na produção (SPILJAK, 1984). Ocorreu, também, pela primeira vez em uma década, o superávit na balança de pagamentos, já que as exportações iam bem e o consumo interno havia diminuído (KOVAC, 1986). A taxa de crescimento do PIB, por sua vez, teve um crescimento significativo. Acreditava-se, como mostra Vilogorac, que esses resultados preliminares demonstravam “a renovada flexibilidade do sistema econômico e o poder de motivação da autogestão” (1986: 40).

combinar com uma economia de mercado” (1989: 44-45). Este autor fazia parte do grupo de intelectuais liberais dentro das repúblicas iugoslavas, na maioria economistas, que defendiam a política do FMI, como mostra Woodward (1995). Não por acaso, dois anos após esta publicação, Gligorov tornou-se Presidente da recém-independente Macedônia.

⁶³ Os defensores desta perspectiva de desenvolvimento, segundo Stojanovic (1988), seriam a burguesia estrangeira e nacional, a tecnocracia e determinadas camadas da burocracia incluídas nos sistemas políticos de repressão, freqüentemente corruptas.

A promessa de restaurar a estabilidade macroeconômica através das diretrizes impostas pelo mercado mundial, entretanto, tinha um preço: a diminuição do padrão de qualidade de vida. Assim, o resultado do pacote liberalizante proposto pelo FMI foi sentido internamente durante a década de 1980 através da elevação dos preços dos produtos de consumo básico, do racionamento de eletricidade, desemprego nas áreas urbanas e empobrecimento da população em geral. Além disso, a produção econômica passou a ser voltada principalmente para o que o mercado ocidental requeria naquele momento, o que acabou por favorecer as repúblicas da Eslovênia e da Croácia. A baixa demanda por agricultura, mineração e metalurgia desfavoreceu os mercados de Sérvia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia.

As repúblicas mais ricas sentiam estar perdendo o controle econômico de suas riquezas, além de estarem subsidiando as repúblicas mais fracas da Federação⁶⁴, e queriam buscar suas próprias formas de lidar com a crise. Com isso, as forças anti-federalistas eslovenas e croatas acabaram ganhando força, até porque, em sua visão, a culpa pelas más-escolhas de política econômica recaía nas costas das regiões mais pobres, que necessitavam ser incentivadas. Desse modo, eslovenos e croatas eram frequentemente opostos à recentralização do poder político em torno do governo federal, como mostra Hudson:

Em junho de 1985, os parlamentos esloveno e croata rejeitaram três leis sobre a recentralização das relações econômicas externas. Eles também se opuseram à introdução da maioria ao invés de consenso na tomada de decisão nas estruturas federais - uma mudança solicitada por credores estrangeiros para aumentar a eficiência e acelerar o processo de reforma. A economia da Eslovênia já estava bem integrada com as economias ocidentais e isso não favorecia maior reintegração no mercado iugoslavo - pelo contrário, era um reforço da orientação ocidental. Os líderes da Croácia se opuseram à recentralização e o que viam como subsídio continuado, às custas da Croácia, das regiões mais pobres da federação. (HUDSON, 2003: 63).

⁶⁴ Conforme Spiljak (1984), a “política de desenvolvimento acelerado das repúblicas de desenvolvimento econômico insuficiente e da província autônoma do Kosovo” era prioridade na estratégia de desenvolvimento econômico do país.

Assim, nas regiões mais empobrecidas da Iugoslávia, o apelo era pela recentralização do poder político e a reconstrução do mercado iugoslavo, nos termos das reformas do FMI, já que estavam bem abatidos pelo desemprego, pela migração interna e pela pobreza. Em relação à Sérvia, havia ainda a questão das províncias autônomas de Kosovo e Vojvodina. Kosovo, de maioria albanesa, foi uma das regiões mais afetadas e empobrecidas pela crise iugoslava, já que sua base econômica era uma agricultura familiar extremamente subdesenvolvida. E havia ainda o eco nacionalista albanês, em direção à criação de uma república albanesa dentro da Iugoslávia, fora da liderança de Belgrado.

Os massivos programas de subsídios regionais não foram suficientes para equilibrar as discrepâncias entre as partes componentes da Federação – a diferença entre Eslovênia e Kosovo, a região mais rica e a mais pobre, em termos de PIB, era absurda⁶⁵. Por assim dizer, muito disso pode ser explicado pelo fato de que a economia iugoslava funcionava domesticamente como o próprio sistema mundial moderno, dividido em núcleo, periferia e semiperiferia. Croácia e Eslovênia constituíam o coração industrial do país e, portanto, eram bem desenvolvidas. Por sua vez, Macedônia, Montenegro e Bósnia serviam como periferia, como fornecedores de matéria-prima. Sérvia e Vojvodina poderiam ser consideradas como semiperiferia, em uma faixa de transição fornecedora de mão de obra. Kosovo, de extrema pobreza, sequer chegou a entrar nessa equação. Em meio ao cenário de recessão econômica, as disparidades regionais só poderiam aumentar.

No final dos anos 1980, com o endividamento externo exorbitante, a elevada taxa de desemprego e miséria, a corrupção da elite política burocrática do Estado, a conseqüência lógica dessa dinâmica não poderia ser outra além da eclosão de conflitos entre as identidades étnicas eslavas e a emergência de minúsculos Estados com fraca estrutura estatal, em termos de segurança e bem-estar social. Entretanto, entender o caso iugoslavo somente em termos de rivalidades étnicas é desconsiderar todas as forças externas que atuaram por

⁶⁵ Segundo Vilogorac (1986), a Eslovênia possuía, na época, uma renda per capita seis vezes mais alta do que Kosovo.

trás e antes do colapso. E é essa desconsideração que torna o argumento étnico simplista.

Em fevereiro de 1987, novas negociações com o FMI precisaram ser organizadas pelo Primeiro-Ministro Branko Mikulic, em razão do déficit comercial crescente. As medidas de contrapartida requeridas pela instituição, entretanto, eram bem mais rígidas e claramente neoliberais. Essas medidas elevaram o preço de petróleo, alimentos e transportes, cortou salários, desmotivou o empréstimo doméstico, introduziu novos tributos e desvalorizou a moeda iugoslava. Politicamente, o empréstimo era condicionado ao fortalecimento da administração federal e da mudança da votação de consenso pela maioria no Banco Central iugoslavo. A centralização política e econômica seria a resposta para o alívio da crise e a contenção dos nacionalismos ressurgentes.

Em 1989, ainda consoante as reformas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, o sucessor de Mikulic, Ante Markovic, aboliu o sistema de autogestão e todos os resquícios de uma economia socialista no país. Essa iniciativa foi arriscada, pois tocava os direitos individuais dos trabalhadores iugoslavos. A tentativa de criar uma economia de mercado, sob condições de austeridade, acabou com as proteções que o sistema socialista oferecia aos indivíduos em nível federal, o que também contrariava os princípios constitucionais que garantiam proteção ao trabalhador. A reforma ainda ameaçava o direito de igualdade nacional garantido às nações componentes do país, em relação à proporcionalidade de emprego no setor estatal.

O resultado dessa medida foi a falência em massa de metade das empresas iugoslavas, concentradas nas regiões mais pobres, e a desvalorização da força de trabalho industrial. Como afirma Hudson, “o pacote de reformas e sua legislação de apoio foram estruturados para desmontar e privatizar o mais rápido possível a economia socialista iugoslava”, pelo que “trouxeram caos, fragmentação e desespero” (2003: 62). Não obstante, apesar de todos os esforços, a dívida externa iugoslava ultrapassava os 20 bilhões de dólares em 1988, caindo para 16 bilhões em 1990, em razão de mais um grande empréstimo.

Em resumo, Freyberg-Inan mostra a situação econômica do país em 1990:

A terapia de choque, lançada com força total em janeiro de 1990, tinha os mesmos efeitos na Iugoslávia como em outros lugares. O congelamento de salários (para combater a inflação) e a liberalização dos preços, que inicialmente levou a uma inflação galopante de 2.500 por cento, resultaram em uma queda dos salários reais em 41 por cento durante os primeiros seis meses de 1990 (World Bank, 1991). A liberalização do comércio levou a um aumento significativo das importações, deprimindo ainda mais a economia doméstica. Ao mesmo tempo, ilustrando a natureza paradoxal das técnicas de "ajuste" da globalização neoliberal, bens de consumo foram removidos à força do consumo doméstico e deslocados para as exportações, para sustentar a balança comercial. Sob fortes restrições orçamentais, as receitas do Estado foram canalizadas para o financiamento da dívida externa. Em nenhum lugar havia receita suficiente para estimular o investimento interno e de produção, apoiar a demanda doméstica, ou compensar os perdedores do ajuste. (FREYBERG-INAN, 2006: 230).

Ao mesmo tempo, argumentos nacionalistas começaram a ser pulverizados em torno de uma maior independência, e até mesmo separatismo, das repúblicas mais ricas. Ora, era inquestionável que uma crise econômica de tal montante não tivesse sérias repercussões políticas. O empobrecimento econômico, a falência do Estado na prestação de serviços e a queda na qualidade de vida serviram para revoltar bastante a população. Esse contexto era especialmente crítico nas partes mais empobrecidas do país, das quais Kosovo ostentava a pior situação. A diminuição da transferência de finanças de outras partes da Federação foi cruel demais para a província autônoma mais pobre do país, que só podia contar com uma fraca agricultura familiar para se manter.

Nesse contexto, o governo central perdeu a legitimidade no decorrer dos anos 1980, em parte em razão da crescente crise econômica que não conseguia controlar, e em parte pelo colapso do comunismo nos governos vizinhos. Um efeito disso foi o aumento do poder de elites locais nos governos das repúblicas. Sem poder contar com as estruturas da Federação, a maioria da população acabava por depender mais dos governos a nível local, e isso fazia com que redes informais de apoio se formassem em torno de cada

república. Daí para o estreitamento de laços na direção do sentimento separatista e para o declínio do apreço pelo governo central era apenas um passo.

Esse fenômeno foi visto mais particularmente em Kosovo, que não recebia apoio suficiente de Belgrado e tinha apenas suas elites locais para sustentar-se com seus próprios pés. Com a revogação do status de província autônoma de Kosovo, em 1989, o separatismo surgiu como a resposta mais racional para os kosovares albaneses, embora a região nada tivesse a ganhar com a secessão. Principalmente em Kosovo, mas também em boa parte do território iugoslavo, essas circunstâncias serviram para fomentar clivagens étnicas e nacionalistas já existentes. Ora, no ambiente de insegurança, miséria e desigualdade em que se encontrava o país⁶⁶, era muito óbvio o surgimento de um conflito de proporções desastrosas.

Incentivar a dependência econômica do país era uma opção bastante segura para o Ocidente, como afirma Woodward:

Ao contrário do debate que acompanhou essa conjuntura na América Latina, entretanto, não havia discussão na Iugoslávia sobre o inadimplemento dos empréstimos – a disputa era sobre a reestruturação e refinanciamento do débito. Os líderes iugoslavos sempre deram prioridade, em termos de política econômica, à manutenção da confiança dos credores estrangeiros, por causa da dependência de importações da produção doméstica iugoslava (incluindo produção para exportação), e pela precária posição da independência iugoslava, fora dos blocos comerciais e militares das duas superpotências. (1995: 49).

Todo esse contexto, portanto, foi sabiamente explorado por jogadores poderosos do sistema internacional. A demagogia nacionalista e a retórica populista que se seguiram com os líderes Slobodan Milosevic e Franjo Tudjman, por exemplo, são perfeitamente lógicos nessa perspectiva. Como Samary (1995) expõe, embora as causas da crise tenham pouca ou nenhuma ligação com as rivalidades étnicas, a crise em si encorajou o advento do

⁶⁶ Hudson apresenta posicionamento semelhante: “O terrível impacto das reformas do FMI, que tinham exacerbado e combinado as tendências em direção ao secessionismo na Eslovênia e na Croácia, também contribuíram para o aumento do nacionalismo sérvio” (2003: 71).

sentimento nacionalista. Combine-se isso ao apoio externo em direção ao separatismo, movido por interesses exclusivamente capitalistas, pois se esperava que a independência de Eslovênia e Croácia proporcionasse mercados hábeis e oportunidades de investimento interessantes. O resultado desta equação não poderia ser diferente: a dissolução da Iugoslávia.

As potências do sistema mundial possuíam uma série de interesses em relação à região balcânica, dos quais os principais eram o pagamento da dívida externa, a consolidação da hegemonia do neoliberalismo e a abertura de mercados para a maximização de oportunidades de exploração (FREYBERG-INAN, 2006). Esses três fatores, interligados, justificam o argumento de que a interferência dos grandes poderes mundiais e do próprio sistema mundial na questão iugoslava foi fundamental para a desintegração. O perdão da dívida externa, caso houvesse sido concedido, seria uma opção muito mais pacífica e menos custosa para todos, pois possibilitaria o remanejamento dos investimentos financeiros em questões de estrutura estatal e melhorias econômicas. Com isso, seria viável acalmar os ânimos da população miserável, o que certamente teria impedido os mais sangrentos confrontos que ocorreram. Ademais, teria sido muito mais barato conceder o perdão da dívida do que intervir militarmente durante dez anos na região.

Essa alternativa, no entanto, não se coadunava com os interesses das grandes potências mundiais, como os Estados Unidos e a Alemanha. Os EUA tiveram importante papel nessa equação, já que sua Embaixada e seu Departamento de Estado organizaram uma campanha para o refinanciamento da dívida iugoslava (WOODWARD, 1995). A crise foi sabiamente explorada como uma oportunidade de derrubar de vez a barreira socialista no leste europeu e impor a hegemonia capitalista como cartilha político-econômica mundial. Ora, diminuir o papel do setor público e deixar o desenvolvimento econômico e social nas mãos do mercado e do setor privado estrangeiro foi a regra adotada pela maior parte dos países de terceiro mundo no início dos anos 1990, inclusive no Brasil. E é sabido que os donos desta cartilha liberalizante de regras são, sem dúvida, os norte-americanos, e os interesses eram claros: mão de obra barata, mercados elásticos e governos flexíveis.

Um exemplo de como os interesses capitalistas ocidentais manipularam o posicionamento dos países poderosos em relação à questão iugoslava pode ser visto no tratamento concedido aos líderes Slobodan Milosevic e Franjo Tudjman, ambos de tendência autoritária⁶⁷, ultra-nacionalista intolerante. Milosevic tornou-se presidente da Liga Comunista Sérvia em 1986 e, em maio de 1989, assumiu a presidência da república sérvia. Contou com o apoio da maioria da população, através de um movimento de massa do povo sérvio que era, conforme Hudson, a favor da Iugoslávia, mas contra o preconceito anti-sérvio percebido nas constituições de Tito, e a favor da defesa dos elementos marginalizados economicamente pelas reformas liberais (2003).

Milosevic era abertamente contra as políticas liberais propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, e apoiava o socialismo de mercado. Pregava a reforma do sistema de autogestão, ao invés de sua abolição, e não era muito simpático à cartilha da democracia liberal. Não por acaso foi tratado pela mídia ocidental como “novo satã” e como o principal culpado pelas atrocidades de guerra. Tudjman, por sua vez, era tão racista e tinha tendências tão intolerantes quanto Milosevic (vide o massacre dos sérvios na Croácia), porém era a favor das práticas capitalistas de mercado. Ironicamente, foi visto pela mídia estrangeira⁶⁸ como representante da democracia e da economia de mercado que o Ocidente tanto valorizava⁶⁹.

⁶⁷ É equivocado, na opinião deste estudo, caracterizar Milosevic como um ditador totalitário. Embora o SPS monopolizasse o governo, em certos termos, havia oposição política, organizações cívicas e mídia independente (VEIGA, 2004).

⁶⁸ Tudjman chegou a publicar um artigo no jornal The New York Times intitulado “Tudo o que nós, croatas, queremos, é a democracia” (TUDJMAN, 1990). Muito irreverente, por sinal. Além disso, publicou um livro nos anos 1980 no qual argumentava que, por direito histórico e lógica geográfica, a Bósnia-Herzegovina deveria ser considerada parte integral da Croácia (HUDSON, 2003: 77).

⁶⁹ Aqui, Hudson corrobora esta opinião: “A demonização de Milosevic acabou por não conhecer limites, ultrapassando em muito os ataques e críticas de líderes que poderiam ser considerados responsáveis, ou de ter sido conivente com semelhantes eventos terríveis e trágicos, como Tudjman e Izetbegovic” (2003: 69). A autora se utiliza de um discurso do ex-embaixador norte-americano para a Iugoslávia, Warren Zimmerman, para demonstrar isso, já que segundo ele “a graça salvadora de Tudjman, que o distingue de Milosevic, é que ele realmente quer ser um estadista ocidental” (2003:70). Com isso, é lógico o raciocínio de que “Tudjman poderia ser apoiado porque ele era essencialmente pró-ocidental, ao passo que Milosevic tinha que ser destruído, porque ele não era” (HUDSON, 2003: 70).

Os Bálcãs representavam, em síntese, uma promissora semiperiferia aos núcleos capitalistas mundiais, e continuam fazendo este papel até os dias de hoje. Possuíam algum poder de barganha, já que constituíam áreas de importância geopolítica, tinham recursos naturais importantes, como petróleo, e podiam fornecer mão de obra de baixo custo mas de bom nível. A força de trabalho balcânica era consideravelmente mais educada e treinada do que seus pares africanos, asiáticos ou latino-americanos, especialmente em se tratando de indústria moderna e eletrônica. Assim, desempenhavam o papel de semiperiferia na economia mundial como intermediários de mão de obra para os países mais poderosos.

É importante lembrar que, na teoria wallersteiniana, a dinâmica central do capitalismo mundial é a constante circulação de riqueza no sentido da periferia e semiperiferia para o centro. Desse modo, táticas como a concessão de empréstimos ou perdão de dívida do centro em relação às periferias e semi são estratégicas, já que, a longo prazo, o valor investido acaba retornando ao núcleo central por meio do fluxo da economia mundial. Ou, como lembra Minic, “ocorre a transferência de grande parte do capital financeira dos países em desenvolvimento - países devedores para os avançados credores” (1986: 39). E é nessa dinâmica que se encaixa a região balcânica: empréstimos e investimentos na área serviram o firme propósito de preparar mercados aptos às regras do capitalismo global.

Dessa forma, é possível explicar com esse raciocínio o apoio financeiro dado atualmente aos países balcânicos pela União Européia, que presta assistência financeira aos candidatos à adesão ao bloco. Assim, projetos como a Agência Européia de Reconstrução para os Bálcãs, o Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu, e a Iniciativa de Cooperação, entre outros, são meros desdobramentos da política de manutenção de uma semiperiferia capitalista hábil no coração da Europa. O Press-release 11605/03, de 29 de Julho de 2003, lançado pela UE, confirmando mais um acordo para a estabilização dos Bálcãs, deixa claro os interesses em manter isso: “A OTAN e a UE partilham de uma mesma visão do futuro dos Bálcãs Ocidentais: estabilidade auto-sustentada (...) e uma economia de livre mercado viável conducentes a maior

aproximação em relação às estruturas européias e euro-atlânticas” (UE, 2003:1).

Tais iniciativas, embora de certo modo louváveis do ponto de vista de seus resultados, como será mostrado no apêndice deste estudo, acabam por encorajar a grande dependência da região de empréstimos internacionais e ajuda financeira externa. Dito de outro modo, os países balcânicos continuam a depender do apoio externo para se sustentar, o que colabora com a institucionalização da estratégia ocidental do tipo “dividir e conquistar”. O território torna-se uma área de influência capitalista de seus principais mantenedores, o que impede o desenvolvimento de Estados verdadeiramente soberanos e mesmo a independência política das ex-repúblicas iugoslavas.

A estratégia dos poderes centrais do sistema mundial, para isso, foi incentivar o centralismo na condução da política iugoslava até o momento em que isso se mostrava eficiente, a fim de aumentar suas chances de, algum dia, receber o pagamento pelos empréstimos realizados. Quando isso se tornou claramente contraproducente, e quando não havia mais como controlar os efeitos desintegradores dessa estratégia, a opção de apoiar a dissolução soou mais positiva. Ora, mexer na dinâmica sistêmica de uma sociedade multiétnica, naquelas condições, só poderia transformar a crise econômica em guerra civil.

Do mesmo modo, Freyberg-Inan alerta que a teoria dos sistemas-mundo foca outro ponto importante da questão: “o uso da força por nações e regiões privilegiadas para manter suas posições frente aos que ameaçariam sua hegemonia e para criar um ambiente de máxima eficiência para a exploração” (2006: 239). As guerras de dissolução promovidas na Iugoslávia encaixam-se perfeitamente nesse caso, e a natureza do sistema em que o país foi forçosamente inserido não deixa dúvidas. Lembre-se que os Estados Unidos saíram do conflito como os grandes promotores da paz e da democracia, pelo que expandiram sua hegemonia para a região.

Por estes motivos, é possível elencar três importantes conclusões sobre o assunto: a) a posição da Iugoslávia no sistema capitalista e sua relação com instituições financeiras internacionais contribuíram para o colapso do país⁷⁰; b)

⁷⁰ Minic corrobora este argumento, quando se refere aos não-alinhados: “Tanto o desenvolvimento interno como a política externa e a posição internacional em sua

a política da Europa Ocidental em direção à Iugoslávia e os posteriores países formados foi fortemente motivada por interesses econômicos; c) a autonomia democrática da Sérvia, Montenegro e Kosovo foi restrita pelas condições políticas e econômicas da região, resultando em intervencionismo dos poderes centrais do sistema mundial.

É por essas razões que se insiste no argumento central deste trabalho: os principais países poderosos do sistema mundial, e o sistema em si, colaboraram para a desintegração iugoslava através da destruição da estabilidade política do país, por meio de estratégias fracassadas de reforma econômica. Some-se isso à perda de importância estratégica da Iugoslávia para o ocidente, com o final da Guerra Fria, e tem-se uma explicação plausível para o abandono à própria sorte do país, como argumenta Woodward:

A paridade estratégica entre EUA-URSS, o progresso das conversações entre os dois blocos sobre a redução da força militar e as reformas de Gorbachev tornaram o papel da Iugoslávia na política da OTAN supérfluo. Por quarenta anos a Iugoslávia teve uma relação especial com os Estados Unidos, incluindo a garantia implícita de acesso especial aos créditos ocidentais para manter o déficit comercial da Iugoslávia flutuante, em troca da neutralidade e capacidade militar iugoslavas para deter o pacto de Varsóvia da Europa Ocidental. Agora, entretanto, a Iugoslávia era desnecessária para a segurança vital dos EUA. (...) A relação especial da Iugoslávia com a Europa pareceu se tornar obsoleta da noite para o dia. Os países da Europa Central correram para aderir às instituições da Europa Ocidental como membros plenos, e a Iugoslávia tinha que entrar nessa competição nos mesmos termos dos outros, abandonando os hábitos de tratamento especial. (1995: 104).

Sob essa lógica, é de se esperar que o argumento não possa ser outro: a intervenção dos grandes poderes mundiais na questão iugoslava serviu especialmente para manter e reforçar as relações de interdependência assimétrica na região. A consolidação da hegemonia neoliberal no território balcânico é o resultado de um case em parte bem-sucedido em como

totalidade de muitos desses países seguem expostos à pressão da política dos blocos e das grandes potências. (...) Creio que não cabe dúvida nenhuma de que estão certos os que atribuem à influência da política das grandes potências e dos blocos sobre alguns países não-alinhados a importância de uma das principais causas de certa falta de unidade entre os não-alinhados” (1986: 48).

desmontar um Estado socialista e fazer dele uma área de livre mercado. Diz-se em parte porque, apesar dos bons resultados econômicos para os atores poderosos dessa ação – lembre-se que os EUA e a UE saíram como os grandes defensores da democracia nos Balcãs – a maioria dos Estados balcânicos⁷¹ continua com uma população empobrecida, com apatia política⁷², pouco respeito aos direitos humanos, e com uma intolerância étnica e religiosa que ainda não foi bem controlada.

2.2 O sistema mundial do período pós-Guerra Fria: espaço para um país socialista no coração da Europa?

Como visto na seção anterior, é impossível dissociar a experiência balcânica do exame dos conflitos do sistema internacional em que a região esteve inserida a partir dos anos 1980. Mais que isso, é imprescindível analisar o padrão de interferência desse sistema e de seus componentes dominantes na formatação do desenho estatal balcânico. Diz-se isso porque, desde a Idade Antiga, os Balcãs são um corredor de passagem entre Ocidente e Oriente, e foram dominados por diversos impérios vizinhos, como o Império Turco-Otomano e o Império Austro-Húngaro. Desse modo, guerra e dominação estrangeira são uma constante na construção dos Estados balcânicos, e por isso a conjuntura pré-queda do comunismo e pós-Guerra Fria precisa ser analisada com cuidado.

O final dos anos 80 pode ser apontado como um dos mais turbulentos fins de década na história ocidental. A Guerra Fria, paradigma que orientou as relações internacionais no pós-Guerras Mundiais, entrava em declínio à medida que uma nova ordem internacional ia se estabelecendo, ainda que desconhecida (ARTURI, 2005). Como escreve Ramonet (1998: 13), “nas

⁷¹ Sobre a situação contemporânea das ex-repúblicas iugoslavas, ver o apêndice deste trabalho.

⁷² As eleições presidenciais sérvias em 2002, por exemplo, tiveram de ser convocadas mais de uma vez, em razão do insuficiente comparecimento da população às urnas.

vésperas da entrada no terceiro milênio, cada um pôde constatar que a incerteza tornou-se a única certeza”.

Na Europa, duas situações indicavam os rumos da nova conjuntura internacional: a integração cada vez mais forte do oeste, e a queda do socialismo no leste. Sobre a primeira situação, em julho de 1989 era aprovado pelo Conselho Europeu o plano Jacques Delors de união econômica e monetária (UEM), conforme Pfetsch (2001). O caminho da integração capitalista no oeste europeu era traçado a cada reunião das instituições da Comunidade Européia. Em 1990, entrou em vigor a primeira etapa da UEM, e no ano seguinte iniciaram-se as coordenações das políticas econômicas nacionais, baseadas nos princípios liberais do mercado.

A convivência na Europa havia sido, historicamente, motivo de tumultuosas disputas acerca da hegemonia sobre o comando do Continente (CAMPOS & CAMPOS, 2004). A emergência do Estado nacional e sua exigência de soberania extremada haviam elevado todos os conflitos e desestruturado geopoliticamente o espaço europeu nos séculos passados. Com o decorrer do século XIX, no entanto, os desentendimentos entre os países europeus foram eclipsados pelo complicado jogo diplomático da balança de poder que se formou no Continente. A relativa estabilidade européia viria a ser interrompida no início do século 20, com as Guerras Mundiais. Era necessário, portanto, uma estratégia de união entre os países europeus, com vistas à autonomia do continente, no sentido do argumento de Fabinc e Kalogjera:

Todos os processos de integração partem de relações conhecidas de interdependência na economia mundial, que se manifestam em parte nos cursos e relações econômicas externas correspondentes. (...) Por outro lado, os processos de integração no mundo partem dos processos de concentração de capital, da informação e conhecimento, e da polarização do poder econômico, político e militar em determinados segmentos das economias nacionais ou em determinados países. (1987: 16).

A autonomia européia em relação ao leste, por sua vez, estava militar e politicamente enfraquecida, e não podia competir no balanço de poder transatlântico, e sequer desafiar a liderança norte-americana no sistema

mundial. Estava claro que uma política de defesa comum na Europa só vingaria se organizada dentro da estrutura da OTAN e sob a tutela dos EUA. Essa posição de submissão da Comunidade Européia aos EUA contrastava, entretanto, com o seu forte poder de barganha no comércio internacional – parecia haver uma grande incapacidade européia de desenvolver, ao mesmo tempo, estruturas econômicas eficientes e poder político de liderança.

Ao mesmo tempo, 1989 é o ano que simbolizou a falência do regime alternativo ao capitalismo ocidental, isto é, o socialismo. O processo de transição democrática ganhou contornos singulares na Alemanha socialista, a qual constituía mais uma construção política do que um estado-nação em si. A pressão pública pela queda do muro de Berlim, que sinalizava a separação dos alemães ocidentais capitalistas e dos orientais socialistas, intensificou-se em 1989, o que viria a culminar com o tratado de unificação com a Alemanha ocidental. Já em 1991 concluiu-se o processo de reunificação alemã, e as regras da UEM da Comunidade Européia passaram a ser aplicadas a então Alemanha oriental. A reunificação da Alemanha, nesse contexto, abalou o equilíbrio de poder dentro da Europa, em razão do potencial político-econômico germânico, e de seu peso nas negociações dentro do bloco.

Enquanto isso, no maior e mais poderoso país comunista, políticas de abertura da economia iam tomando espaço em meio a uma forte crise política e econômica. O governo de Gorbachev optou por uma estratégia de "democratização" da política soviética, da qual políticas como a Perestroika⁷³ e a Glasnost⁷⁴ constituíam uma parte fundamental, a fim de liberar as forças políticas da centralização burocrática que havia acompanhado o governo de Stalin. E isso deveria ser combinado com uma reforma radical da economia

⁷³ A Perestroika, cuja tradução significa "reconstrução", foi uma política introduzida na URSS por Mikhail Gorbachev, com o objetivo de reduzir os gastos em defesa e investir na abertura gradual da economia soviética ao mercado.

⁷⁴ A Glasnost, comumente traduzida como "transparência", foi uma medida que conferiu maior liberdade à discussão política na União Soviética. Não significava uma liberdade irrestrita de imprensa ou do direito a informação, mas sim refletia a crença de que, sem uma grande consciência da situação real do Estado, não haveria boa-vontade por parte do povo soviético em se comprometer com o programa de reconstrução estatal. Diz-se que a Glasnost contribuiu para a crise do socialismo na URSS porque a população passou a se sentir menos oprimida e pressionada em relação à liberdade de expressão, o que teria intensificado a instabilidade política no país.

soviética, a fim de conter a queda do crescimento econômico do país, que só fazia piorar.

No entanto, a estratégia de combinar formas democráticas e reforma econômica numa estrutura engessada que era o Estado soviético provou-se impossível de ser realizada. Velhas estruturas de planejamento foram desmanteladas antes mesmo de que mecanismos de mercado fossem estabelecidos para substituí-las. Com isso, o comprometimento com as reformas foi suplantado paulatinamente por movimentos nacionalistas em várias das repúblicas soviéticas, que buscavam sua independência e a queda do monopólio político do Partido Comunista. Um golpe de Estado viria a acontecer em agosto de 1991, o que levou à dissolução do Partido e a uma série de declarações de independência das repúblicas.

A dissolução do país que mais sustentava a legitimidade do socialismo no sistema internacional significou o fim dessa opção ao regime capitalista; em outras palavras, a queda do comunismo significou para o mundo a vitória do capitalismo e a sedimentação da economia de mercado. A transformação crucial foi menos produto de fatores domésticos e mais a legitimação do estabelecimento de uma nova ordem mundial baseada nos princípios capitalistas ocidentais. Ora, o objetivo norte-americano durante a Guerra Fria, como superpotência, era justamente assegurar a sua própria supremacia sobre a outra superpotência.

Paralelamente, então, o poderio norte-americano aumentava à medida que a alternativa socialista ruía. A crise econômica norte-americana, iniciada nos anos 1970 em decorrência da questão do petróleo, e que havia chegado ao seu auge no início dos anos 1980, já havia sido superada pela política econômica liberal de Reagan. A diminuição dos impostos e a ênfase no orçamento de defesa haviam sanado a economia norte-americana, cuja principal opção para se sustentar estava concentrada no setor militar. Além disso, o aumento da taxa de juros na economia internacional, que elevou a dívida externa dos países subdesenvolvidos, dentre eles a Iugoslávia e o Brasil, foi uma iniciativa muito positiva para fortalecer o dólar.

Os EUA estavam, naquele momento, no centro do sistema, do que decorre seu papel essencial na chancela do capitalismo. Assim, para estimular

o dinamismo econômico no sistema como um todo, necessitam utilizar instrumentos de poder político-econômico. Desse modo, organizam o paradigma da economia mundial de acordo com seus interesses, para tentarem manter sua posição na hierarquia mundial. Nessa conjuntura, surge uma nova dinâmica nas relações internacionais, que exigia um mercado sem fronteiras, com fluxos internacionais desregulamentados – é a globalização.

O pós-Guerra Fria, como período de transição para uma nova ordem internacional ainda não conhecida, consolidou, portanto, a criação do mundo à imagem e semelhança dos EUA: capitalismo, democracia liberal e regulação do Estado pelas organizações internacionais. Com isso, o país garantiu sua hegemonia exclusiva nos setores político, econômico e militar e, portanto, necessitava legitimar isso na prática. E, como a economia norte-americana dependia da lógica de organizar o sistema contra um inimigo externo, nada melhor do que fomentar um conflito que estava prestes a explodir – e melhor ainda se isso ocorresse em um país socialista, para pôr fim de vez ao inimigo comunista.

Desse modo, os ventos liberalizantes da Glasnost e da Perestroika também chegaram à Iugoslávia, apesar desta não pertencer ao bloco soviético. A Federação Iugoslava constituía, em realidade, uma perigosa incógnita para a lógica norte-americana, por ser um país neutro, mas com tendências ambíguas – socialismo de mercado e liderança dos países não-alinhados, por exemplo. De fato, o engajamento deste país no sistema mundial era importante, como argumenta Minic:

A política externa da Iugoslávia determina que o país esteja aberto em todas as esferas das relações internacionais, aberto para o mundo, e seja participante ativo na solução dos problemas internacionais e nos esforços com vistas a preservar e consolidar a paz e a segurança no mundo e no desenvolvimento da cooperação internacional. Com essa política externa, a Iugoslávia ganhou uma reputação, um prestígio e uma influência no mundo que superam suas dimensões e forças, e isso particularmente no seio do movimento dos não-alinhados e entre as forças progressivas e democráticas no mundo. (1986: 36)

A crescente preponderância de Tito e do papel da Iugoslávia em relação aos países do Terceiro Mundo não agradava aos norte-americanos, o que era

demonstrado por frequentes interrupções de ajuda econômica. Os Não-Alinhados, sob a condução de Tito, mostravam-se como uma força moderada na luta de classes em nível internacional (WOODWARD, 1995: 26). Entretanto, o movimento não poderia ser considerado como uma alternativa efetiva à bipolaridade do sistema internacional – faltava força econômica e militar para isso. A Iugoslávia, em síntese, não ameaçava o equilíbrio de forças da Guerra Fria, embora constituísse um certo perigo para qualquer força que desejasse tomar a península balcânica como esfera de influência.

A bipolarização mundial fazia com que a Iugoslávia, de economia planificada com baixa produtividade do setor primário e com alguma atenção ao setor secundário metalúrgico e siderúrgico, passasse despercebida no sistema internacional. Ora porque não se inseria no sistema capitalista americano, ora porque também não se alinhava ao socialismo soviético. Isto viria a mudar com a crise político-econômica do país durante a década de 1980, que culminou com o desmembramento das repúblicas iugoslavas. A Iugoslávia, então, já não era mais invisível no cenário internacional - não interessava aos grandes poderes mundiais, naquele momento, uma incógnita socialista como barreira.

É nessa lógica que se estabelece a estratégia norte-americana de desestruturar Estados que não se comportam conforme a ordem capitalista internacional. Nesse momento, então, a existência de mercados aptos às trocas comerciais tornava-se muito necessária, bastante para os americanos, mas principalmente para os europeus, que estavam dando passos maiores rumo à integração econômica. O fim da Guerra Fria significava que os Estados estavam movimentando suas posições no sistema, com vistas à emergência de um governo mundial. Nesse sentido,

Certamente, todo o processo de formação do governo mundial foi patrocinado e controlado por forças conservadoras, preocupadas quase exclusivamente com a legitimação e a vigência da distribuição global da riqueza extremamente desigual que surgiu com o colapso dos esforços de desenvolvimento do Sul e do Leste, nos anos 80 (ARRIGHI, 1997:291).

Essa movimentação refletia sobremaneira no plano econômico - novas escolhas deveriam ser feitas: a abertura das economias ao mercado capitalista mundial. E essa abertura precisava ser imposta aos países socialistas. Os países do leste europeu viam a necessidade de escapar da influência soviética, mas existiam setores da economia que se sentiam desconfortáveis no capitalismo. Assim, dentro do sistema pós-Guerra Fria, tiveram sua incorporação forçada em organismos como a OTAN e a UE, já que os EUA, nesse momento, não podiam arcar com investimentos maciços no leste, a fim de conter o desencanto com a transição para o mercado.

Nesse ponto, é necessário tratar da reorganização da OTAN na conjuntura pós-Guerra Fria. Criada por iniciativa norte-americana, para manter unido o bloco vencedor da Segunda Guerra, a Organização viu-se num impasse com o desaparecimento do inimigo externo comum: deveria ser mantida com o final da Guerra Fria, ou deveria perseguir outras finalidades. A posição dos EUA era de que a OTAN deveria ter atuação ofensiva, além de preventiva, e deveria expandir-se para o leste europeu, a fim de evitar a convergência da UE com a Rússia, que ainda possuía uma capacidade de defesa bem maior do que a Europa. Então, a partir da metade de 1991, a OTAN começou a interferir na questão iugoslava, sob o argumento de que a segurança de seus Estados-membros dependia da segurança de toda a Europa. Isso serviu, também, para uma mudança de paradigma na atuação da Organização: em nome desse argumento, a OTAN estava "legitimamente livre" para intervir militarmente fora dos territórios de seus integrantes.

Assim, a OTAN emergiu do pós-Guerra como a única organização a conferir solidez ao Ocidente frente ao perigo russo. E, nessa linha de raciocínio, a missão pós-Guerra Fria da OTAN refletiu a transição de uma organização de defesa coletiva contra um possível ataque soviético para um instrumento de propagação dos valores norte-americanos. A OTAN teria sido, então, uma ferramenta para consolidar os princípios ocidentais na Europa. Outros benefícios estratégicos surgiriam dessa nova perspectiva: a manutenção da relação transatlântica, a garantia da segurança europeia em relação aos seus vizinhos, a contenção do poder político da Alemanha unificada e a prevenção contra qualquer possível ameaça russa futura.

A partir da queda do comunismo no leste europeu, a história conta que o acirramento entre os grupos étnicos e as divergências dos líderes políticos acarretaram em movimentos nacionalistas separatistas, que levaram à desintegração do país (SOARES, 1999). O que se seguiu foi a queda de um castelo de cartas de baralho: em 1991, a Eslovênia declarou a sua independência, sendo seguida por Croácia e Macedônia, e pela Bósnia-Herzegovina em 1992, na qual a forte repressão levou uma guerra até 1995. Após isso, a província autônoma de Kosovo buscou sua independência e se tornou protetorado internacional.

Ressalte-se, porém, que as elites políticas da Croácia e da Eslovênia, as repúblicas mais ricas, e que apoiavam as políticas ocidentais do mercado, não concordaram com a proposta do FMI de preservar a república iugoslava, visto que não mais desejavam subsidiar as regiões mais pobres da federação. O caminho estava livre, naquele momento, para que croatas e eslovenos aprofundassem as trocas econômicas na zona de influência alemã. Os sérvios, por sua vez, aliados soviéticos, posicionaram-se contra as políticas liberais de mercado, e mobilizaram-se em torno disso. Ao defenderem o seu direito à autodeterminação, entretanto, foram brindados com diversas sanções impostas pelos países ocidentais, além de terem seu status na mídia promovido para antagonistas da crise.

Com isso, é compreensível o surgimento de movimentos nacionalistas, étnicos e religiosos, em especial no leste europeu. A explicação para isso passa pelo fato de que o fim da Guerra Fria trouxe um período de incertezas, com o desaparecimento de alguns valores de referência, e esse fenômeno, ao mesmo tempo em que era um conflito, era também um sistema de regulação, pois freava o descompasso entre a modernização e novas formas de socialização. Onde o descompasso era mais forte, como nos países do leste europeu, a população era mais facilmente mobilizada. Com o fim da Guerra, tais regras de regulação acabaram. De fato, não se poderia esperar, de qualquer forma, um sistema estável e pacífico no pós-Guerra Fria.

Não se pode negar que a fragmentação da Iugoslávia foi precipitada diretamente por fatores econômicos, como a crise da economia doméstica e a crise da dívida global, como se falou na seção anterior. E também variáveis de

política interna são importantes, a exemplo da devolução do poder decisório para as mãos das repúblicas, o que reforçou a tendência ao nacionalismo étnico. Não obstante, é essencial avaliar as estratégias européias e norte-americanas em relação à questão iugoslava, as quais foram formuladas num contexto de intensificação dos conflitos políticos e econômicos transatlânticos, que acompanharam o fim da Guerra Fria.

Várias tensões permeavam naquele momento as relações tanto entre EUA e Europa, como dentro da própria Comunidade. Alguns setores econômicos e políticos europeus insistiam na autonomia política do bloco e no investimento em mercados sociais, enquanto outros eram mais favoráveis à preservação das relações atlânticas – leia-se “obediência aos interesses norte-americanos – e da difusão do neoliberalismo. Essas tendências viriam a se refletir no posicionamento dos Estados europeus durante o boom da fragmentação.

À primeira vista, europeus e norte-americanos declararam apoio à Federação iugoslava, o que, de fato, não passou de uma tática para incentivar o ajustamento estrutural neoliberal e o reembolso dos empréstimos concedidos. Todavia, ao perceberem que a questão era mais séria do que pensavam, as opiniões rapidamente se dividiram quanto ao que deveria ser feito. A Comissão Européia bem que tentou um processo de mediação, mas era tarde demais para deter o conflito armado entre sérvios e croatas em meados de 1991. França e Inglaterra puseram-se contra a dissolução, já que sustentavam laços políticos e econômicos com a Sérvia, e antagonizaram-se à Alemanha, que defendeu o reconhecimento das repúblicas separatistas.

Não por acaso, os novos Estados formados com a desintegração iugoslava tiveram o apoio dos principais Estados do sistema mundial em sua constituição. Ou, como Samary (1998) coloca, “neste longo processo de decomposição, a 'comunidade internacional', ao invés de apagar o fogo, foi realmente atizar as chamas”. O rápido reconhecimento internacional inseriu esses países na cartilha das instituições financeiras mundiais⁷⁵, como uma

⁷⁵ “(...) os Estados Unidos nesse período, como consequência da queda do Muro de Berlim, adotaram uma política de estímulo a uma ‘revolução’ capitalista nos países do leste Europeu e condicionavam toda e qualquer ajuda à adoção do receituário do FMI” (FRANÇA, 2004: 46). Pode-se notar, então, que a abertura das economias ex-socialistas

semiperiferia necessária para sustentar o mercado dos países que estavam no topo. A dissolução iugoslava era então interessante, e aconteceu no momento e no lugar corretos: ao fim da bipolarização e no coração do Continente dividido pelo socialismo. Com isso,

Estados fora da Iugoslávia impulsionaram o incêndio - a Alemanha, por reconhecer prematuramente os novos Estados da Croácia e da Eslovênia, legitimando a noção de uma Iugoslávia dividida; Rússia e França por apoiar os velhos aliados sérvios; e o Oriente Médio por publicamente tomar o partido dos bósnios muçulmanos contra as forças cristãs croatas e sérvias (MINGST, 2003: 174).

A primeira reação norte-americana quanto à questão da dissolução iugoslava havia sido encorajar a Europa a assumir a liderança do caso, já que ressoava na política externa dos EUA um certo receio de um engajamento militar desnecessário no contexto pós-Vietnã. No entanto, os EUA, ao relegarem à UE a responsabilidade pela transição no leste europeu, em um primeiro momento, tinham uma motivação além: quando a Europa mostrasse sua inabilidade em lidar com o processo, ficaria demonstrada a importância do papel da OTAN e da liderança norte-americana no caso. Não obstante, a única organização internacional que poderia bancar uma intervenção externa aceita como neutra e legítima por toda a Iugoslávia seria a ONU, em razão da longa história de participação iugoslava e de seus fortes laços com os países subdesenvolvidos.

Um tempo depois, percebeu-se que uma estratégia mais agressiva nas relações atlânticas poderia ajudar a legitimar o poder militar norte-americano na Europa, além de expandir a área de atuação do neoliberalismo. Com isso, sob o governo de Clinton, os EUA assumiram uma posição mais atuante na questão - o que iria culminar com a sua vitória na assinatura do Acordo de Dayton, a ser tratado no capítulo posterior, o que demonstrou que uma política de defesa europeia independente não seria uma alternativa válida frente à hegemonia norte-americana no continente.

foi habilmente planejada pelos EUA, que certamente contou com o apoio dos países amigos europeus dentro do FMI.

A proposta inicial dos EUA era formar uma república federalista pró-capitalismo nos Bálcãs. Os interesses norte-americanos na região centravam-se em recursos naturais como o petróleo e o gás, e a formação de uma trincheira ao sul da Rússia, sob domínio ocidental. E, com o domínio da Sérvia na região, essa trincheira nunca iria acontecer, visto que os sérvios eram aliados naturais dos soviéticos. Assim, a Sérvia entrava frontalmente em rota de colisão com os interesses ocidentais. O desenrolar da crise iugoslava, no entanto, mostrou a impossibilidade do intento norte-americano, em razão do colapso econômico provocado pelas pressões ocidentais.

É preciso ressaltar, ademais, que os poderes hegemônicos do sistema mundial há muito já sabiam o que viria a acontecer com o Estado iugoslavo no pós-Guerra Fria. A situação de dissolução já havia sido prevista nos anos 1970 por Horelick e Johnson (1972), e mesmo todas as fases da desintegração já seriam conhecidas com certa antecedência pela CIA. Segundo relatório desta agência, a Sérvia bloquearia tentativas separatistas de eslovenos e croatas, haveria um levante armado pelos albaneses em Kosovo, a Sérvia fomentaria revoltas das minorias sérvias na Croácia e na Bósnia, e nem o Partido Comunista ou o JNA seria capaz de manter a federação unida (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1990).

Os EUA ainda viriam a interferir diretamente na condução da política interna iugoslava através da aprovação pelo Congresso da Lei de Operações Estrangeiras, Financiamento à Exportação e Programas de Dotações Correlatas nº 101-513, cuja seção 599A dispunha o corte da ajuda financeira à Iugoslávia caso não fossem realizadas certas condições⁷⁶. A principal delas

⁷⁶ A Seção é traduzida aqui em sua forma literal: "SEC. 599A. Seis meses após a data da promulgação desta Lei, (1) nenhum dos fundos atribuídos ou colocados à disposição nos termos da presente Lei será obrigado ou despendido para prestar qualquer assistência direta à República Federal da Iugoslávia, e (2) o Secretário do Tesouro deverá instruir o Diretor Executivo norte-americano de cada instituição financeira internacional para usar a voz e voto dos Estados Unidos para se opor a qualquer assistência das respectivas instituições para a República Federativa da Iugoslávia: esta seção não se aplica à assistência destinada a apoiar partidos ou movimentos democráticos, de emergência ou de assistência humanitária, ou a promoção dos direitos humanos: mais, esta seção não se aplica se todas as seis repúblicas federadas da República Federal da Iugoslávia realizarem eleições livres e multipartidárias e não estejam engajadas em um padrão sistemático de violações dos direitos humanos: mais, não obstante o fracasso das Repúblicas federadas da República Socialista Federativa da Iugoslávia de terem realizado eleições livres e multipartidárias no prazo de seis meses a contar da promulgação desta

referia-se ao estabelecimento de eleições multipartidárias em cada uma das repúblicas iugoslavas dentro de seis meses. A Lei ainda encorajava diretores de instituições financeiras internacionais, como o FMI e o BM, a adotarem a mesma política de corte para seus créditos e empréstimos.

Para além do protagonismo dos EUA, a Alemanha também teve uma importante participação econômica na desintegração: os alemães eram os principais investidores estrangeiros da Iugoslávia. Interessava aos germânicos uma abertura para o Mar Mediterrâneo, e isso a Eslovênia e a Croácia poderiam oferecer. Tanto que justamente a diplomacia alemã convenceu a diplomacia americana a apoiar a fragmentação iugoslava (FRANÇA, 2004), ainda no turbulento ano de 1991. A Alemanha, assim, liderou o movimento em prol do reconhecimento internacional das repúblicas da Eslovênia e da Croácia.

Vários indícios podem ser levantados no sentido de que a Alemanha atuou positivamente para impulsionar o processo de independência da Croácia e da Eslovênia. Hudson (2003) cita o serviço de inteligência alemão⁷⁷ como o responsável pelo treinamento do exército croata e até mesmo uma campanha pró-balkanização liderada pelo jornal alemão mais influente da época como indícios fortes da responsabilidade alemã no colapso iugoslavo. Para além disso, tanto o passado histórico das relações germano-croatas, como o próprio desenrolar da crise, com o encabeçamento do movimento pró-reconhecimento, mostram o papel essencial que o país desempenhou na fomentação do conflito étnico. Como bem salienta Misha Glenny (*apud* HUDSON, 2003: 92), “as posições alemãs e austríacas refletiram os seus interesses históricos, culturais e econômicos na região, mas na Sérvia isso foi percebido como uma

Lei, esta seção não é aplicável se o Secretário de Estado atestar que a República Socialista Federativa da Iugoslávia está dando passos significativos em direção do cumprimento das obrigações dos Acordos de Helsinque e está incentivando qualquer República que não tenha realizado eleições livres e multipartidárias para assim fazê-las”. Disponível em: <http://thomas.loc.gov/cgi-bin/query/F?c101:7:./temp/~c101jRkFft:e274712>.

⁷⁷ Conforme Hudson, o Diretor de Contra-Inteligência Iugoslava Antun Duhacek teria afirmado que os alemães treinavam remanescentes do movimento ustasha desde os anos 1960, e buscavam uma subordinação completa da inteligência croata à alemã (2003: 91). Ainda, o serviço secreto germânico teria sido bastante ativo durante os anos 1980 e mesmo durante o conflito pela independência da Croácia contra o JNA, através de treinamento militar e fornecimento de armas.

representação da expansão imperialista de um Estado alemão unificado dentro do leste europeu”.

Enquanto os alemães defendiam o rápido reconhecimento, a Comunidade declarou que atos unilaterais ou ameaças de utilização de força não poderiam ser a base da resolução da crise iugoslava. As condições estabelecidas eram duas: nenhuma das repúblicas poderia ser reconhecida a menos que houvesse uma solução global aceitável para todas as seis repúblicas, e modificações de fronteiras poderiam ser feitas através de meios pacíficos. Em novembro de 1991, a Comunidade decidiu declarar sanções econômicas contra o governo em Belgrado, além adotar uma política temporária de não-reconhecimento.

A Hungria, que sustentava status de candidato à UE e que possuía uma minoria significativa em Vojvodina, também não poderia apoiar a dissolução iugoslava. Contudo, sua posição quanto a questão parecia ambígua, visto que tentava sincronizar seu apoio aos húngaros fora do país com uma política de boa-vizinhança e com as abordagens ocidentais sobre o caso. Assim, o episódio de exportação ilegal de armas para a Croácia em 1990 tornou-se mais um incidente diplomático do que uma questão jurídica, a ser investigada pelas organizações envolvidas no caso.

Para a França, maior defensor europeu da unidade iugoslava, o país era um fator importante na estabilidade europeia, visto que atrapalhava os planos de uma Europa germânica sob liderança alemã. Além disso, evitar o separatismo iugoslavo enviaria uma forte mensagem às tendências nacionalistas e separatistas em toda a Europa. Os franceses tinham seus próprios problemas em relação ao status das minorias, especialmente os bascos e os argelinos, e por isso desejavam o fim de conflitos desse tipo. Não obstante, não queriam envolver-se diretamente na guerra iugoslava.

O Reino Unido, da mesma forma, procurava manter uma atuação discreta na questão iugoslava, já que seus maiores aliados, os EUA, faziam o mesmo na época. Ademais, também existiam forças centrífugas em seu território, como no País de Gales, na Irlanda do Norte e na Escócia, que nem sempre concordavam com as políticas do governo central em Londres. Apesar disso, seu envolvimento ocorria através de organizações como a OTAN, a

OSCE e a ONU. Também interessava aos ingleses manter a Iugoslávia como um muro contra uma zona de influência alemã.

A posição austríaca sobre o caso iugoslavo seguia as declarações oficiais da UE, porque naquele momento a Áustria era uma forte candidata à adesão ao bloco. Os austríacos temiam o influxo de refugiados que poderia resultar do conflito, mas temiam também pelas minorias croatas e eslovenas que viviam em seu território. Assim, enquanto alguns membros do governo apoiavam a unidade iugoslava, outros apoiavam a desintegração - tanto que o país continuou a manter fortes relações comerciais com a Eslovênia depois da declaração de independência, embora o governo iugoslavo federal fosse o único parceiro oficial austríaco.

Outros países também colaboraram, direta ou indiretamente, para o estopim do conflito iugoslavo. Alguns países muçulmanos, como Argélia, Egito, Paquistão, Irã e Tunísia, observaram os eventos sob o prisma da ameaça à população muçulmana iugoslava, mas sem uma participação mais efetiva. Os políticos iugoslavos encararam isso com bastante frustração, visto que muitos desses países já haviam recebido ajuda iugoslava em algum momento, e naquele instante "viravam as costas" para a Iugoslávia (WOODWARD, 1995).

França e Reino Unido ainda defendiam uma política multilateral de não-reconhecimento, inclusive tendo introduzido uma resolução do Conselho Nacional que aconselhava a retenção do reconhecimento diplomático a repúblicas separatistas enquanto estivessem sendo feitos esforços para amenizar a situação. Em dezembro daquele ano, no entanto, croatas massacravam a minoria sérvia, em resposta à revolta sérvia contra a supressão de vários de seus direitos, através da promulgação da nova Constituição. Com isso, a situação tornou-se insustentável e essa perspectiva foi abandonada: a Alemanha reconheceu os separatistas em dezembro, seguida pela Comunidade⁷⁸, e pelos EUA.

⁷⁸ O encontro que selou tal decisão ocorreu em 16 de dezembro de 1991. A explicação utilizada pela Comunidade Européia para justificar o reconhecimento dos novos Estados eslavos teria sido a aplicação do princípio de Badinter, o qual propugna que o processo de independência ocorra dentro das fronteiras territoriais já delimitadas, e com respeito às minorias lá existentes. Nesse sentido, a posição da França, durante o encontro, era de condicionar o reconhecimento ao cumprimento de certos requisitos em relação a direitos humanos. Sobre o assunto, ver Radan (1999).

O que ocorreu, na realidade, foi um simples jogo de barganhas: como a integração comunitária e os termos do Tratado de Maastricht estavam sendo discutidos no mesmo momento, ceder às investidas alemãs era a melhor política para a Comunidade, já que o país mostrava sinais de ameaça em relação às discussões de Maastricht. E, como a Comunidade tem sua solidez nas relações franco-germânicas, o principal país a liderar a cooperação – isto é, a França – não podia prescindir de aceitar os esforços alemães em torno do reconhecimento, sob pena de colocar em risco a integração em questões mais caras aos europeus, como a política econômica.

O reconhecimento prematuro das repúblicas separatistas por parte da Alemanha foi desafiador, entretanto, não só para a Iugoslávia, mas para a própria Comunidade Européia, que via o conflito como uma oportunidade de reforçar a cooperação comunitária em matéria de segurança. O ato unilateral alemão revelou uma quebra do acordo multilateral entre os membros da Comunidade, que inicialmente procurava conservar a integridade do território iugoslavo, e demonstrou o desrespeito às normas de direito comunitário. Crawford (1996) trata o episódio como um caso de deserção da cooperação internacional, e sua explicação recai nas preferências das elites germânicas, que buscavam o reconhecimento da Croácia e da Eslovênia de forma especial, visto que as mesmas estavam sob a influência da zona econômica alemã.

Bearce (2002), nesse sentido, relembra que a decisão de não sancionar a Alemanha pelo acontecimento foi estratégica, já que tanto França como Reino Unido dependiam da boa-vontade da diplomacia germânica nas questões de integração. O papel da diplomacia internacional na questão iugoslava, aliás, também deve ser considerado. Finlan (2004: 08) cita o Primeiro-Ministro britânico John Major e o seu Secretário de Relações Exteriores Douglas Hurd como figuras de suma relevância na campanha a favor da não-interferência da Comunidade Européia no conflito. Ademais, foi justamente a diplomacia alemã que convenceu a diplomacia americana a apoiar a fragmentação iugoslava (FRANÇA, 2004).

A crucificação midiática da Sérvia, então, e toda a tensão fragmentadora da Iugoslávia, não passaram do resultado da batalha vencida pelo sistema capitalista ocidental contra o socialismo do leste europeu (VIZENTINI, 1999b).

É bem verdade que não se esperava uma reação tão forte à desintegração por parte da Sérvia; aliada soviética que era, não se contava com a sua grande mobilização. O nacionalismo sérvio significava um momento específico de ausência de valores de pertencimento, que gerava a necessidade de agrupamento da sociedade em torno de algum valor comum. E isso acabou sendo desconsiderado pelos poderes ocidentais.

Não obstante, a entrega de Milosevic para julgamento pelo ICTY demonstrou a vitória da ordem internacional capitalista e neoliberal frente aos valores socialistas. Também existem teorias de que os próprios bósnios muçulmanos fizeram ocorrer o massacre durante a Guerra da Bósnia - a estratégia era de que a mídia contratada por países do Oriente Médio caísse em cima dos sérvios. Sem contar a própria Croácia, vista como a grande vítima pela mídia ocidental (COHEN, 1999), que não hesitou em desconsiderar a minoria sérvia que habitava a república quando da proclamação de sua independência.

A guerra pela independência da província autônoma de Kosovo, por sua vez, foi um mero desdobramento de animosidades provocadas na região. O papel norte-americano no conflito de Kosovo está relacionado diretamente à reconhecida importância estratégica da região para o trânsito de petróleo e gás natural da Ásia Central e do Cáucaso para a Europa Ocidental, visto que a Macedônia constitui caminho de uma rota alternativa de transporte de petróleo, o chamado Corredor VIII⁷⁹. Daí porque evitar qualquer tipo de instabilidade em Kosovo, região próxima do Corredor, e de maioria albanesa – lembre-se que o corredor também atravessa a Albânia.

Nesse sentido, a negativa sérvia em relação ao Acordo de Rambouillet fez iniciar a guerra da OTAN contra a Iugoslávia, naquele momento formada apenas pelas Repúblicas de Sérvia e Montenegro, mais as províncias de Kosovo e Vojvodina. Rambouillet, por seu turno, serviu como mero pretexto

⁷⁹ O Corredor VIII faz parte do projeto "Corredor Trans-Europeu de Transporte", e é um dos dez corredores que conecta o Mar Adriático ao Mar Negro. Atravessa Albânia, Macedônia e Bulgária, e foi construído pela Corporação Albanesa-Macedônia-Búlgara de Oleodutos (AMBO), uma empresa anglo-americana apoiada pelo governo dos EUA. Mais informações, ver VATANSEVER (2008) e o site Corridor Network (<http://www.corridor8led.net/home/index.asp>).

para o bombardeio⁸⁰. Foi, nesse sentido, uma ótima oportunidade de destruir o que havia sobrado do Estado iugoslavo e de reforçar o papel de superpotência militar dos EUA. Também foi um excelente momento para o estabelecimento do formato da ordem capitalista global pós-Guerra Fria por parte dos norte-americanos. Estes conseguiram, com esse evento, incorporar a região semiperiférica dentro da divisão internacional do trabalho neoliberal, além da consolidação do seu poder econômico e militar dentro do continente europeu, da Ásia Central e do Cáucaso, regiões vizinhas dos Bálcãs.

Para além disso, o bombardeio promovido pelo Ocidente estabeleceu um precedente para atuar preventivamente e fora do Conselho de Segurança, enfraquecendo a possibilidade da França – e, portanto, da UE – de limitar o unilateralismo norte-americano. A rendição da Sérvia serviu, por seu turno, para restaurar a credibilidade da OTAN e sedimentar o poder ocidental no leste europeu. E, além disso, para mostrar a incapacidade europeia quando se trata de formular uma Política Externa Comum independentemente das rédeas dos EUA.

A importância deste evento também reside no fato de que essa região do mundo tem visto uma competição crescente entre Estados e corporações multinacionais em relação ao acesso a recursos naturais, como petróleo e gás natural, e suas rotas. Assim, a rivalidade intra-sistêmica, primeiro entre soviéticos e norte-americanos, e depois entre estes últimos e o resto do mundo, pode explicar o quão essencial era para os EUA estabelecer uma esfera de influência na região balcânica. Por isso, pode-se dizer que a desintegração da Iugoslávia e a intervenção dos grandes poderes na questão têm uma ligação incontestável com a estrutura do capitalismo mundial pós-Guerra Fria.

A Europa balcânica é uma região estratégica em termos de econômicos e geopolíticos de segurança. Caracteriza um interessante nicho de mercado, é

⁸⁰ Princípios básicos de Direito Internacional Público foram violados com o bombardeio da OTAN contra a Iugoslávia. Segundo a Carta da ONU, da qual todos os países membros da OTAN são signatários, somente o Conselho de Segurança pode autorizar o uso da força neste tipo de intervenção humanitária. Além disso, o próprio Tratado do Atlântico Norte estabelece, em seu artigo 7º, que seus membros devem respeitar a responsabilidade do Conselho de Segurança da ONU na manutenção da segurança internacional.

o coração do Continente e traça uma linha imaginária entre o complexo Estado russo e o resto da Europa. Talvez isso explique por que o local tem sido campo de tanta instabilidade. Não obstante, é essencial o estudo do curioso jogo político e econômico resultante da conjunção de forças leste-oeste. Esse conjunto de forças tem seu ponto de encontro nas montanhas dos Bálcãs, onde interesses políticos e econômicos impulsionaram tensões étnicas que colaboraram com a manutenção da influência dos poderes ocidentais dominantes.

Os Bálcãs têm ocupado os interesses das grandes potências, especialmente em razão da posição estratégica que a região apresenta no mapa mundial. No entanto, nem Washington nem as capitais européias foram capazes de desenvolver de uma estratégia de intervenção coerente e eficaz. E agora, como Samary explica,

as potências ocidentais européias estão pagando o preço de seu cinismo político. Eles tentaram conter o nacionalismo sérvio, através do reforço dos nacionalistas croatas, que foram agraciados com um passe livre para "limpar" a Croácia de seus sérvios. As duras realidades fizeram uma paródia do objetivo dos governos ocidentais declarado de uma comunidade pacífica e estável de Estados dos Bálcãs. A falta de punição para criminosos de guerra, o tratamento injusto de questões nacionais e as diferenças crescentes de desenvolvimento irão gerar conflitos duradouros. (1998).

As potências européias podem ter se dedicado a responder o conflito em 1991; além de ter empregado medidas diplomáticas e econômicas para pôr fim às hostilidades - dentro do primeiro ano de combate, britânicos e franceses implantaram 14.000 tropas de paz na região. Mas esse compromisso não deve ser interpretado como um sinal que a Europa percebeu a guerra na antiga Iugoslávia como uma ameaça aos seus interesses vitais. Ao contrário, em nenhum momento durante o conflito se lamentou a formação das novas repúblicas, que então necessitavam da orientação política e econômica dos vizinhos europeus - uma espécie de preparação do território para o estabelecimento de uma zona periférica que interessava ao mercado europeu em expansão.

As decisões políticas européias⁸¹ e norte-americanas, desse modo, catalisaram o descolamento da posição da Iugoslávia no sistema capitalista mundial e sua conseqüente desintegração. Dessa conjuntura, emergem como conseqüência as Guerras de Dissolução da Iugoslávia, fator central da desconstrução e reconstrução dos Estados balcânicos iugoslavos. Este é o tema a ser discutido, na perspectiva da atuação das grandes potências, no capítulo seguinte.

⁸¹ Crawford (1996) afirma que a Iugoslávia poderia ter sido preservada pela CE se esta escolhesse assim fazer.

3. A DESINTEGRAÇÃO EM PERSPECTIVA

3.1 Fase 1: Eslovênia, Croácia e Macedônia

A comunidade internacional, seja através de seus principais centros de poder, seja por meio da própria dinâmica do sistema mundial, teve um papel fundamental no fomento da crise iugoslava e da dissolução da Federação. Seja por ações ou omissões, tanto por meio da fomentação de rivalidades como através de decisões políticas estratégicas, os protagonistas mundiais influenciaram o conflito iugoslavo, de forma que a face externa desse conflito deve ser estudada na perspectiva de seus maiores protagonistas, mas em consonância com o principal instrumento utilizado – a crise econômica, que incentivou rivalidades étnicas e nacionais.

A crise econômica interna da Iugoslávia durante os anos 1980 teve repercussão em cada uma das repúblicas de forma peculiar, contrastando a disparidade entre as áreas mais ricas e as menos desenvolvidas do país. Enquanto Eslovênia e Croácia apoiavam a perspectiva liberalizante da economia, Sérvia e Montenegro defendiam cada vez mais a reestruturação da economia autogestionária. Entretanto, as repúblicas não seguiam a mesma orientação em relação à reforma política proposta pelo FMI: a recentralização do poder em torno do governo federal era apoiada somente por Sérvia e Montenegro, enquanto as repúblicas mais desenvolvidas começavam a olhar o secessionismo de uma forma positiva.

Hudson (2003: 75-76) aponta o importante papel da organização da juventude eslovena, formada especialmente por estudantes universitários, que apoiavam os preceitos da democracia liberal e tendiam ao secessionismo. Teria sido responsabilidade dessa organização o ataque ao Exército do Povo Iugoslavo, através do Jornal Mladina, em 1987, sob acusações de corrupção das lideranças militares. Esse evento teria sérias conseqüências, pois a decisão das lideranças federais de processar o editor do Mladina revoltou os eslovenos e originou a criação de um Comitê de Defesa dos Direitos Humanos e da Aliança Democrática Eslovena, organização e partido de massa não-comunistas, entre inúmeras outras organizações eslovenas (HÖSLER, 2008).

A estratégia das lideranças na Eslovênia e na Croácia era a de incentivar a abertura para a economia de mercado de modo não centralista, com vistas a uma integração à esfera de influência da economia capitalista alemã. Eslovenos e croatas achavam mais interessante construir laços próprios com os países capitalistas vizinhos do que continuar sustentando um Estado que restringia seus interesses econômicos e que gastava grande parte da renda obtida com as repúblicas mais fracas. Esse é o fundamento básico do separatismo esloveno e croata. O resultado desse movimento esloveno em prol de sua autonomia não poderia ser diferente: uma nova constituição eslovena foi promulgada em 1989, garantindo à república o direito de secessão da Iugoslávia.

Os sérvios, por sua vez, sofriam os efeitos mais perversos das reformas liberalizantes instituídas pelo governo federal. Não obstante, a liderança sérvia não deixava de apoiar o centralismo como política da federação. O interesse sérvio na recentralização, por sua vez, era bem simples: como constituíam a maior parte da população iugoslava, havia um plano para equilibrar a representação da república dentro da Federação, que naquele momento participava com um oitavo no processo decisório federal (cada república e província autônoma possuía essa fatia da presidência federal). A tática foi a de retirar a autonomia das duas províncias sérvias através de uma nova Constituição, em 1990, o que concedeu à república mais dois oitavos da representação presidencial. Somada a fatia de Montenegro, aliado sérvio, a República da Sérvia conquistou quatro dos oito assentos presidenciais em meados do mesmo ano.

Logicamente, eslovenos e croatas não ficaram nada satisfeitos com esse fato, e nessa conjuntura uma campanha contra as políticas de Milošević ganhou amplo espaço. O líder sérvio foi acusado de nacionalismo extremo por defender a minoria sérvia que vivia dentro da Croácia, e com isso querer formar uma “Grande Sérvia” - fato que sequer foi comprovado, segundo Hudson (2003). Em meio a essas pressões, partidos anticomunistas croatas e eslovenos apoiavam cada vez mais os gritos de secessionismo, além de terem adotado a causa kosovar – os eslovenos chegaram a enviar parte de sua renda federal para as regiões subsidiadas diretamente para Kosovo, no final de 1989,

em resposta a um boicote econômico sérvio para a Eslovênia. As relações sérvio-eslovenas não poderiam estar piores.

Mesmo dentro do Partido Comunista as divergências entre sérvios e eslovenos eram gritantes. Enquanto eslovenos viam a Liga como uma perspectiva de aliança entre partidos comunistas com princípios republicanos, os comunistas sérvios não abriam mão de sua orientação centralista. Em razão dessas divergências, era bastante óbvio que o Partido Comunista não conseguia dar conta, unido, do governo federal. Isso levou à remoção da regra de partido único da Constituição Federal no início de 1990 e à posterior dissolução da Liga pelo Congresso. De fato, como sugere Woodward,

O fim definitivo do regime comunista na Iugoslávia ocorreu em 1990, com o colapso do Partido Comunista federal em janeiro e a realização de eleições multipartidárias competitivas nas repúblicas de abril a dezembro. Mas a democratização não foi o resultado. Ao invés, as eleições democráticas tornaram-se o veículo para as repúblicas da Eslovênia e da Croácia declarar legitimidade popular para a afirmação de sua soberania a suas maiorias nacionais em razão do seu direito à autodeterminação nacional. (...) A retórica das eleições e suas conseqüências colocaram a escolha como uma questão de democracia versus ditadura, mas a real democratização foi interrompida pelo confronto e pela guerra (WOODWARD, 1995: 143-145).

O caminho natural era a realização de eleições multipartidárias, incentivadas pelos Estados Unidos como condição para a manutenção dos empréstimos financeiros ao país, como mostrado no capítulo anterior. Em meados de 1990, todas as repúblicas realizaram eleições multipartidárias, as quais apenas fomentaram a divisão interna iugoslava em termos de perspectivas e orientações políticas. As eleições federais, por seu turno, nunca chegaram a ser realizadas, pois foram vetadas pela Eslovênia, que planejava um referendo sobre o assunto.

Enquanto partidos nacionalistas foram eleitos na Croácia e na Eslovênia, partidos socialistas chegaram ao poder na Sérvia e em Montenegro. Na Eslovênia, foi eleito Milan Kucan, membro do Partido da Reforma Democrática, formado por comunistas que apoiavam o nacionalismo esloveno (NSD, 2010). Na Croácia, a União Democrática Croata (HDZ) derrotou a Liga Comunista Croata, e Franjo Tudjman foi eleito presidente. Na Sérvia, o Partido Socialista

Sérvio (SPS), sob a liderança de Slobodan Milosevic, venceu as eleições – ressalte-se que os kosovares albaneses boicotaram as eleições (GLENNY, 1999).

Da mesma forma, o Partido Comunista montenegrino continuou no poder em Montenegro (GLENNY, 1999). Na Macedônia, a Organização Interna Revolucionária Macedônia (IMRO) venceu o segundo turno contra o Partido Comunista macedônio por uma pequena vantagem, o que levou à necessidade da criação de uma coalizão multipartidária entre eles, sob o comando de Kiro Gligorov (BIRCH, 2006). Uma coalizão de governo também foi formada na Bósnia-Herzegovina, liderada por Alija Izetbegovic, do Partido da Ação Democrática Muçulmana (SDA), e Radovan Karadzic, do Partido Democrata Sérvio (SDS) (WOODWARD, 1995).

Importante notar duas observações sobre estas eleições: a primeira é que os partidos de orientação comunista obtiveram uma aceitação razoável nas votações – especialmente em Montenegro, na Macedônia e na Sérvia, e com um pouco menos de ênfase na Croácia e na Eslovênia. A segunda observação é que os partidos que apoiavam a independência das repúblicas e o separatismo não obtiveram a maioria nas eleições, e com isso tiveram que formar governos de coalizão (HUDSON, 2003).

Em nível federal, o assunto mais discutido era a forma que o Estado iugoslavo deveria tomar para enfrentar todas as mudanças que estavam ocorrendo. Todas as repúblicas continuavam a favor da forma federal, exceto Croácia e Eslovênia, que defendiam o formato de confederação, para que pudessem exercer sua soberania nacional. O primeiro-ministro Ante Markovic também apoiava o modelo federal, baseado em democracia multipartidária e economia de mercado, com vistas a uma aproximação maior da UE. Entretanto, ele era fortemente criticado tanto pelos sérvios, que não concordavam com a extensão das reformas liberais, quanto por eslovenos e croatas, que eram contra o centralismo federal.

Nas repúblicas mais desenvolvidas, o caminho para o separatismo estava sendo construído. O líder croata eleito Tudjman, antissemita e anti-sérvio, realizou diversas mudanças em relação à supressão de direitos de minorias assim que chegou ao poder. Os 600.000 sérvios que habitavam

território croata perderam seu status de nação constituinte da república croata, bem como seu direito a cargos nas forças policiais e na administração pública – lembre-se que o slogan de Tudjman era “Croácia para os croatas”, e essas medidas estão explicadas. Isso provocou um contexto de violência contra os sérvios e demais minorias.

Em meados de 1990, a comunidade sérvia de Krajina organizou uma resistência contra o processo de croatização que estava sendo promovido por Tudjman, de forma a tornar Krajina uma região autônoma. Em resposta, unidades paramilitares foram criadas fora do JNA pelo governo croata. Com isso, em 1991, todas as unidades croatas, eslovenas e bósnias foram redirecionadas ao JNA, seus armamentos foram confiscados e apenas sérvios e montenegrinos foram tidos como militarmente confiáveis. Os eslovenos, no entanto, reteram uma boa quantidade de armamentos, que foram utilizados na criação de um exército esloveno, com o apoio de armas importadas ilegalmente da Hungria (HUDSON, 2003: 84).

A estrutura militar central iugoslava era protagonizada pelo JNA, com origem na década de 1940, somado a forças regionais instituídas por uma emenda constitucional de 1968, as Forças de Defesa Territorial, ligadas às suas repúblicas ou províncias de origem. Ademais, existiam os exércitos de Forças Terrestres (KoV), os quais tinham quartéis nas capitais das seis repúblicas, embora tenham sido posteriormente reorganizados de forma dispersa, o que dificultava o controle dos territórios por parte das repúblicas. Em junho de 1991, Thomas e Mikulan citam que as KoV's totalizavam um número de 165,600 homens (2006a: 9). As forças marítimas, por outro lado, eram concentradas na costa da Croácia e de Montenegro. A Marinha iugoslava, embora em menor número, era mais bem preparada tecnologicamente do que o Exército. A Força Aérea iugoslava seguia o padrão soviético, com uma artilharia relativamente bem preparada.

Os exércitos iugoslavos foram fortemente afetados por problemas étnicos, porquanto cada esquadrão era composto por mais de uma etnia e, com o eclodir dos conflitos em 1991, muitos soldados do JNA recusaram-se a lutar contra suas próprias repúblicas. Além disso, “o JNA estava relutante em implementar muitas tropas sérvias fora da Sérvia, quando poderiam ser úteis

para combater insurreições nacionalistas em Vojvodina e no Kosovo” (THOMAS E MIKULAN, 2006a: 12). E também o colapso do socialismo contribuiu para as dificuldades enfrentadas pelo exército iugoslavo, já que muitos soldados se recusaram a participar de um exército comunista. Teria sido mais fácil para o JNA lutar contra um inimigo externo comum do que contra seus próprios compatriotas e vizinhos de república⁸².

Não obstante, a preocupação mais premente do JNA em 1991 era a independência da industrializada e desenvolvida Eslovênia, já que o recém-organizado exército esloveno estava sendo bastante preparado em relação a armamentos e até mesmo quanto ao treinamento militar, em termos mercenários. É preciso observar que o país investiu em capacidade militar bem antes ainda de sua independência, como mostra a formação da Guarda Eslovena e a autonomia das Forças de Milícia regionais, as quais poderiam fazer alguma diferença na tentativa iugoslava de contenção das forças separatistas eslovenas (FINLAN, 2004).

Já os croatas, por seu turno, acabaram entregando suas armas, mas apesar disso conseguiram formar uma milícia defensiva – em maio de 1991, viriam a anunciar a criação de um exército croata regular. Em meados de 1990, o governo croata havia passado a investir massivamente no exército croata, então desarmado pelo JNA, e na formação de uma polícia croata. Armamentos foram comprados de Alemanha e Hungria, muito embora a resolução 713 do Conselho de Segurança da ONU falasse em embargo ao fornecimento de armas e equipamentos militares para a região (WOODWARD, 1995: 401). Ainda, há registros de que o próprio exército alemão teria treinado secretamente as forças croatas para lutarem pela independência. Formou-se uma Guarda Nacional (ZNG) composta por voluntários, a qual mais tarde deu origem ao Exército Croata (HV). Em termos de equipamentos militares, é possível dizer que as forças croatas estavam bem mais preparadas e diversificadas do que todo o restante dos Bálcãs.

⁸² Com a separação de Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina, o exército iugoslavo precisaria ser fortemente reorganizado. Em meados de 1992, assumiu o nome de Exército da Iugoslávia (VJ), reduzindo seu contingente de 165,600 homens para 80,000 soldados.

Ao mesmo tempo em que as repúblicas mais ricas desenvolviam exércitos próprios, deixaram de participar do programa federal de reforma econômica, implementando-se na Croácia e na Eslovênia regras efetivas do capitalismo ocidental. Por outro lado, as repúblicas menos desenvolvidas também desertaram do programa, o que fez com que privatizações fossem abandonadas e propriedade social voltasse a ser nacionalizada. Nessa época, o governo federal não conseguia mais apoio das instituições financeiras internacionais (FLOUNDERS, 1995), e nem dar conta de manter a federação unida. Tanto croatas como eslovenos estavam mais do que decididos em não fazer mais parte da Iugoslávia.

Nesse contexto, em 25 de julho de 1991, a Eslovênia proclamou sua independência unilateralmente, no que foi seguida pela Croácia no dia seguinte. Como Hudson afirma, “de acordo com o Direito Internacional, essa ação era ilegal, já que as fronteiras internacionais da Iugoslávia foram reconhecidas na Ata Final de Helsinque em 1975” (2003: 86) e só poderiam ser modificadas com o consentimento do governo e da população relacionada, o que não ocorreu. Obviamente, o governo federal e toda a população iugoslava sequer foram consultados.

A reação internacional às declarações de independência foram diversas, embora naquele momento ainda fosse quase que consenso geral que uma Iugoslávia unida – e democrática - era mais útil no sistema internacional. O Ministro do Exterior inglês Douglas Hurd teria dito que o JNA apressou a desintegração da Iugoslávia, enquanto a Itália declarou que agiria "em solidariedade" com a Croácia e a Eslovênia, a menos que o JNA aceitasse o cessar-fogo. Nos EUA, o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Claiborne Pell, pediu ao presidente Bush para apoiar a independência da Eslovênia e da Croácia - mas tudo o que o governo norte-americano fez foi lançar declarações criticando a ação do JNA (SILBER E LITTLE, 1997).

Em seguida, o JNA foi mobilizado pelo primeiro-ministro Markovic para agir na Eslovênia, através de 2.000 tropas. O exército esloveno, contudo, que já vinha se preparando para este momento, conseguiu mover 21.000 tropas e imobilizar o avanço do JNA. O resultado foi a curta Guerra dos Dez Dias, na qual a Defesa Territorial Eslovena parou o JNA. O conflito, não obstante, foi

marcado por diversas peculiaridades e por uma certa apatia do exército iugoslavo, o que levou Thomas e Mikulan a afirmar que, na verdade, o chefe de gabinete do JNA, Adzic, “não liberou totalmente o poder destrutivo do JNA, particularmente de sua artilharia, levantando a suspeita de que o governo federal já estava resignado com a secessão da Eslovênia” (2006a: 17).

A falta de uma atitude mais vigorosa por parte do JNA foi uma surpresa, mas isso não significa que esforços não foram feitos no sentido de evitar o separatismo. O Ministro da Defesa iugoslavo Veljko Kadijevic chegou a defender a ação preventiva contra croatas e eslovenos e mesmo a prisão do Ministro de Defesa croata Martin Spegelj, um dos líderes do movimento separatista (GOW, 1997). Mas o governo central já estava suficientemente enfraquecido para empreender uma estratégia dessas, e sem o apoio dos russos, que se recusaram a participar do plano, não havia como essa tática ser bem-sucedida.

A União Soviética, por seu turno, obviamente apoiava a preservação da Iugoslávia a qualquer custo, até porque também sofria com graves problemas em regiões separatistas. Não obstante, as lideranças políticas soviéticas optaram por ajudar a Iugoslávia apenas de forma política, através de instituições internacionais, e não militarmente. Os soviéticos estavam bastante atarefados com seus próprios problemas, e era uma opção mais saudável para sua política externa não enfrentar diretamente as forças européias e norte-americanas naquele momento delicado.

A Comunidade Européia interviu no conflito dos dez dias para negociar o cessar-fogo, o que foi formalizado pelo Tratado de Brioni em 07 de julho de 1991 (CAPLAN, 2007). Por este acordo, Croácia e Eslovênia se comprometeram a adiar sua declaração de independência por três meses, enquanto o governo federal retiraria as tropas do JNA do território esloveno durante o mesmo período, até que outras negociações acontecessem. Não obstante, tal acordo significou claramente a independência de fato da Eslovênia, marcando o seu rompimento com a Iugoslávia. Desse modo, o momento foi aproveitado para a consolidação das instituições nacionalistas eslovenas e croatas.

A CE, logicamente, não queria guerra em suas fronteiras, e ainda tinha esperanças de evitar um confronto militar mais forte. Os europeus também esperavam que a Eslovênia pudesse agir como uma força democratizante na Iugoslávia - o que logo se percebeu impossível. Assim, a Eslovênia acabou emergindo vitoriosa depois da curta guerra por sua independência graças a essas circunstâncias e, economicamente, não foi arruinada, como ocorreu com a Croácia e a Bósnia. O Acordo de Brioni, de fato, reconheceu a vitória de militares eslovenos e também abriu o caminho para o reconhecimento da soberania eslovena e croata.

A situação mais alarmante, no entanto, era na Croácia. A população da auto-proclamada região autônoma de Krajina, através de referendo, optou por continuar integrando a Iugoslávia, enquanto a maioria da população croata⁸³, de acordo com outro referendo, escolheu o caminho da secessão – a população sérvia boicotou este referendo (LOS ANGELES TIMES, 1991). Os sérvios, obviamente, resistiam à ideia de pertencer a um Estado governado pelo HDZ, e não queriam deixar de ser iugoslavos. Diversos confrontos entre sérvios e croatas eclodiram no território – o primeiro deles, conforme Hudson (2003), ocorreu em Pakrac, quando o governo croata tentou substituir a força policial local, formada na sua maioria por sérvios, o que necessitou da intervenção do JNA. A milícia croata ainda viria a atacar Borovo Selo, embora ainda permaneçam dúvidas sobre quem realmente iniciou o ataque, mesmo que tudo indique a responsabilidade croata (THE NEW YORK TIMES, 1991).

No mês de julho de 1991, quando ocorreu a declaração de independência da Croácia, o Presidente Tudjman já havia boicotado todos os encontros da Presidência Federal Iugoslava. No início de agosto, as relações croatas com a Sérvia foram cortadas. Era a gota d'água para a transformação de conflitos nacionalistas entre a milícia croata e os sérvios-croatas em uma verdadeira guerra civil, com o envolvimento do JNA. Por um lado, o JNA era o responsável constitucional por manter a ordem pública e defender a integridade iugoslava, e com isso tendia à defesa dos sérvio-croatas, até pela orientação majoritariamente sérvia de sua composição. Por outro lado, os croatas já não

⁸³ Para mais informações sobre o referendo croata, ver http://articles.latimes.com/1991-05-20/news/mn-1484_1_croatian-independence

viam mais o JNA como um exército nacional legítimo, pois já se consideravam um Estado independente, e assim consideravam a intervenção do JNA como uma violação de sua soberania e a resistência sérvia como um movimento rebelde.

A perspectiva croata, do ponto de vista do Direito Internacional Público, estava claramente equivocada, já que a Croácia não constituía, naquele momento, um Estado soberano legítimo, pelo que as regras iugoslavas ainda se aplicavam ao território. No entanto, essa situação viria a ser impulsionada pelo apoio externo de países poderosos à declaração de independência croata. Como provoca Hudson, “o apoio internacional à independência veio de Áustria, Dinamarca, Hungria e Suíça, mas é evidente que a ajuda alemã seria decisiva para a Croácia, numa altura em que a Grã-Bretanha, a França, os EUA e Rússia ainda apoiavam uma Iugoslávia unida” (2003: 91).

O primeiro momento em que o JNA manifestou-se abertamente a favor dos sérvios foi em um conflito na região de Vukovar, contra a Guarda Nacional croata. Esta região possuía uma maioria sérvia, embora a cidade de Vukovar, em si, fosse de maioria croata. Assim, quando o governo croata decidiu substituir os governantes locais legitimamente eleitos por políticos simpaticistas do HDZ, os sérvio-croatas da região revoltaram-se e conflitos armados iniciaram-se entre estes e a milícia croata. O JNA, em sua função de protetor constitucional da integridade iugoslava, interviu a favor dos sérvios.

As forças de defesa sérvio-croatas eram formadas, basicamente, por reservistas de defesa territorial e sérvios voluntários, de orientação ultranacionalista, pelo que conseguiram organizar uma força paramilitar eficiente. Entretanto, as forças militares sérvias haviam sido recrutadas de modo praticamente feudal entre os camponeses da região, e eram bem inferiores às forças croatas. Já os croatas tinham organizado um exército paramilitar próprio, baseado no antigo movimento ustasha, e em cuja constituição estavam ex-integrantes do JNA, que desertaram para o lado croata. Além disso, contavam com dois trunfos: um grande arsenal de armas importadas ilegalmente e uma estratégia de vitória diplomática, destinada a fazer quer a comunidade internacional apoiasse a causa croata.

O plano era forçar ao máximo o JNA a utilizar ações militares de forma que a mídia e a opinião pública condenassem isso e, de quebra, ficassem ao lado dos croatas. O JNA, que já estava em um momento complicado, com seu recrutamento formado basicamente por sérvios e montenegrinos, teve uma modificação de sua perspectiva com o secessionismo esloveno e croata de fato. Não podia mais atuar como mero amortecedor dos confrontos; era preciso interferir diretamente a favor do que restava para formar uma “nova” Iugoslávia. Então, a defesa dos sérvio-croatas era premente: era necessário tomar o controle dos territórios habitados por sérvios na Croácia, e neutralizar o cerco croata às forças do JNA, já que o exército iugoslavo estava quase que imobilizado nas linhas de batalha croatas.

O JNA estava praticamente sitiado pelas forças croatas: houve derrota na região de Gospic, rendição na cidade de Varazdin e retirada sem ofensa militar em outros lugares. A força iugoslava só conseguia se mover dentro dos territórios sérvio-croatas; ali era possível armar as unidades sérvias locais com artilharia pesada e consolidar o controle sérvio. Em Vukovar, o JNA conquistou facilmente o controle da cidade, e em Dubrovnik, as bases iugoslavas, com a ajuda de forças montenegrinas do JNA, impuseram um cerco aos croatas na cidade, e a trégua só iria ser acertada em maio de 1992.

A ocupação iugoslava de Dubrovnik foi o ponto de apoio para a manipulação midiática em torno da demonização dos sérvios. O cerco à cidade, conhecida por seu rico patrimônio histórico e arquitetônico, foi tratado pela mídia ocidental como catastrófico pela destruição de seu patrimônio – a cidade, no entanto, saiu praticamente ileso dos confrontos armados. Foi uma ótima oportunidade para sedimentar a imagem internacional dos croatas como “vítimas” da agressão sérvia. A mídia⁸⁴ surgiu, nesse contexto, como um fator central na campanha de apoio à independência croata (CRAWFORD, 1996). A guerra de dissolução na Croácia, assim, teve o poderoso efeito de transformar

⁸⁴ É preciso anotar que os únicos estados que conheciam bem os problemas da Iugoslávia eram a Áustria e a Alemanha, devido a seus inúmeros pesquisadores que estudavam a história regional, geografia, etc, e por causa de suas relações históricas com os eslavos do antigo Império Habsburgo. Como resultado disso, os meios de comunicação desses países transmitiram informações favoráveis aos planos para a independência croata e eslovena (CRAWFORD, 1996).

os sérvios como “entidades do mal”, que buscavam uma limpeza étnica, perante a comunidade internacional.

Com medo de perder mais territórios para o JNA, e pressionado pela comunidade internacional, Tudjman optou por desbloquear o quartel do JNA em Zagreb, o que desagradou as lideranças croatas, que apoiavam uma vingança contra a derrota de Vukovar. A presidência iugoslava⁸⁵ também estava, naquele instante, tendente ao cessar-fogo, já que havia conquistado as partes que lhe interessava: os territórios povoados por sérvios. Tanto que foi decisão do Presidente sérvio Milosevic retirar as tropas do JNA de Zagreb, visto que a população croata não era mais alvo de proteção iugoslava. Ainda em 1991 as negociações de cessar-fogo foram iniciadas, e o acordo final viria a ser assinado em 02 de janeiro de 1992, em Sarajevo.

Tanto a ONU como a UE tentaram mediar o cessar-fogo em diversas oportunidades. Como o capítulo anterior mostrou, a UE foi levada pela Alemanha a apoiar a independência das repúblicas separatistas, contrariando a ideia inicial de encorajar a unidade iugoslava. Seguindo essa abordagem, diplomatas da Comunidade colaboraram com a resolução do conflito esloveno pelo Tratado de Brioni, e tentaram elaborar uma solução diplomática para o caso croata. A UE concordava que o uso da força não podia servir para delimitar fronteiras nacionais ou internacionais e os direitos de qualquer minoria deveriam ser preservados, mas ignorava as origens do conflito e tendia a aceitar soluções nacionalistas para crise, como argumenta Woodward:

A interação entre a intervenção ocidental e o caminho da desintegração iugoslava reforçou as linhas de batalha que foram desenhadas em março de 1991, bem como o crescente estreitamento de espaço para os moderados, não-nacionalistas, e para a transição democrática. Quando os poderes ocidentais começaram uma tentativa explícita de mediação em maio de 1991, eles aceleraram o processo ao aceitar as definições nacionalistas do conflito, debilitando ou ignorando as forças que trabalhavam contra os nacionalistas radicais e reforçando as suspeitas de extremistas nacionalistas (...). Se estivesse correta a visão do Ocidente de que a Iugoslávia era uma criação artificial de estados-nação

⁸⁵ Tal decisão foi tomada apenas pelas lideranças sérvias e montenegrinas, já que os representantes da Macedônia e da Bósnia-Herzegovina pararam de comparecer às reuniões presidenciais durante a guerra na Croácia (HUDSON: 2003).

individuais, não teria havido razão para a guerra. Sobretudo, as características das guerras que se seguiram foram definidas por suas causas, e não por alguma predileção histórica para a guerra e pela forma particular de brutalidade testemunhada na Iugoslávia. (WOODWARD, 1995: 147).

No início de setembro de 1991, embora cessados os confrontos diretos na Croácia, foi convocada uma conferência de paz sob o comando de Lord Carrington, secretário-geral da OTAN (SILBER E LITTLE, 1997). A proposta era reconhecer as seis repúblicas como unidades constituintes de um ex-Estado federal e elaborar um plano que conferisse a elas tanta soberania quanto requeriam, mas nenhuma negociação chegou a ser levada a cabo. No dia 12 desse mês, Milosevic e Tudjman assinaram uma declaração pela qual se comprometiam a respeitar os direitos das minorias e evitar a violência como meio de mudança de fronteiras.

Em 25 de setembro daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU passou a resolução 713/1991, invocando o capítulo 7 da Carta das Nações Unidas, já que a Iugoslávia tinha se tornado uma ameaça direta à paz e à segurança internacional. Essa resolução impôs um embargo geral e completo a todas as entregas de armas e equipamentos militares à Iugoslávia. O embargo de armas teve efeito contrário ao esperado: por um lado, ajudou Milosevic a fortalecer seu poder na Iugoslávia, através da indignação popular com a medida, e por outro, intensificou a ofensiva na Croácia, fazendo os ataques do JNA crescerem dramaticamente.

Em 04 de outubro, Lord Carrington viria a juntar novamente Tudjman, Milosevic e Kadijevic para uma rodada de negociações em Haia, a fim de tratar do futuro constitucional da Iugoslávia e do fim do conflito na Croácia. No dia 06, entretanto, rumores de um ataque letal à Croácia vindo de Belgrado, para que a destruição do lugar submetesse-o à guarda iugoslava, puseram fim a qualquer possibilidade de acordo pacífico. Nesse momento, o Secretário-Geral da ONU Pérez de Cuéllar tentou intervir - embora ainda considerasse o conflito como uma questão interna iugoslava - através do envio de Cyrus Vance aos Bálcãs, no dia 08 de outubro.

Com isso, Vance iniciou um processo de negociação junto com Lord Carrington, por meio da união de esforços da UE, da ONU e da OTAN

(RAMET, 2005). Esse processo viria a ser tumultuado pela ofensiva sérvia sobre a Croácia e pela declaração de independência da Bósnia-Herzegovina, em 15 de outubro. Curiosamente, nesse mesmo dia, Tudjman e Milosevic estavam visitando Moscou, a convite de Gorbachev, como uma tentativa de solução da crise (GOW, 1997). Três dias depois, surgia na Conferência de Haia um projeto de acordo que conferia autonomia para Kosovo e Vojvodina, soberania e independência a todas as repúblicas que assim desejassem, mais uma "associação livre das repúblicas", com status internacional, entre outras coisas (CAPLAN, 2007).

O projeto descrito acima, conhecido como Plano Carrington, foi obviamente boicotado pelos sérvios. Uma nova versão dele foi lançada em 4 de novembro, desta vez sem mencionar a questão de Kosovo e Vojvodina, mas ainda assim não foi aceito pelas lideranças sérvias, que ainda defendiam uma federação iugoslava unida. Diante da não-aceitação, a UE impôs sanções comerciais à Sérvia e a ameaçou de isolamento, em ordem de forçar a concordância com o Plano (WOODWARD, 1995).

Em 23 de novembro, em Genebra, Milosevic concordou com o cessar-fogo, sob proposta da ONU, e aceitou o Plano Vance, que propunha estacionar unidades dos *blue helmets* (capacetes azuis) da ONU em territórios croatas ocupados. A Croácia também concordou com isso, já que sabia que suas forças militares não seriam suficientes para derrotar os sérvios nos territórios ocupados. A única exigência croata era de que as tropas da ONU fossem posicionadas na fronteira com a Sérvia, e não nas linhas de frente, o que entrou em conflito com o que Milosevic havia pedido, e tornou-se mais um ponto de impasse entre as lideranças sérvias e croatas.

Cinco dias depois, o Conselho de Segurança adotou, por unanimidade, a Resolução 721, proposta por Reino Unido, França e Bélgica. Por essa resolução, Vance ficaria responsável por organizar diplomaticamente para uma operação de manutenção da paz da ONU e por incentivar o cumprimento do cessar-fogo e da Resolução 713 do CS. A resolução pode ser interpretada como um aviso duplo: primeiro, de que a União Soviética tinha a mesma visão dos poderes ocidentais sobre o uso das forças de manutenção da paz da ONU;

e segundo, de que a UE aceitava a sua derrota em não conseguir resolver a crise iugoslava.

A decisão do Chanceler alemão Helmut Kohl em delimitar uma data para o reconhecimento da Eslovênia e da Croácia por parte da Alemanha - 24 de dezembro de 1991 - viria a agravar a crise. A França interveio nessa questão, numa tentativa de adiar o reconhecimento alemão, através da sugestão de uma cartilha de critérios que deveriam ser seguidos para ganhar o reconhecimento, e que uma comissão seria criada para verificar isso - a Comissão Badinter. A Comissão tinha o propósito de testar se as repúblicas poderiam garantir questões de direitos humanos em seus territórios, para que então pudessem ganhar o reconhecimento por parte da CE. A proposta Francesa foi aceita pela UE, e vários pedidos em torno do não-reconhecimento prematuro foram feitos à comunidade internacional.

A Alemanha, por seu turno, barganhou o reconhecimento esloveno e croata com França, Reino Unido e Espanha sob o argumento da unidade da UE - e a possível não-assinatura do Tratado de Maastricht. Assim, ao final de dezembro, o processo de reconhecimento de Croácia e Eslovênia já havia sido aberto na UE. O processo, ressalte-se, não referia o status dos sérvios na Croácia e nem o destino das quatro repúblicas restantes. A Eslovênia e Croácia tiveram o seu pedido de reconhecimento aceito - muito embora o Presidente Tudjman tenha afirmado falsamente que concordava em garantir os direitos humanos da minoria sérvia. A Bósnia-Herzegovina teve seu pedido vinculado à realização de um referendo popular sobre a independência, enquanto o pedido da Macedônia foi vetado pela Grécia, que temia a expansão macedônia sobre os territórios gregos. Sérvia e Montenegro, as repúblicas remanescentes, optaram por constituir a nova República Federal da Iugoslávia (FRY).

Todos sabiam, entretanto, que o reconhecimento sem um acordo concreto de paz entre as partes conflitantes só poderia significar uma coisa: mais guerra. Assim, Vance propôs o estabelecimento de tropas da ONU na Croácia, o que foi aceito através da Resolução 724, de 15 de dezembro, e deu origem ao Plano Vance. A essência do Plano era o cessar-fogo nas áreas sérvio-croatas e resolver pacificamente o conflito. O Plano estabelecia o

embargo de armas e a criação de áreas de proteção da ONU (United Nations Protected Areas - UNPA) nos territórios de ocupação sérvia. 10.000 tropas da ONU seriam movidas na região, em troca da retirada do JNA e do desarmamento das milícias sérvias. Nada se falava, no entanto, sobre as milícias croatas.

O plano Vance, em resumo, faria com que a Força de Proteção da ONU (UNPROFOR) congelasse as fronteiras existentes naquele momento. As zonas de UNPA seriam controladas por unidades policiais compostas conforme a divisão etno-nacional da região e seria garantida a proteção dos refugiados. O Plano era considerado tanto pelo governo croata como pelo governo sérvio como uma vitória - a Croácia necessitava do Plano para obter prestígio internacional, e a Iugoslávia (Milosevic, em especial) acreditava que o mesmo poderia ser um passo para a anexação dos territórios sérvio-croatas (que se transformariam naturalmente em fronteiras de fato). Os sérvio-croatas de Krajina, por seu turno, liderados por Milan Babic, não aceitaram o plano de paz. Eles acreditavam, com razão, que o governo croata não cumpriria o plano e restauraria o controle croata na região assim que houvesse a retirada do JNA e o desarmamento das forças locais.

Em resumo, a comunidade internacional lidou com o conflito croata como se fosse uma guerra civil, e não uma guerra que pudesse ameaçar a paz internacional. Os acordos de manutenção do cessar-fogo, por exemplo, eram propostos como se existissem duas facções armadas e a crise resultante disso não seria difícil de ser resolvida. A Comissão Badinter, na verdade, acabou por criar uma fórmula para justificar o secessionismo e o fim do Estado iugoslavo, visto que, constitucionalmente, os responsáveis pela soberania e, portanto, pelo direito de secessão, seriam o povo iugoslavo, e não as repúblicas, territorialmente definidas.

Assim, por não saber administrar a crise iugoslava, ao legitimar as declarações unilaterais de independência, a Comunidade Européia contribuiu para a desintegração iugoslava e para a violência que marcaria os conflitos posteriores, já que o processo foi feito sem a devida concertação de interesses das populações envolvidas. Nesse sentido:

A característica que define a resposta da comunidade internacional à crise iugoslava foi a hesitação, já que se passou uma grande quantidade de tempo antes de se decidir sobre qualquer ação. Existiam muitas razões para isso. Entre as mais importantes, está o fato de que a comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos, não possuía uma estratégia clara sobre o que fazer com a Iugoslávia quando os combates começaram. O problema foi complicado por Estados que tinham os seus próprios interesses estratégicos, os quais muitas vezes dependiam de simpatias históricas (por exemplo, entre a Sérvia e a Rússia) ou animosidades históricas (por exemplo, entre a Sérvia e a Alemanha). As pessoas da ex-Iugoslávia pagaram o preço por essa hesitação - nunca se saberá quantas vidas poderiam ter sido salvas se a comunidade internacional tivesse agido de forma diferente. (KLEMENCIC, 2006).

É preciso ressaltar, entretanto, que a primeira posição oficial da UE sobre os conflitos na Iugoslávia foi a de preservar a unidade territorial e a soberania iugoslava. Essa opinião tomou um rumo diferente ainda no ano de 1991 em razão das pressões diplomáticas da Alemanha (como foi visto anteriormente) e da opinião pública internacional, ambos a favor da independência das ex-repúblicas. Assim, pressões estratégicas levaram a Comunidade e os demais países europeus a rapidamente assumir a defesa de eslovenos e croatas. As mídias austríaca, alemã e italiana, em especial, encabeçaram o movimento pró-reconhecimento dos separatistas - os italianos ficaram bastante contrariados com o ataque do JNA à cidade croata de Zadar, que sítio histórico do Império Romano. E mesmo os franceses, cedendo às pressões alemãs, reconheceram em reuniões da Assembléia Francesa que a melhor solução seria a independência (SILBER & LITTLE, 1997).

Não obstante, dentro do Parlamento Europeu, os posicionamentos sobre a questão iugoslava eram confusos. Em 13 de março de 1991, foi emitida uma resolução segundo a qual "as repúblicas constituintes e as províncias autônomas da Iugoslávia devem ter o livre direito de determinar seu próprio futuro de forma pacífica e democrática e com base no reconhecimento internacional e nas fronteiras internas" (GOW, 1991). O Partido da Aliança Livre Européia (The Greens) criticou bastante a situação iugoslava, e o Partido do Povo Europeu condenou os ataques do JNA.

No mesmo sentido, o Movimento Pan-Europeu, cujo presidente de honra era Otto von Habsburgo, herdeiro do trono da Áustria-Hungria, defendeu no Parlamento o reconhecimento da Eslovênia e da Croácia. Otto teria, inclusive, sugerido ao Partido do Povo Europeu enviar uma delegação - da qual ele fazia parte - a Eslovênia e Croácia, ainda em julho de 1991, em decurso do que ele teria comentado: "A opinião pública é favorável, apenas a burocracia da Comunidade é contra, especialmente aqueles no quadro da presidência do Conselho, que está agora sob a liderança dos socialistas. (...) podemos ver como é má-organizada a política externa dentro da Comunidade" (BAIER E DEMMERLE, 2002: 470).

Apesar disso, a maior facção do Parlamento Europeu era socialista, e representava o maior obstáculo ao reconhecimento diplomático das ex-repúblicas. O argumento dominante era de que, se croatas e eslovenos queriam ser reconhecidos como Estados independentes, então os sérvios que viviam na Croácia também teriam direito de auto-determinação, pois representavam a maioria da população em algumas regiões croatas. Obviamente, a inclinação dos políticos socialistas europeus aos sérvios pode ser explicada pela simpatia ao modelo socialista iugoslavo e ao sistema de autogestão. Essas visões pró-Sérvia foram decisivas para a negativa do Parlamento Europeu em apoiar a proposta de reconhecimento de croatas e eslovenos caso os sérvios violassem os acordos de cessar-fogo - ora, a verdadeira razão desse conflito era o direito de auto-defesa da minoria sérvia contra o regime de Tudjman, então não havia por que incentivar o separatismo.

A situação na Macedônia, por sua vez, tinha protagonistas diferentes, pois as tensões se concentravam entre macedônios eslavos e albaneses. A separação da Iugoslávia foi, por assim dizer, peculiar, como mostram Thomas e Mikulan:

Em 08 de setembro de 1991, a Macedônia, o Estado com maior diversidade étnica nos Balcãs, ganhou um "divórcio de veludo" exclusivamente pacífico da Iugoslávia. Preocupada com o fato de que as guerras iugoslavas pudessem atingi-la, a Macedônia convidou a UNPROFOR para estabelecer um comando na região em 11 de dezembro de 1992, colocando uma força-tarefa de 700 homens, e a partir de 18 de junho de 1993 duas

companhias do Exército dos EUA, em sua fronteira com Albânia e Kosovo. (2006b: 51).

Após ter um parecer positivo em relação à sua independência pela Comissão, a Macedônia precisou lutar pelo reconhecimento internacional com a Grécia, que se opunha à simbologia e à nomenclatura do Estado macedônio. A possibilidade de um irredentismo macedônio em direção à Grécia assustava os gregos, e com isso opôs-se à política europeia de reconhecimento, impondo sanções econômicas à Macedônia. O conflito foi resolvido através de um acordo no qual a Macedônia se comprometia a mudar sua bandeira nacional - que conteria símbolos gregos - e modificar o nome do Estado para Antiga República Iugoslava da Macedônia.

Com as novas circunstâncias - o reconhecimento de Eslovênia e Croácia - a Iugoslávia começou a ser reconstruída no início de 1992, em torno das repúblicas restantes: Sérvia e Montenegro. As estruturas federais organizaram-se de modo a formar um Estado com o nome República Federal da Iugoslávia (FRY), que se autoproclamou a única sucessora legal⁸⁶ da SFRY. O "novo" Estado abandonou o simbolismo comunista e adotou eleições democráticas para o governo federal, abandonando o sistema de presidência coletiva. Milosevic continuou como Presidente da República da Sérvia, e para o governo federal foram eleitos o sérvio Dobrica Cosic (Presidente) e o norte-americano⁸⁷ Milan Panic (Primeiro-Ministro). Não conseguindo chegar a um acordo sobre o cessar-fogo nas áreas de dominação sérvia, o CS da ONU emitiu a Resolução 757/1992, que introduzia sanções econômicas à FRY, o que praticamente isolou o país do resto do mundo (WOODWARD, 1995).

⁸⁶ Esse status foi negado pelas ex-repúblicas e pela comunidade internacional, pelo que a Comissão Badinter decidiu que todos os Estados que se formaram a partir de territórios da SFRY seriam sucessores da mesma (WOODWARD, 1995).

⁸⁷ Milan Panic, cidadão norte-americano de descendência sérvia, foi indicado ao cargo por Milosevic, que via sua escolha como um incentivo contra o isolamento internacional da FRY. Com a permissão do Departamento de Estado dos EUA, ele se tornou Primeiro Ministro da FRY e era visto pela comunidade internacional como um político moderado. Permaneceu no cargo até dezembro de 1992, quando perdeu as eleições para Presidente da República Sérvia. Seu lugar foi assumido por Radoje Kotic.

3.2 Fase 2: Bósnia-Herzegovina

Enquanto a primeira fase da desintegração iugoslava teve como protagonista principal a Comunidade Européia, a fase posterior viria a ser de responsabilidade primordial dos Estados Unidos. Durante a Guerra da Bósnia, o governo norte-americano bloqueou iniciativas de paz e encorajou o governo de Izetbegovic a buscar mais territórios (HUDSON, 2003), o que culminou com o bombardeio promovido pela OTAN contra os sérvios bósnios.

Primeiramente, é importante apresentar a composição étnica da república bósnia antes de seu processo de separação, já que a mesma era a maior beneficiária da política multiétnica e multinacional iugoslava. Conforme Levinson (1998: 15), na época, os três maiores grupos eslavos que formavam a Bósnia-Herzegovina eram os bósnios muçulmanos, constituindo 43,7% da população; os bósnios sérvios, formando 31,5% do contingente, e os bósnios croatas, com a percentagem de 17,3%. Ademais, 5,5% da população considerava-se iugoslava, e o restante era formado por minorias ciganas, vlachs, macedônias, entre outras. Nenhum grupo conseguia formar mais do que 70% da população em nenhuma região (ver Figura 9).

Ainda, de acordo com Ramet (2005), sérvios, croatas e muçulmanos possuíam boas relações comunitárias, tendo vivido em paz durante os cinquenta anos em que coabitaram a Bósnia-Herzegovina. A violência e os confrontos que caracterizaram a Segunda Guerra Mundial na região não teriam afetado diretamente as relações entre as comunidades, já que o conflito era mais político do que étnico ou nacional, propriamente dito. Além disso, tanto sérvios, quanto croatas e muçulmanos lutaram a favor da Entente ou da Aliança, pelo que não se constituía uma uniformidade de pensamento capaz de gerar ódios nacionalistas suficientes para desestabilizar a república bósnia.

Os bósnios muçulmanos são tão eslavos quanto sérvios ou croatas⁸⁸, visto que descendem de eslavos que foram convertidos ao Islã durante a

⁸⁸ Conforme recente pesquisa, “no conjunto, os três principais grupos da Bósnia-Herzegovina (sérvios, croatas e bósnios muçulmanos), apesar de algumas diferenças quantitativas, compartilham uma grande fração do mesmo conjunto gênico distintivo para a região dos Balcãs” (MARJANOVIC et al, 1995).

ocupação otomana dos Bálcãs, assim como os macedônios muçulmanos. Formavam um grupo nacional reconhecido constitucionalmente, assim como croatas, eslovenos e montenegrinos. Diferem, entretanto, das comunidades albanesas iugoslavas, também de religião islâmica, que estão ligadas diretamente ao Estado da Albânia. Os eslavos muçulmanos historicamente apresentaram pouco envolvimento em questões políticas (WOODWARD, 1995), mas fortes padrões de união cultural e social, mais do que envolvidos por fatores religiosos.

O principal líder do nacionalismo muçulmano viria a se tornar Alija Izetbegovic, futuro primeiro presidente da Bósnia-Herzegovina⁸⁹ e fundador do SDA. Em sua juventude, havia participado do grupo terrorista Mladi Muslimani, formado no pós-Segunda Guerra Mundial. Principal propulsor das tendências fundamentalistas na comunidade bósnia muçulmana, Izetbegovic escreveu, nos anos 1970, o manifesto “Declaração Islâmica”, no qual propugnava a criação de um Estado muçulmano puro, constituído pelos territórios iugoslavos habitados por muçulmanos – e essa declaração viria a ser reimpressa durante a campanha das eleições multipartidárias na Bósnia.

O SDA foi fundado em 1990 sob uma forte abordagem pan-islâmica, que se espalhava naquele momento por toda a Iugoslávia. Uma das propostas políticas do partido colocava o SDA em contraponto ao governo sérvio: o apoio à independência dos kosovares albaneses muçulmanos era o principal ponto de apoio com vistas à formação de uma estrutura estatal puramente islâmica. Desse modo, Izetbegovic era visto como um dos principais antagonistas de Milosevic, e mesmo de Vuk Draskovic, fundador do Partido do Movimento de Renovação Sérvia (SPO) e líder da oposição a Milosevic.

Com a chegada de Izetbegovic ao governo, os laços da república bósnia com os países muçulmanos se estreitaram, em especial com o Irã e com a Arábia Saudita, que supriram questões de alimentação e medicamentos durante a Guerra bósnia. Ainda em julho de 1991, em meio à crise croata, Izetbegovic decidiu buscar a candidatura da Bósnia-Herzegovina como membro da Organização da Conferência Islâmica, o que fomentou as

⁸⁹ Cargo que ocuparia até 1996, quando passou a fazer parte da Presidência da Bósnia-Herzegovina.

rivalidades. Não à toa, o governo de Izetbegovic procurou apoio dos governos islâmicos do Oriente Médio, seguindo uma plataforma pan-islâmica assim que foi eleito presidente da coalizão governamental bósnia.

As tendências pan-islâmicas, portanto, eram uma preocupação real para a sociedade iugoslava, desestabilizada pelas reformas econômicas e, por isso, facilmente manipulável. Há indícios de que um grupo apoiado pelo Aiatolá Khomeini, considerado o fundador do moderno Estado xiita no Irã, tenha treinado bósnios muçulmanos desde a metade dos anos 1980, e de que o serviço de inteligência norte-americano sabia disso (HUDSON, 2003). Além disso, segundo Ramet (2005), carregamentos clandestinos de armas aos bósnios muçulmanos, vindos do Irã e de outros países islâmicos, eram feitos já em 1992, com o apoio croata (que ganhavam uma porcentagem sobre os produtos), e quando George W. Bush ainda era presidente dos EUA.

Durante toda a crise, o Ocidente visualizou os bósnios muçulmanos como vítimas inocentes da agressão sérvia. No entanto, muitos esclarecimentos precisam ser feitos.

As eleições multipartidárias da Bósnia acirraram as tensões entre as comunidades, já que a plataforma de campanha dos principais candidatos era basicamente nacionalista, o que exacerbava os conflitos naquele contexto. Assim, em abril de 1991, os bósnios sérvios uniram-se aos croatas sérvios da região de Krajina em torno de um parlamento próprio. O JNA teve de ser convocado por membros do SDS para defender os bósnios sérvios dos ataques do governo croata.

Em relação ao futuro da Bósnia-Herzegovina, as discussões tiveram seu auge em meados de junho daquele ano, onde Hudson (2003) afirma que Izetbegovic desejava a permanência da república dentro de uma federação iugoslava modificada. Comícios intermunicipais foram organizados em apoio a essa opção por Adil Zulfikarpasic, do partido Organização Muçulmana Bósnia, e por Karadzic, do SDS. Tudo indicava que bósnios e sérvios estavam unidos em nome de uma Iugoslávia renovada; não obstante, conforme Beloff (1995), Izetbegovic estava em tratativas para assinar um acordo sobre o futuro da Iugoslávia, mas uma viagem aos Estados Unidos teria feito o líder mudar de

opinião sobre o assunto. Zulfikarpasic, a partir disso, foi tratado como um traidor da causa muçulmana.

Com isso, negociações em torno da independência bósnia passaram a ter lugar na agenda da presidência da república. Em outubro de 1991, o parlamento veio a discutir uma proposta de separatismo de Izetbegovic, tendo o apoio do SDA e do HDZ. No entanto, o SDS - o terceiro partido que formava a coalizão de governo – opôs-se à proposta, alegando a inconstitucionalidade da mesma em razão da discordância da comunidade bósnia sérvia, já que a Constituição iugoslava requeria o consenso de todas as comunidades em caso de secessão. Em novembro, um referendo nas áreas habitadas por bósnios sérvios viria a confirmar o desejo dessa comunidade em permanecer dentro da Iugoslávia.

Como resultado, naquele mesmo mês, o SDS retirou-se do governo da república bósnia e proclamou-se responsável pelos territórios bósnio-sérvios. O HDZ, por seu turno, fomentou a criação de duas províncias autônomas croatas dentro da Bósnia-Herzegovina, pressionando o governo da república a separar-se da Iugoslávia⁹⁰. Com isso, a coalizão governamental, agora formada apenas por SDA e HDZ, candidatou-se ao reconhecimento da CE pela Comissão Badinter. A proposta requeria um referendo na república que confirmasse o desejo de independência das três maiores comunidades. Esse referendo veio a ocorrer em 29 de fevereiro e 1º de março de 1992.

Boicotado pelos bósnios sérvios, o referendo não poderia ter outro resultado: 99,7% dos votantes apoiaram a independência – sendo que apenas 63,4% dos eleitores participaram do processo. A votação, dessa forma, não seguiu as regras impostas pela Comissão, que requeria a participação de todas as comunidades constituintes da Bósnia, e o consenso entre elas em torno da secessão. Contudo, não obstante a votação do referendo ter sido inválida, Izetbegovic, como representante do governo bósnio, declarou a independência da Bósnia-Herzegovina em 03 de março de 1992. Com essa atitude, as

⁹⁰ Esse evento foi impulsionado pela troca do líder do HDZ na Bósnia, de tendência bósnia, pelo croata Mate Boban, nacionalista favorável ao secessionismo (HUDSON, 2003).

tensões entre as comunidades chegaram a uma crise de proporções catastróficas (THE NEW YORK TIMES, 1992).

Após colaborar com o processo de desintegração iugoslava através do reconhecimento das ex-repúblicas, a UE bem que tentou um acordo entre as três principais comunidades bósnias, em direção ao separatismo. Lord Carrington, mais uma vez, tomou a frente das negociações, e o Tratado de Lisboa de 1992 foi assinado pelos três grupos constituintes. A principal dificuldade era encontrar um ajuste político entre muçulmanos, sérvios e croatas, que pudesse garantir a estabilidade e a soberania bósnia. Entretanto, a perspectiva do conflito adotada pela comunidade internacional - a de que a crise era um conflito interno de base étnica - dificultava medidas como a formação de uma assembleia constituinte e um programa coerente de redemocratização da região. A resposta para a crise, pensava-se, seria um arranjo de *power-sharing* entre os três principais partidos bósnios, que representavam os três maiores grupos sociais da república - SDA, SDS e HDZ.

O Tratado, na verdade uma declaração de princípios constitucionais, garantia direito a autodeterminação para cada uma das comunidades e divisão da região por cantões com base em linhas etno-nacionais (ver Figura 10). Tal acordo, porém, não buscava a divisão da Bósnia em três entidades, mas apenas a constituição de três esferas de interesse, que garantissem direitos iguais a todos os grupos. E embora não tratasse da preservação de direitos das minorias e de questões estruturais do Estado, o acordo era um passo importante para acalmar os ânimos na região. Por esse motivo, Hudson (2003) comenta que, tivesse ele sido implementado, possivelmente a guerra bósnia poderia não ter tomado a proporção que teve.

Infelizmente, dias após a assinatura do acordo, Izetbegovic e Boban, representantes dos bósnios muçulmanos e dos bósnios sérvios, respectivamente, retiraram suas assinaturas do Tratado. Essa mudança de perspectiva seria resultado do encontro de Izetbegovic com o embaixador norte-americano Warren Zimmerman, que o teria aconselhado a lutar por uma Bósnia-Herzegovina unitária e independente do Estado iugoslavo. O governo dos EUA viria, ainda, a pressionar a CE a reconhecer a Bósnia imediatamente, em nome de seus interesses estratégicos e sem uma política de prevenção ao

conflito – o que era uma necessidade premente na região. Enfim, em 06 de abril do mesmo ano, a Comunidade reconheceu a Bósnia como Estado independente. Pode-se dizer que o reconhecimento da soberania da Bósnia foi uma tentativa do Ocidente de fechar a "caixa de Pandora" que ele mesmo havia aberto.

Com esses acontecimentos, a possibilidade de um acordo pacífico sobre o assunto, e também de uma Iugoslávia unida, foi completamente eliminada. Como Woodward (1995) argumenta, tanto o reconhecimento da Croácia para a Alemanha, assim como o da Bósnia para os EUA, tinham propósitos específicos: aumentar a sua influência nessas regiões através de sua afirmação na aliança euro-atlântica. Naquele contexto, o estabelecimento de esferas de influência na Europa central era mais do que necessário. Ora, não podendo estabelecer o controle de uma área de mercado na Iugoslávia (vide o fracasso das reformas econômicas liberalizantes), a opção estratégica mais coerente para os EUA era apoiar o separatismo das repúblicas, para que então pudesse estabelecer sua influência nas mesmas.

Nessa conjuntura, era de se esperar que um confronto armado irrompesse com toda a força. No início de maio de 1992, o conflito já estava declarado: bósnios muçulmanos atacando bósnios sérvios⁹¹, e forças bósnias sérvias consolidando o controle sobre seus territórios, com o apoio do JNA. No entanto, como aponta o General Charles Boyd, através de Hudson (2003), os territórios controlados por sérvios não passavam de áreas historicamente ocupadas pelos mesmos, como se vê:

Muito do que Zagreb chama de territórios ocupados é, na verdade, território detido pelos sérvios durante mais de três séculos, desde que a Áustria imperial moveu os sérvios para a fronteira de Krajina, para proteger os comerciantes de Viena (e Zagreb) dos otomanos. O mesmo é verdadeiro para a maioria das terras sérvias na Bósnia, o que a mídia ocidental frequentemente se refere como os 70% da Bósnia apreendidos por rebeldes sérvios. Havia apenas 500 mil sérvios a menos do que muçulmanos na Bósnia na altura da independência, sendo

⁹¹ Hudson conta que no dia 1º de março, dia do referendo, bósnios muçulmanos e croatas atacaram a festa de casamento de um bósnio sérvio em Sarajevo (HUDSON: 2003, 112). Não há indícios, entretanto, de que este fato, por si só, tenha desencadeado os demais confrontos.

a maioria dos sérvios rurais, tendendo a uma maior posse de terras. Em resumo, os sérvios não estavam tentando conquistar novos territórios, mas apenas manter o que já era deles. (HUDSON: 2003, 113).

Devido à pressão da comunidade internacional, o governo da Iugoslávia, agora FRY, optou pela retirada do JNA, que então já atendia pelo nome de VJ. Armamentos e a parte bósnia das tropas foram concedidos aos sérvios bósnios, ficando a FRY apenas com o exército sérvio e montenegrino. Formou-se, assim, uma força militar para a autoproclamada República Sérvia da Bósnia, comandada por Ratko Mladic.

Enquanto a comunidade internacional divergia sobre quem apoiar no conflito bósnio – os EUA apoiavam Izetbegovic, enquanto Alemanha e Áustria estavam ligadas à Croácia, e França e Rússia tendia para o lado sérvio – a ONU resolveu agir. No início de junho do mesmo ano, foi autorizada uma UNPROFOR pelo Conselho de Segurança, a fim de estabilizar a região. Mais tarde, em setembro, a Comunidade Européia e a ONU organizaram uma Conferência de Paz em Genebra, liderada por Vance e Lord David Owen. Deste encontro viria a surgir o Plano Vance-Owen⁹², pelo qual se pretendia a divisão da Bósnia-Herzegovina em dez cantões etno-nacionais (ver Figura 11).

Izetbegovic e bósnios croatas sinalizaram pela aceitação desse plano; os bósnios sérvios, no entanto, rejeitaram-no em janeiro de 1993. Sem conseguir chegar a um acordo, a CE ameaçou os bósnios sérvios e a FRY de isolamento caso não aceitassem o Plano, em abril daquele ano. O CS, por seu turno, emitiu a Resolução 816, que ordenava o reforço da proibição de áreas de vôo no espaço aéreo bósnio, o que deu origem à operação Deny Flight da OTAN, em meados de abril. Milosevic, como responsável da FRY pelas negociações, estava disposto a aceitar, e até teria aconselhado os bósnios a fazerem o mesmo; o líder bósnio sérvio Karadzic, por sua vez, negava-se veementemente. Karadzic chegou a prometer que o parlamento reconsideraria

⁹² Conforme Woodward (1995: 304) o Plano foi o esforço mais heróico de reconstituição da soberania bósnia. Cada grupo social (muçulmanos, croatas e sérvios) ficaria com três províncias, ao que se somaria a região de Sarajevo como neutra. Tudo isso conforme critérios históricos e geográficos, respeitando as populações locais de cada território. O mecanismo de *power sharing* seria utilizado entre os governos central e locais, e estabelecido constitucionalmente, em um Estado de formato descentralizado.

a proposta no final de abril (THE INDEPENDENT, 1993), mas a assembléia bósnia sérvia recusou-se a aceitar o plano no mês de maio (GOW, 1997), e um referendo popular confirmou essa decisão⁹³.

Com o fracasso do Plano Vance-Owen, parecia não haver saída para a crise. Bósnios croatas, até então aliados aos muçulmanos, tentaram se apossar de territórios que seriam seus, conforme o Plano estipulava. O conflito armado que resultou desse evento ofuscou as negociações de um novo plano para a questão – o Plano Owen-Stoltenberg (ver Figura 12), que conferia 52% do território bósnio para os bósnios sérvios, 30% para os bósnios muçulmanos, e 18% para os bósnios croatas (LAMPE, 2000). Dessa vez, bósnios sérvios e croatas concordaram com o Plano, mas os bósnios muçulmanos não ficaram satisfeitos e rejeitaram o acordo.

Com o fracasso das negociações de paz e o crescente sucesso das forças de milícia muçulmanas em conquistar territórios, os líderes políticos bósnios muçulmanos acabaram por desistir de criar uma identidade bósnia e iniciaram a criação de um Estado muçulmano. Não praticantes da religião começaram a ser expulsos dos territórios conquistados e escolas passaram a conceder treinamento religioso, com financiamento por Estados árabes (WOODWARD, 1995). A guerra intensificou-se nos três lados da disputa, sendo que a destruição da histórica ponte de Mostar pelos bósnios croatas simbolizou o fim da possibilidade de qualquer tratativa de paz na região.

Com a nova onda de violência, mais sanções econômicas foram estabelecidas pela ONU à Iugoslávia, naquele momento apenas Sérvia e Montenegro, por apoiar os bósnios sérvios. A maioria dos líderes políticos envolvidos na questão acreditava que apenas Milosevic poderia convencer Karadzic a pôr fim nas hostilidades. Como resultado disso, no período 1992-1995, o PIB da FRY caiu pela metade; o comércio exterior teve uma queda desastrosa; e a qualidade de vida dos iugoslavos sofreu um forte declínio. Em termos políticos, entretanto, as sanções impostas, ao invés de representarem um ultimato a Milosevic, reforçaram a sua posição a favor dos bósnios sérvios.

⁹³ Milosevic teria ficado irritado com a negativa bósnia sérvia, e teria imposto sanções econômicas à República Bósnio-Sérvia, o que não parece ter ocorrido na realidade (GOW, 1997, 247).

A principal dificuldade da comunidade internacional em lidar com o conflito bósnio era saber se ele constituía um conflito internacional, onde a nova Iugoslávia seria o agressor, ou uma guerra civil entre partes componentes do mesmo todo - os bósnios. Identificar o agressor e a vítima na questão iugoslava era muito difícil - até porque ninguém conseguia compreender o conflito balcânico, o que impedia ações eficazes e uma rápida tomada de decisões. A própria Iugoslávia considerava-se acima do conflito bósnio, como se pode perceber pela simples denominação do organismo iugoslavo nomeado para conduzir a questão: "Comitê de Estado para Cooperação com a ONU". Isso indica que a presidência iugoslava, em meados de 1992, ainda tratava o conflito como uma guerra civil bósnia, entre bósnios sérvios e bósnios muçulmanos.

Certamente, para quem observasse de fora, a guerra parecia mais uma briga entre regiões vizinhas do mesmo país que um fenômeno de abrangência internacional. De fato, a dificuldade em identificar a natureza do conflito iugoslavo pode ser assim explicada:

Na definição de guerra interna ou guerra civil, constatamos novamente um divórcio entre a definição e a realidade entre direito internacional e política internacional. (...) A diferenciação entre a guerra interna e a guerra internacional é, hoje em dia, cada vez mais difícil, em virtude da quase inevitável interferência ou intervenção direta ou indireta de uma das superpotências. Em última análise, é a política internacional, o interesse das grandes potências, que dirá se os atos de hostilidade devem ou não continuar a ser tidos como de caráter interno ou não. (ACCIOLY ET AL, 2009: 874).

Então, escolher o lado que mais correspondia aos seus interesses estratégicos era a melhor opção para o posicionamento de um Estado frente à questão. Entretanto, isso não pode tirar a atenção do fato de que todo o conflito e a rivalidade entre os ex-componentes da Iugoslávia possivelmente não teria acontecido se o país não tivesse sido inserido forçosamente ao paradigma capitalista e neoliberal do período de transição pós-Guerra Fria. Foi essa conjuntura, somada às ações e omissões dos países ocidentais, que escalaram a crise ao patamar de guerra.

Enquanto isso, o conflito armado era mostrado pela mídia ocidental como uma invasão sérvia contra os muçulmanos – é certo que os bósnios sérvios exageraram na artilharia pesada, mas, lembre-se que a maioria dos acordos de cessar-fogo havia falhado em razão dos muçulmanos. Corroborando isso, Hudson (2003) conta que o comandante francês da UNPROFOR Philippe Morillon teria acusado o governo bósnio muçulmano de recusar o cessar-fogo porque queria manter Sarajevo como foco da simpatia mundial. Era bastante positivo para as forças muçulmanas atrair a atenção mundial como “vítimas” da “agressão sérvia”, para evitar o domínio sérvio sobre o território da Bósnia.

Ao que tudo indica, os bósnios muçulmanos estavam dispostos até mesmo a empreender ataques contra sua própria população, em ordem de responsabilizar os bósnios sérvios⁹⁴. O famoso “Massacre Breadline”, uma série de ataques contra civis ocorridos em mercados em Sarajevo, seria um exemplo disso. Três ataques, ocorridos em maio de 1992, fevereiro de 1994, e agosto de 1995, foram tidos como responsabilidade do exército sérvio que estava cercado Sarajevo. De acordo com Hudson (2003), investigadores da ONU teriam chegado à conclusão de que os ataques foram provocados pelos próprios bósnios muçulmanos.

Nesse sentido, o general do Exército Britânico Michael Rose afirma com convicção que o governo bósnio muçulmano bombardeou seu próprio povo para que a OTAN interviesse militarmente contra os bósnios sérvios (THE INDEPENDENT, 1992). Os observadores da ONU estavam convencidos de que o primeiro ataque não teve a intenção de matar, mas sim de causar pânico entre as pessoas, de acordo com a perícia realizada na área da explosão. Casualmente, o ataque constituiu um motivo legítimo para a imposição de sanções contra a Iugoslávia: congelamento de recursos norte-americanos, embargo de armamentos e sanções econômicas pelo CS, proscricção da FRY da comunidade internacional pela Resolução 757 do Conselho, e supervisão do fluxo do Mar Adriático pela OTAN, para assegurar o respeito às sanções.

⁹⁴ Sobre este argumento, ver Beloff (1995).

O segundo ataque, por seu turno, foi reportado pela CNN como de responsabilidade dos bósnios sérvios, e gerou imediatamente uma série de ataques aéreos contra os mesmos, promovidos pela OTAN. Constituiu, portanto, um oportuno pretexto para o envolvimento militar efetivo da Organização. Nenhuma investigação mais séria foi levada a cabo.

Todo esse contexto levou os bósnios sérvios a perder a batalha em relação à opinião pública e à mídia internacional. Não bastasse isso, tanto o governo croata quanto o bósnio muçulmano foram assessorados por empresas de relações públicas norte-americanas (HUDSON, 2003). Não é de se estranhar, assim, que toda a mídia ocidental estivesse direcionada a refletir a imagem sérvia como o “vilão”, o “inimigo externo”⁹⁵. Nessa conjuntura, o chamado “efeito CNN” teve um importante papel, já que os conflitos balcânicos passaram a ser transmitidos ao vivo pela maior rede de televisão norte-americana, claramente defensora de croatas e muçulmanos. Publicizar os ataques sérvios e esconder os ataques croatas e muçulmanos; essa parecia ser a regra.

A imagem dos bósnios sérvios perante a mídia internacional piorou com a descoberta de campos de concentração nas áreas sérvias pelo jornalista Roy Gutman, do *Newsday*, em meados de 1992. As imagens fotografadas por Gutman, retratando croatas e muçulmanos esqueléticos no campo de concentração em Omarska chocou a comunidade internacional - exceto os EUA, cujo Departamento de Estado alegou ter conhecimento do fato. Obviamente, campos de concentração administrados por bósnios muçulmanos e croatas também existiram, mas, curiosamente, não foram objeto de atenção internacional na época.

Enquanto isso, a Comunidade Européia continuava com sua estratégia de não interferência direta no conflito bósnio, o que viria a influenciar o desenvolvimento dos eventos posteriores. Em agosto de 1992, o governo

⁹⁵ Outro indício deste argumento é apresentado por Hudson (2003: 117), nas palavras do General Charles Boyd, em meados de 1995: “Recentemente, mais de 90% dos sérvios na Eslavônia Ocidental sofreram limpeza étnica quando tropas croatas invadiram uma área protegida pela ONU, em maio. Esta operação croata parece diferir das ações sérvias em torno das áreas de segurança da ONU de Srebrenica e Zepa apenas no grau de inquietação ocidental e na cobertura da CNN que estas últimas têm provocado. A limpeza étnica evoca condenação apenas quando é cometido pelos sérvios, e não contra eles”.

britânico, então na presidência da CE, organizou uma conferência⁹⁶ para a coordenação das atividades das organizações internacionais em prol da "manutenção da paz" na Bósnia. Como, porém, manter a paz em um território desorganizado e objeto de disputas, que sequer foi pacificado?

Durante tal conferência, ficou claro que os poderes ocidentais não tinham nenhuma intenção de revogar a política de não interferência na questão bósnia, sendo que o resultado mais concreto desta reunião foi a assinatura de uma "carta de princípios", um tanto contraditórios e equivocados. As questões de autodeterminação e de reconstrução de instituições estatais foram simplesmente ignoradas - o problema bósnio tornou-se um mero caso de violação das regras de direito humanitário. Desse modo, praticamente excluiu-se o fator político do debate, o que gerou sérias consequências para toda a região, em termos de *state-building*.

Em razão da incompreensão do conflito bósnio e de todo o problema balcânico em si, a coordenação de esforços da comunidade internacional formava uma vasta estrutura, a qual não contribuía, porém, para uma solução efetiva do caso. A criação de uma Conferência Internacional sobre a Ex-Iugoslávia, cujo corpo executivo era formado por Lord Carrington, Cyrus Vance, David Owen, e representantes da CE, dos países-membros do CS e da Conferência Islâmica, foi mais uma tentativa frustrada de solução diplomática e de não interferência na questão bósnia. Mesmo organismos como a UNPROFOR, o UNCHR e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha não possuíam uma compreensão clara do conflito, sua natureza e suas razões, para possibilitar uma ação coordenada e eficaz.

Por seu turno, o apoio norte-americano aos bósnios muçulmanos, em especial, e também aos croatas, era mais do que evidente, tanto nas reuniões da OTAN⁹⁷ como nas reuniões do CS. Tal esforço, entretanto, não foi suficiente

⁹⁶ No entanto, tal conferência serviu mais para fortalecer o papel diplomático de John Major e do Reino Unido no processo de integração europeu, além de acalmar os ânimos entre Lord Carrington, negociador de paz das questões balcânicas, e Boutros-Ghali, então Secretário-Geral da ONU, já que ambos divergiam fortemente de opinião quanto ao assunto.

⁹⁷ Vide texto oficial de 9 de agosto de 1993, disponível no site da OTAN em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_24145.htm?selectedLocale=en.

para retirar o embargo de armas em 1993, proposto pela ONU. Contudo, foi aprovada, em julho de 1993, a Resolução 836 do CS, que permitia à UNPROFOR o uso da força e autorizava a OTAN a intervir no espaço aéreo bósnio, o que poderia levar a OTAN a proceder a um bombardeio aéreo contra os bósnios sérvios⁹⁸ naquele mesmo ano.

A intervenção norte-americana na região assumiu um claro viés ofensivo e se tornou mais efetiva, especialmente quando Bill Clinton assumiu a presidência. A política externa do país para a Bósnia engendrou uma ação unilateral em meados de outubro de 1993 quando, não contando com o apoio francês e inglês para o ataque contra os bósnios sérvios, os EUA

anunciaram que estavam enviando uma missão militar a Sarajevo para ajudar a treinar as forças muçulmano-croatas para o combate, com o Pentágono planejando fornecer até \$ 5 bilhões em armas para o regime de Izetbegovic. No final de novembro os EUA assinaram um acordo de cooperação militar com a Croácia, incluindo o treinamento militar norte-americano para as forças armadas da Croácia. Em dezembro o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter negociou com sucesso 4 meses de cessar-fogo, que incluiu uma troca de prisioneiros entre os sérvios da Bósnia e o regime de Izetbegovic. Na primavera de 1995, porém, tanto o exército croata como as forças de Izetbegovic foram substancialmente reforçados no treinamento e armamento, e pesados combates recomeçaram no final de março. (HUDSON: 2003, 119).

Isso levou a uma violenta ofensiva contra bósnios croatas e sérvios em todo o território, encabeçada pelo governo muçulmano. A resposta da comunidade internacional, por sua vez, foi lançar uma série de ameaças, através de resoluções do CS, dentre as quais se pode destacar a Resolução 780, que tratava das violações ao direito humanitário; a Resolução 781, que estabelecia o banimento dos vôos militares no espaço aéreo da Bósnia; e a Resolução 786, que ratificava a proibição do uso de artilharia aérea no espaço bósnio.

Tais ameaças, dirigidas primeiramente contra os bósnios sérvios, que controlavam o aeroporto de Banja Luka e o aeroporto militar de Batajnica,

⁹⁸ Conforme noticiado em seu site, o Conselho da OTAN aprovou os bombardeios aéreos em 2 de agosto de 1993, condicionados à autorização do Secretário-Geral da ONU. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_24052.htm?selectedLocale=en.

próximo a Belgrado, não tiveram qualquer efeito concreto. Os bósnios sérvios continuaram a responder aos ataques dos bósnios muçulmanos através da artilharia aérea, o que exigiu da OTAN um envolvimento mais ativo no caso. Ademais, o terceiro ataque ao mercado Markale, em Sarajevo, em fevereiro de 1994, foi o estopim do confronto para a comunidade internacional.

Não obstante, a diplomacia norte-americana se empenhou em criar um acordo entre bósnios croatas e muçulmanos, para que unissem suas forças contra os bósnios sérvios. Disso resultou a assinatura do Tratado de Washington, em março de 1994, pelo qual se criou uma federação muçulmano-croata. A proposta norte-americana posterior, idealizada pelo Grupo de Contato⁹⁹, seria a de dividir o território bósnio entre 51% para a nova federação e 49% para bósnios sérvios (ver Figura 13), o que não foi aceito por estes últimos. A aliança entre bósnios muçulmanos e croatas viria a terminar oficialmente em outubro de 1994, pelo fato de que os bósnios croatas estavam desviando suprimentos do governo bósnio e bloqueando a entrega de armas a este.

A seguir, diversos ultimatos contra os bósnios sérvios foram lançados pela OTAN, os quais foram, inclusive, vistos como uma potencial ameaça de guerra contra a Rússia, já que os representantes deste país não haviam sido informados das declarações da Organização. Ainda, com a rejeição do plano do Grupo de Contato, a FRY fechou suas fronteiras com os bósnios sérvios e cortou laços com Karadzic (WOODWARD, 1995). Não obstante, os territórios bósnios continuavam objeto de disputa e os conflitos continuavam a existir.

Com o treinamento norte-americano, as forças croatas ficaram mais aptas a dominar os territórios bósnio-sérvios, como mostraram os ataques à Eslavônia Ocidental, que conquistaram a região de Krajina. Isso reduziu drasticamente a população sérvia dentro da Croácia, que procurou refugiar-se na Bósnia e na Sérvia, constituindo-se, assim, uma verdadeira limpeza étnico-nacional. Enquanto isso, as forças bósnio-sérvias ocupavam as regiões de Srebrenica e Zepa. Com a movimentação sérvia em torno das áreas de

⁹⁹ O Grupo de Contato foi formado em meados de 1994, por representantes dos EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia, sem a participação de representantes da CE ou da ONU.

segurança da ONU, os ataques aéreos da OTAN intensificaram-se, a pedido do governo dos EUA, e desta vez com o apoio de França e Reino Unido.

Os confrontos diretos e bombardeios arrastaram-se por três meses, até que os bósnios sérvios foram forçados a aceitar as negociações de paz, embora a comunidade bósnio-sérvia estivesse ainda muito revoltada. O ponto alto foi a Operação Storm, em agosto de 1995, que viria a significar a derrota efetiva dos bósnios sérvios e dos sérvios de Krajina, com a conquista de seus territórios pelo exército croata. Depois desses cinco dias seguidos de investidura militar pesada, os sérvios renderam-se às negociações de paz, em uma base aérea norte-americana, em Dayton, Ohio.

O resultado das conversações foi o Acordo de Dayton. Entretanto, para explicar a negociação de Dayton, é preciso compreender o jogo político-diplomático triangular entre os três principais lados do Ocidente: os britânicos e franceses, favoráveis aos bósnios-sérvios; o Congresso norte-americano, tendente aos bósnios muçulmanos; e a administração Clinton, que se equilibrava entre as duas tendências.

Por interesses estratégicos, a diplomacia francesa propôs uma campanha mais consistente, em ordem de se obter um acordo de paz que pressionasse o governo bósnio muçulmano a aceitá-lo. Qualquer forma de radicalismo, ainda mais muçulmano, era evidentemente prejudicial à França, porque o país contava com focos de instabilidade de minorias religiosas e étnicas em seu próprio território. O governo de Clinton, por seu turno, tinha pouca experiência em assuntos militares, mas, por outro lado, sua estratégia de política externa tinha compromissos multilaterais, o que significava respeitar os laços de amizade com os europeus. A opinião pública norte-americana, favorável aos bósnios muçulmanos, porém contrária a uma intervenção militar, também era fonte de preocupação para Clinton.

Em Dayton, os bósnios sérvios foram representados por Milosevic (já que Karadzic e Mladic estavam sofrendo acusações de crimes de guerra), os croatas por Tudjman, e os muçulmanos por Izetbegovic. Por tal acordo (ver Figura 14), Milosevic não teve outra alternativa a não ser abrir mão da área sérvia na capital Sarajevo (que constituía a base de apoio de Karadzic), e reconhecer a independência da Bósnia-Herzegovina, que seria formada pela

Federação Muçulmano-Croata (51% da área, incluindo Sarajevo) e pela República Bósnio-Sérvia (49%, incluindo Srebrenica e Zepa). A UNPROFOR viria a ser substituída pela I-FOR, uma força de implementação do tratado comandada pela OTAN.

Estabeleceu-se, ainda, uma administração internacional temporária, com vistas à reorganização do novo Estado, até as primeiras eleições livres, a serem realizadas em setembro de 1996. Apesar disso, a administração internacional – na modalidade de protetorado – continuou no comando do poder político do país, já que era de sua responsabilidade a reconstrução, e o governo recém-eleito tinha pouca legitimidade e estrutura como autoridade central. A economia liberal, por seu turno, estabeleceu-se como regra, sendo que o presidente do Banco Central bósnio foi escolhido pelo FMI, conforme dispositivo constitucional.

O Acordo de Dayton nada mais fez do que estabelecer uma soberania formal para a Bósnia-Herzegovina, sem a correspondência da realidade. O território bósnio continuou ocupado pelas forças da OTAN e sob administração do ocidente, pelo que se tornou um “protetorado internacional” - e não um Estado soberano de fato. Embora sob a carapuça de democracia liberal, com presidência coletiva e parlamento eleitos por votação popular, a Bósnia ficou à mercê das potências estrangeiras, visto que os líderes da presidência não precisavam ser de cidadania bósnia.

Ademais, a administração do país foi organizada sob a forma de protetorado, o que significa que o Alto Representante da ONU teria poder executivo e legislativo, e seria o responsável de fato pela condução da reconstrução da Bósnia. Nesse sentido, ficou a cargo do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento a supervisão deste processo. O poder do Alto Representante é tão forte que mesmo os governos da Federação Muçulmano-Croata e da República Bósnia-Sérvia podem ser ultrapassados por ele.

Como se pode observar, em suma, a atuação da comunidade internacional foi, no mínimo, hesitante e despreparada. Muito tempo foi utilizado para discussões e tomada de decisões, mas pouco se viu em ações efetivas para a contenção do conflito. A comunidade internacional não mostrou

ter nenhuma estratégia política coerente em relação à questão balcânica, o que foi intensificado pelo fato de que alguns países possuíam seus próprios interesses estratégicos, o que também dependia tanto de simpatias como animosidades históricas. Além disso, eram muitas organizações para tratar a questão sem um mínimo de coordenação em termos de estratégia. Assim, sem o conhecimento da causa que estava tratando, a comunidade internacional não poderia ter tido outra atuação no caso bósnio: ineficiente e inoperante.

No mesmo sentido, Holbrooke (1998: 22-31) elenca cinco principais fatores que contribuíram para transformar o conflito bósnio no maior fracasso em termos de segurança coletiva do Ocidente desde as Guerras Mundiais. O primeiro deles seria uma interpretação equivocada da história balcânica e a crença errônea de que se tratava de um conflito étnico que não poderia ser evitado por outsiders. A perda de importância estratégica da Iugoslávia com o fim da Guerra Fria e o triunfo do nacionalismo sobre a democracia como ideologia dominante do pós-comunismo figuram como segundo e terceiro fatores. Em quarto lugar, o autor cita a inicial relutância dos EUA em tomar a frente no conflito iugoslavo e, por fim, a decisão norte-americana de deixar nas mãos da Europa a responsabilidade pelo conflito.

Outros fatores podem ser elencados, como o fato de que um Estado muçulmano no coração dos Bálcãs não seria a opção preferida dos líderes políticos europeus, já que isso poderia se tornar uma porta de entrada para o extremismo na Europa. Sobretudo, no entanto, o mais importante é lembrar que o desenrolar dos conflitos balcânicos teve origem não nas disputas étnicas do povo iugoslavo ou em conflitos nacionais, mas sim no desgaste provocado por uma crise econômica galopante, resultado da inserção forçada da Iugoslávia no sistema internacional pós-Guerra Fria, como mostrado no capítulo anterior. A continuidade dos fatos ainda levaria à Guerra de Kosovo, tema do qual se ocupa a próxima seção.

3.3 Fase 3: Kosovo

Se na guerra da Bósnia, o principal protagonista das intervenções

militares foi os EUA, em Kosovo, isso não seria diferente. Através da caracterização do conflito como uma guerra dos sérvios contra os kosovares albaneses, o mundo ocidental, sob liderança norte-americana, conduziu uma “intervenção humanitária”, que resultou no bombardeio promovido pela OTAN contra o Estado da Iugoslávia, em 1999.

A explicação do conflito perpassa por inúmeros fatores. Primeiro, é necessário lembrar que a condução da política iugoslava por Milosevic não agradava os norte-americanos, já que aquele “obstruía a integração completa da Iugoslávia no quadro institucional ocidental” (HUDSON: 2003, 123). Assim, por trás de valores como a preservação da minoria albanesa e da autodeterminação dos povos, estavam fatores como destruir quaisquer resquícios de uma economia socialista e consolidar a expansão capitalista nos Bálcãs, em ordem de inserir de vez os iugoslavos no sistema mundial pós 1989.

Não obstante, o conflito kosovar constituiu um momento oportuno para a OTAN encontrar o seu papel no cenário pós-Guerra Fria. A Organização precisava demonstrar sua importância e efetividade em uma conjuntura onde não havia mais a figura do inimigo externo – o comunismo. Ademais, era necessário que ela se inserisse na estrutura política da UE como ferramenta fundamental para a segurança do continente, dominando uma área estratégica como os Bálcãs. Assim, a guerra de Kosovo serviu de pretexto para a OTAN assumir um novo papel que legitimasse sua existência no cenário internacional.

Além disso, a região de Kosovo constitui, geograficamente, um território essencial para uma rota de petróleo e gás da Ásia Central até a Europa Ocidental, como mostrado no segundo capítulo. Por essa lógica, a intervenção da OTAN no conflito kosovar só pode ser compreendida na perspectiva dos interesses econômicos ocidentais, que guiaram as políticas externas dos principais poderes mundiais. A competição entre estes pela região é o modo mais plausível de entender a guerra de Kosovo.

Desse modo, através do apoio internacional à organização terrorista KLA, os pólos de poder do sistema mundial fomentaram a rivalidade entre kosovares, ao invés de se tentar uma solução política para a questão da autonomia da região dentro da República Sérvia. A abordagem pacifista para a

independência de Kosovo era apoiada pela maioria da população, como mostra a eleição de Ibrahim Rugova, defensor pacífico dos albaneses kosovares. Obviamente, no entanto, existiam grupos minoritários que urgiam por uma solução mais radical da questão, formados, em sua maioria, por militantes exilados da Iugoslávia.

Estes grupos fundaram, no início dos anos 1990, o KLA – Exército de Libertação do Kosovo, o qual só viria a ter maior proeminência oito anos depois. O grupo radical, embora minoritário, ficou descontente com a atuação política de Rugova, que havia declarado a independência de Kosovo em 1992, mas não conseguiu angariar nenhum apoio para a causa durante a discussão do Acordo de Dayton. Com o reconhecimento internacional das fronteiras iugoslavas, isto é, Sérvia e Montenegro, os kosovares albaneses viram ficar mais distante o apoio dos países ocidentais para a sua independência.

Embora não apoiado pela maioria da população kosovar, o sucesso do KLA se deve, entretanto, ao suporte internacional recebido. Segundo Hudson (2003), o serviço secreto alemão teria financiado, treinado e armado secretamente o KLA¹⁰⁰. Também o governo albanês teria financiado uma boa parte do armamento do KLA – na lógica de colaborar com a independência dos kosovares albaneses para expandir seu território. Ressalte-se, ainda, a participação norte-americana, através da empresa Ruder Finn, companhia responsável pelas relações públicas do grupo terrorista (HUDSON, 2003). E, ademais, o KLA aproveitou a oportunidade que se constituía na conjuntura dos eventos iugoslavos, no que concorda Judah:

O KLA tem de ser classificado como uma das organizações mais bem sucedidas na história militar. Seu sucesso não tem nada a ver com a sua proeza militar; ele não venceu nenhuma batalha. É, antes, graças ao fato de que, por emergir naquele cenário no lugar certo, na hora certa, foi capaz de fazer a OTAN vencer a sua guerra para ele. (2008: 75).

O KLA foi o responsável pelas maiores atrocidades cometidas em

¹⁰⁰ A autora ainda cita o depoimento do Oficial da Contra-Inteligência Militar alemã, Elmar Schmahling, o qual afirma que “o serviço secreto alemão teve um papel importante no apoio a grupos terroristas na Sérvia” (HUDSON: 2003, 125).

Kosovo no período 1996-1998¹⁰¹. As vítimas foram tanto sérvios e outras minorias quanto kosovares albaneses, que eram acusados de apoiar o governo sérvio e a FRY, eram membros do Partido Socialista, ou simplesmente não apoiavam o KLA. Durante esses anos, o terror se instalou na comunidade kosovar, seja através da violência, ou por meio do financiamento do tráfico de drogas e de armas. Ressalte-se ainda que, em 1997, a Albânia entrou em colapso, em razão do fim do esquema financeiro Ponzi que sustentava o governo albanês, o que resultou na pilhagem das forças militares por rebeldes - dessa forma, armamentos pesados ficaram disponíveis para os kosovares albaneses.

A ação terrorista do KLA gerou uma resposta militar ofensiva do governo da FRY, que resultou na intervenção da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Uma missão da OSCE foi convocada para fiscalizar a retirada das tropas iugoslavas de Kosovo, ao final de 1998, o que, de certa forma, acalmou os ânimos na província autônoma. Não obstante, outros efeitos provocados pela intervenção da OSCE foram permitir que o KLA recuperasse o domínio da área kosovar, e a ocorrência de um suposto massacre promovido pelo governo iugoslavo – o episódio de Racak, em janeiro de 1999¹⁰².

O massacre de Racak seria o estopim para a convocação de uma série de negociações sobre a questão kosovar albanesa, na cidade de Rambouillet, na França. De 06 a 23 de fevereiro de 1999, delegações da FRY, da UE, dos EUA, da Rússia e do KLA (em nome do governo exilado dos kosovares) reuniram-se para discutir a independência de Kosovo. Por pressões políticas, Rugova, líder legítimo do governo kosovar, teve de ceder a liderança da delegação kosovar albanesa para Hashim Thaci, líder do KLA (KAPLAN, 2005).

O resultado das negociações foi um acordo redigido por Madeleine Albright, pelo qual Kosovo teria uma certa autonomia legislativa, executiva e judicial, embora a FRY continuasse a ter competência em questões como integridade territorial, política econômica, defesa e política externa, entre

¹⁰¹ Sobre o assunto, ver as reportagens de THE TELEGRAPH (2008) e THE INDEPENDENT (2001) nas referências bibliográficas deste estudo.

¹⁰² Sobre o episódio, ver LE MONDE (1999) nas referências deste estudo.

outras. O território kosovar, dessa forma, continuaria fazendo parte da FRY, embora com status renovado de autonomia. O acordo ainda previa uma Constituição kosovar, com regras sobre a formação de uma Assembléia, um Presidente, e toda uma estrutura executiva e judiciária.

Além disso, o texto demandava a implementação de uma missão da OSCE para monitorar o cumprimento do acordo, além de estabelecer uma missão da OTAN em Kosovo, um referendo sobre a independência após três anos, e controle de 28 dos 31 distritos para os kosovares albaneses (HUDSON, 2003). Ressalte-se, por último, que o acordo estabelecia os princípios de livre mercado como regra para a economia kosovar (ALLCOCK, 2000), o que era estrategicamente importante para a condução dos negócios do complexo mineiro de Trepca, uma das reservas minerais mais importantes da FRY, situada em território kosovar.

A parte mais interessante do tratado, entretanto, era o chamado Anexo B, que regulava as prerrogativas da missão da OTAN. As disposições do anexo passavam por cima de qualquer lógica de racionalidade, já que constituíam um golpe fatal à soberania iugoslava no território kosovar. Como bem lembra Hudson, “nenhum governo no mundo teria aceitado voluntariamente o que significava uma ocupação da OTAN de toda a Iugoslávia” (2003: 128). Dentre as cláusulas mais inaceitáveis, cita-se a 6.a, segundo a qual “a OTAN deve ser imune a qualquer processo legal, seja civil, administrativo ou penal”¹⁰³.

O Acordo de Rambouillet, nas palavras de Hudson (2003), era muito mais um ultimato do que uma negociação – o bombardeio era iminente. Os kosovares, por sua vez, contestaram a proposta por não conseguirem, com ela, a independência completa. Por outro lado, na esteira de aproveitar o apoio russo, a primeira atitude de Milosevic foi rejeitar o acordo. Ele não queria tropas da OTAN em Kosovo, muito menos que elas pudessem se movimentar livremente pelo território da FRY, o que levaria ao fim da hegemonia sérvia em Kosovo e infringiria a soberania nacional.

Além disso, a expectativa de Milosevic era de que o bombardeio fosse

¹⁰³ Na opinião deste estudo, as cláusulas mais abusivas do Acordo de Rambouillet constam no Anexo B, itens 6 a 25. Para ter acesso à íntegra do Acordo, consultar o site do Departamento de Estado dos EUA, através do link: http://www.state.gov/www/regions/eur/ksvo_ambouillet_text.html.

de curta duração e baixa intensidade. Ele presumiu que isso tornaria a opinião pública contra a guerra, o que pressionaria a OTAN e os poderes ocidentais a chegar a um acordo mais plausível. Ainda, ele esperava que a Rússia vetasse qualquer tipo de ação por parte do CS e que pressionasse a OTAN a terminar o bombardeio.

A presunção sobre o apoio russo, no entanto, provou-se ser equivocada. Embora a opinião pública russa estivesse a favor dos sérvios, o governo de Yeltsin sabia que um envolvimento mais incisivo no conflito iria contra os interesses econômicos russos de manter boas relações com o Ocidente. Com isso, endossar a estratégia de bombardeio em nome do fim do conflito e do cumprimento do Acordo era uma opção mais plausível para a política externa russa. Nesse contexto, as negociações no CS arrastaram-se por um bom tempo, o que levou a OTAN a agir em causa própria, como defende Rezek:

(...) a falta de um consenso no Conselho sobre qualquer ação na Iugoslávia quando do agravamento da crise de Kosovo, em 1999, permitiu que a OTAN tomasse a iniciativa de agir, chamando a si uma autoridade que não tinha, em detrimento da credibilidade da ONU como guardiã da paz e da segurança coletivas.(2010: 360-361).

Logo, tornou-se claro que a ação constituiu um ataque da OTAN, liderada pelos EUA¹⁰⁴, contra a Iugoslávia (HUDSON: 2003, 123). O bombardeio não se tratava de um caso de defesa própria, e nem mesmo se buscava evitar um desastre humanitário. Ademais, o argumento de que a ação justificava-se pela proteção dos kosovares albaneses não convencia, já que as hostilidades partiram do KLA, e não dos sérvios, e também porque os meios de ataque eram bastante desproporcionais entre um lado e outro.

Com isso, tanto as lideranças iugoslavas como as kosovares albanesas perceberam o seu equívoco no tratamento da questão. Os kosovares, apoiados pela diplomacia ocidental, acreditaram que o bombardeio seria de curta duração, como ocorreu em 1995, culminando na assinatura de Dayton. Milosevic, de outro lado, acreditou que podia correr o risco, pois teria o suporte

¹⁰⁴ O comando do bombardeio da OTAN era basicamente norte-americano, já que a maior parte da infraestrutura militar pertencia aos EUA, e também a responsabilidade sobre as principais decisões – o papel europeu era meramente simbólico (HUDSON, 2003).

dos russos, talvez até militarmente.

Em 24 de março de 1999, a OTAN iniciou sua campanha aérea contra a FRY - a operação Força Aliada - na tentativa de forçar o cumprimento do acordo de Rambouillet. Após dez dias de bombardeios contínuos de instalações de defesa aérea e quartéis militares, não havia sinais de rendição dos sérvios (RAMET, 2005). Pelo contrário, o bombardeio desencadeou uma onda mais forte de nacionalismo sérvio e de revolta contra a OTAN e as organizações ocidentais. Mesmo assim, nos próximos 69 dias consecutivos, alvos na Sérvia, em Kosovo e em Montenegro foram objeto de um sensacional bombardeio aéreo.

Alvos militares foram atingidos, bem como indústrias e outros lugares onde o exército iugoslavo havia escondido os seus equipamentos - entre eles, áreas civis. Assim, a infraestrutura social e econômica sérvia foi bastante prejudicada, até porque, muitas áreas militares foram dissimuladas, criando falsos alvos, para atrair o fogo inimigo. Quanto ao KLA, seu domínio foi reduzido em pouco tempo na região. Grande parte da população - sérvios, albaneses e outras minorias - ou foi expulsa ou buscou refúgio em países vizinhos, o que caracterizou uma das maiores diásporas de refugiados na Europa contemporânea.

Em 09 de junho, Milosevic cede à pressão ocidental e ordena a retirada das tropas iugoslavas de Kosovo e, no dia seguinte, tem fim o bombardeio euro-atlântico. Dois dias depois, as tropas da OTAN iniciam a ocupação de Kosovo, marcando o início de uma falsa independência kosovar. Através da Resolução 1244 do CS, é estabelecida uma espécie de governança internacional em Kosovo, de modo que todo o aparelho executivo, legislativo e judiciário kosovar permaneça nas mãos de organismos internacionais. A missão da ONU - UNMIK - ficou responsável pela administração do território, enquanto coube à OSCE as demandas legislativas; as tropas da OTAN, por seu turno, ficaram responsáveis por questões de segurança. Eleições democráticas foram marcadas para novembro de 2001, do que resultou a vitória de Rugova, então candidato da Liga Democrática do Kosovo (LDK).

Na FRY, eleições convocadas para setembro de 2000 selaram a derrota de Milosevic para Vojislav Kostunica, um advogado sérvio crítico à OTAN, mas

receptivo às perspectivas neoliberais. O pleito, entretanto, não pode ser considerado de todo democrático, como mostra Hudson:

Os EUA e a UE utilizaram estas eleições, finalmente, para atingir o que haviam tentado fazer por mais de uma década, e não tinham conseguido fazer através de bombardeio - satisfazer seus próprios objetivos econômicos e estratégicos no período pós-soviético. Estes incluíam a integração de todas as repúblicas componentes da antiga Iugoslávia no sistema econômico de livre mercado e a remoção de um governo de Belgrado que não só tinha uma orientação socialista, mas também uma orientação estratégica distante da OTAN e em direção à Rússia. A remoção de Milosevic foi fundamental para esse objetivo, já que ele continuou a defender os recursos de socialização da economia, e sua remoção, de fato, acabou com a busca da Iugoslávia de autodeterminação econômica e estratégica. A presidência de Kostunica, como a face aceitável do patriotismo iugoslavo, foi a última etapa da realização dos objetivos ocidentais pós-soviéticos na Iugoslávia. (2003: 138).

Em “celebração” a uma nova fase do Estado iugoslavo (ou, ao menos, do que restou dele), o primeiro-ministro Zoran Djindjic contrariou o presidente Kostunica e entregou Milosevic para julgamento pelo ICTY. O processo, iniciado em maio de 1999, indiciava o ex-presidente, entre outros políticos, por crimes contra a humanidade em Kosovo e genocídio na Bósnia. Em março de 2006, entretanto, Milosevic vem a falecer em sua cela, por causas naturais, em uma prisão de Haia, na Holanda. Seu óbito marca o fim de qualquer resquício de uma economia socialista na antiga FRY, então Sérvia e Montenegro.

A história da Iugoslávia foi marcada, do início ao fim, pela morte de seus maiores líderes, para o bem ou para o mal. Desde a morte do arquiduque Francisco Ferdinando, que precipitou a Primeira Guerra Mundial, até a morte de Tito, que simbolizou o fim da autonomia socialista iugoslava, a queda de um líder precedeu a uma mudança de paradigma. Com o fim de Milosevic, também teve fim o controle estatal sobre os preços de mercado, o protecionismo e a estatização das empresas. É o fim de uma história com final feliz – para o mundo capitalista ocidental, é claro.

CONCLUSÃO

Através da análise da trajetória da região balcânica, mais especificamente onde emergiu o Estado da Iugoslávia, é possível concluir que o processo de constante dominação da região por diversos reinos e impérios e o advento das Guerras Mundiais acarretaram a construção de um Estado multiétnico e multinacional, que foi fomentado pelas grandes potências, mais por propósitos estratégicos do que qualquer outra coisa. Esse Estado, sustentado pelo jogo de relações entre Ocidente e Oriente, não sobreviveu muito além da morte de Tito, já que não estava suficientemente consolidado para arcar com as revoltas separatistas e para suportar a sua entrada no jogo do capitalismo ocidental.

A Iugoslávia inseriu-se no mundo pós-Guerra Fria, capitalista e de domínio norte-americano, de uma maneira sangrenta: as guerras de dissolução. A explicação do colapso deve passar, então, pela compreensão do jogo político que o modo de produção dominante no ocidente requeria: a necessidade de dominância de mercados e regiões, para a consolidação do imperialismo do capital sobre qualquer outra visão político-econômica (ARRIGHI, 1997). É possível encontrar, de fato, diversas respostas sobre a desconstrução do Estado Iugoslavo, tais como fatores étnicos, conflito político das elites, instabilidade econômica etc. No entanto, é impossível deixar de considerar como os binômios guerra-capital e coerção-sistema mundial afetaram significativamente as bases estatais no passado, no presente e no futuro balcânico.

De fato, é inaceitável considerar a desintegração da Iugoslávia como um mero conflito étnico de consequências trágicas, como mostra Woodward:

Os argumentos de animosidades étnicas históricas e um retorno ao passado pré-comunista são maneiras de descartar a consideração de o que colapsou e por quê. Eles são uma forma de dizer que não há nada para entender. Mas esta negação tem consequências sérias. Ou a conclusão é que todas as sociedades multiétnicas (grande parte do globo) devem desintegrar-se (e não há nada que os estrangeiros podem fazer para evitar isso ou sua violência a menos que a comunidade internacional ativamente facilite o apartheid étnico), ou a

conclusão é que a Iugoslávia era única, e não se podem tirar lições dessa tragédia. (1995: 21).

A análise do caso iugoslavo na perspectiva da teoria dos sistemas-mundo permitiu ver uma consistente série de interesses ocidentais em nome dos quais a intervenção na região foi organizada. E mais, revelou que a definição do papel dos grandes poderes mundiais, mais do que por considerações humanitárias, foi guiada pelo cálculo estratégico das variáveis econômicas envolvidas. Nesse sentido, foi necessário preparar o território para aceitar a ideologia hegemônica político-econômica ocidental, para que, com isso, a região balcânica, semiperiférica, pudesse se tornar uma área em que a dominação e a inserção na ordem capitalista mundial ocorressem sem resistência. Nessa perspectiva, a dissolução da Iugoslávia mostra-se um fenômeno lógico e coerente.

Assim, a desintegração dos regimes socialistas no leste foi influenciada e apoiada pelos centros de poder da economia mundial, tendo sido criada uma ideologia de “conflito étnico” para justificar todas as atrocidades decorrentes dessa influência. E por esta razão é imprescindível a análise do sistema mundial da época e da atuação de seus principais componentes no caso balcânico, até porque “as relações internacionais só podem ser bem compreendidas dentro do contexto desse sistema”¹⁰⁵ (STERLING-FOLKER, 2006, p. 200). É por isso que, mais uma vez, as palavras de Woodward soam adequadas:

Na verdade, a Iugoslávia foi mantida unida não pelo carisma de Tito, ditadura política, ou a repressão dos sentimentos nacionais, mas por um ato de equilíbrio complexo na arena internacional e uma economia mista e sistema político que proviam proteções governamentais de igualdade social e econômica e de soberania partilhada entre suas muitas nações. (...) Ao contrário do mito que se formou desde o fim da Iugoslávia, as rachaduras no sistema não foram as linhas de fratura entre as civilizações que se reuniram nos Bálcãs, mas aqueles que definiram a ordem interna do país e a sua posição internacional durante o período socialista. (1995: 21-22).

¹⁰⁵ A autora continua: “O capitalismo tem produzido notáveis aspectos de política mundial atualmente, como disparidades econômicas entre Estados-nação e a habilidade dos mais avantajados economicamente de utilizar a violência, ou a exploração por outras formas, com o fim de manter essas vantagens” (STERLING-FOLKER, 2006, p. 200).

As guerras de dissolução acabaram por reduzir um Estado que já estava em pedaços a partículas menores ainda. Os gastos militares e a formação de exércitos precoces pelos então novos Estados, a pressão da mídia e da comunidade internacional em torno dos conflitos e a própria fragilidade estatal de cada uma das repúblicas foram fatores que destruíram não só prédios e territórios, mas também o próprio Estado que havia ali.

Contudo, a guerra, além de destruir, também ajuda a reconstruir (ver Figura 15). A Alemanha investiu bastante na independência da Eslovênia e na estabilização da Croácia, antigas áreas de influência germânica. Os Estados da Sérvia, da Macedônia, de Montenegro e da Bósnia-Herzegovina, embora bastante aquém das expectativas européias, aos poucos procuram investir no seu desenvolvimento. São barrados, muitas vezes, por impossibilidades econômicas e pela própria falta de uma base estatal que permita tais mudanças.

Porém, com a União Européia ao seu lado, e disposta a “estender a mão aos seus irmãos menos favorecidos” – já que ela nada ganharia a não ser um mercado em expansão, a possibilidade de controlar os conflitos de perto e de manipular e dominar uma das áreas mais problemáticas e frágeis do mundo, a tendência é que essas estruturas estatais sejam desenvolvidas. De forma lenta, é verdade. Mas também de forma progressiva. A dinâmica do sistema mundial têm transformado e moldado os Bálcãs Ocidentais. A Eslovênia prontamente tomou o caminho da prosperidade e da democracia, seguida mais lentamente por Croácia e Macedônia, deixando a Bósnia-Herzegovina, controlada pela ONU, mas ainda etnicamente dividida, esforçando-se para alcançar a estabilidade.

As palavras de Freyberg-Inan resumem perfeitamente as conclusões deste estudo:

As lições da estratégia dos poderes centrais no processo de dissolução da Iugoslávia são claras. Acesso a mercado, mão de obra e recursos semiperiféricos, e condições sob as quais todos os três podem ser explorados com a máxima facilidade e lucro, serão garantidos, se necessário à força e com pouca consideração ao sofrimento humano. É provável que, enquanto

you are reading these words, these dynamics are taking place in some other part of the world. What are the strategic economic considerations that guide contemporary military interventions? Who is defending their own privileged access to what, where and against whom? World systems theory teaches us to ask these vital questions, so that we are not misled by the rhetoric of those who have an interest in deceiving us. It also teaches us that, as long as global capitalist relations of exploitation continue to prevail, the structural violence inherent in this system will continue to provoke violent conflicts, bring about continuous injustice, deprivation, and unimaginable suffering to human beings and communities around the globe. (2006: 240).

Would Yugoslavia have remained united in the post-Cold War era if there had been no international intervention? This is a question that remains to be answered in future studies, as it depends on a thorough investigation of the internal political dynamics in Yugoslavia during the Tito era, as well as the relationships between the different social groups in Yugoslavia, in order to dispel once and for all the ethnic argument that frequently depoliticizes the question. In addition, in terms of research agenda, issues such as the displacement of refugees, pan-Balkan terrorism (especially strong among the Albanians in Macedonia) and the viability of Kosovo as an independent state should constitute the major questions about the Balkans in the coming years.

APÊNDICE

Após a análise da trajetória balcânica de construção e desconstrução estatal, na perspectiva da interferência das grandes potências, é possível afirmar que guerra, sistema internacional e capital formam uma triangulação imprescindível para a compreensão dos Estados balcânicos que se tem hoje, com a desintegração da Iugoslávia. Em 2003, a República Federal da Iugoslávia foi renomeada como Sérvia e Montenegro, as duas repúblicas restantes, e em 2006, através de referendo, os montenegrinos separam-se da Sérvia, sepultando de vez o sonho de união dos povos eslavos do sul. O resultado da trajetória balcânica de criação e consolidação estatal é a formação de seis Estados eslavos, díspares em índices de qualquer natureza em relação aos seus vizinhos europeus, e donos de um passado recente sangrento e de Estados desestruturados interna e externamente.

Em função da dificuldade de se encontrar e de se analisar determinados índices, este estudo adota como parâmetros de aferição os critérios estatísticos da Polity IV (ver Tabela 3), além de graus de democracia aferidos pela Freedom House (ver Tabela 4), que faz uma estatística de liberdades civis e direitos políticos. Índices de IDH e GINI (ver Tabela 5) e gastos militares em relação ao PIB e número de pessoal (ver Tabela 6) serão igualmente analisados. Além desses critérios, também é importante o exame de fatores como o PIB total e per capita, crescimento populacional, gastos militares, desemprego e dívida externa, para um painel mais geral do que acontece atualmente nos Estados balcânicos (ver Tabela 7).

Das seis ex-repúblicas iugoslavas¹⁰⁶, duas precisam ser ressaltadas, em função de condições e conjunturas peculiares. A Eslovênia, tanto por ser historicamente território de ocupação do Império Austro-Húngaro, como por nunca realmente ter se encaixado com os ideais eslavos de criação estatal, saiu praticamente incólume das guerras de dissolução da Iugoslávia. Seu

¹⁰⁶ Para os fins deste trabalho, Kosovo não será considerado como Estado independente, já que não possui reconhecimento estatal por parte de toda a comunidade internacional, muito embora a União Européia já o considere como candidato potencial, ainda que sob a égide da Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU.

território não foi alvo de destruições, a guerra dos dez dias foi mais um „duelo entre cavalheiros“ e a separação foi, por assim dizer, indolor. Conforme Thomas e Mikulan, “a Eslovênia organizou-se rapidamente como uma democracia plena e funcional e uma economia liberal competitiva, conforme os padrões ocidentais; em 29 de Março de 2004, tornou-se o primeiro Estado da ex-Iugoslávia a aderir à OTAN, e em 1º de Maio, à União Européia” (2006: 20). Ademais, conforme é possível ver pelas tabelas apresentadas neste estudo, o país apresenta índices de desenvolvimento compatíveis com os demais Estados-membros.

Em relação à Croácia¹⁰⁷, embora o país tenha sido palco de guerrilhas sangrentas durante as revoltas separatistas, sua recuperação política e econômica foi bem mais surpreendente do que as demais ex-repúblicas, embora não tanto quanto a Eslovênia. Quanto aos índices de violência, Doric explica que “a área de sombra entre a corrupção política, crime organizado e os serviços de segurança não é tão pronunciada como em outros países dos Balcãs” (DORIC, 2009: 181). As negociações com a UE estão em ritmo acelerado, e os níveis de desenvolvimento do país, apesar de não serem brilhantes, também não são preocupantes. Também pudera, visto a sua trajetória de capital intenso, e ainda porque, quando república, constituía a base de sustentação econômica do Estado iugoslavo, somada à Eslovênia. Como Thomas e Mikulan explicam:

A devastação econômica, as suspeitas internacionais sobre o presidente Tudjman e o comportamento das tropas croatas em Krajina e na Bósnia-Herzegovina fizeram o caminho da Croácia rumo a uma democracia ocidental, ao estilo europeu e a uma economia liberal, mais longo e tortuoso do que havia sido para a Eslovênia. No entanto, a morte de Tudjman em 10 de dezembro de 1999, a eleição do (mais aceitável internacionalmente) Presidente Stjepan Mesic em 27 de janeiro de 2000, e o crescimento da economia deixaram a perspectiva de uma eventual adesão à NATO e à UE mais próxima. (THOMAS E MIKULAN, 2006: 56)¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Para uma análise mais detalhada da conjuntura croata, consultar o Nations in Transit 2009 Final Report – Croatia, publicado pela Freedom House, disponível em <http://www.freedomhouse.org/uploads/nit/2009/Croatia-final.pdf>.

¹⁰⁸ A Croácia completou o processo de adesão à OTAN em 1º de abril de 2009.

Os quatro Estados restantes da desintegração – Sérvia, Macedônia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina - é que constituem o objeto de preocupação deste estudo. Apresentam índices de desenvolvimento incompatíveis com o restante da Europa, embora estes mesmos índices sejam superiores à maioria dos países dos outros continentes. Curiosamente, estes quatro Estados passaram pelo mesmo caminho de coerção intensa de que Tilly (1996) fala, e são as regiões europeias com maior dificuldade de crescimento econômico – o barril de pólvora europeu encontra-se exatamente ali.

A Sérvia¹⁰⁹, um dos territórios mais impactados com a destruição causada pelas guerras iugoslavas de dissolução, tem produzido resultados medíocres em matéria de política interna. A Freedom House classifica-o como democrático¹¹⁰, mas isso porque separa o território de Kosovo do Estado sérvio; lembre-se que a região continua sobre protetorado da ONU. Ainda, questões como corrupção, descentralização de poder e promoção de direitos humanos ainda são tarefas árduas para o Estado sérvio. Por outro lado, embora ainda bem longe de cumprir a cartilha europeia de requisitos para tornar-se membro da UE, o país vem produzindo avanços significativos, em contraste com tudo o que passou. Talvez um dos reinos mais afetados pela trajetória de coerção intensa de construção estatal, a Sérvia luta para reconstruir o Estado, já que herdou da Iugoslávia uma estrutura estatal minimamente aceitável. Entretanto, nas palavras de Thomas e Mikulan, “a Sérvia, com uma economia fraca e uma infraestrutura que ainda sofre com os danos do bombardeio da OTAN, está chegando a um acordo com influência política reduzida, e está dolorosamente saindo desta década como o pária da Europa” (2006b: 55).

Kosovo encontra-se em uma situação de completa dependência econômica e de governança do exterior, ao invés de autonomia. Se os kosovares albaneses tivessem utilizado uma estratégia de auto-capacitação

¹⁰⁹ Sobre a conjuntura sérvia, o Nations in Transit 2009 Final Report – Serbia, publicado pela Freedom House, dá um panorama excelente das principais dificuldades estatais. Disponível em <http://www.freedomhouse.org/uploads/nit/2009/Serbia-final.pdf>.

¹¹⁰ Lembrar que a região autônoma de Kosovo é considerada parcialmente livre pela Freedom House, portanto, na análise de dados sérvios, são excluídos os dados kosovares.

econômica, ao invés de depender de ajuda externa, a situação poderia ser diferente. Sobre Kosovo, afirma Freyberg-Inan:

É bastante claro que os poderes centrais que intervieram no conflito de Kosovo não tinham nenhum interesse em criar uma nova entidade política que pudesse se sustentar autonomamente e se desenvolver por si própria. Ao invés disso, eles intervieram para gerenciar relações dentro e com uma região semiperiférica na qual eles possuem interesses vitais e na qual a ordem, o acesso e a aderência à ideologia econômica dominante tinha que ser assegurada. (2003: 238).

Quanto à Macedônia, as principais preocupações concernem às elites albanesas, cujo choque com as elites locais ainda causa entraves em termos de direitos humanos e democracia. Contudo, conforme Daskalovski, “como em uma série de outros países do Leste Europeu, as reformas na Macedônia nos últimos 15 anos têm se focado em duas questões: construção de Estado e criação de uma base jurídica para uma economia de mercado” (2009: 348). O país já se enquadra como candidato-membro da UE, no entanto precisa avançar bastante em relação às reformas econômicas, como mostram os números apresentados neste estudo. Questões mal-resolvidas de consolidação democrática, segurança pública, refugiados kosovares e desenvolvimento econômico mostram que o país ainda possui um longo caminho a percorrer. É possível, porém, que uma eventual “adoção” do país por parte da UE faça com que essas reformas se acelerem¹¹¹.

Montenegro, região montanhosa e fracamente povoada, constituiu-se como Estado independente após a sua separação da Sérvia, em 2006. Apesar de ter conhecido uma modesta industrialização durante o período iugoslavo, através dos setores hidrelétricos, mineração e indústria florestal, e de possuir IDH elevado, o Estado com pouco mais de 600.000 habitantes possui grandes problemas no sentido de consolidação democrática. Problemas como efetividade e legitimidade política, corrupção e patrimonialismo, comuns aos demais Estados balcânicos, impedem que o país consolide suas estruturas políticas. Nesse sentido, “Montenegro enfrenta o desafio de trazer uma

¹¹¹ Para mais informações, consultar o EU Progress Report on Macedonia, de 2008, disponível em http://ec.europa.eu/enlargement/press_corner/key-documents/reports_nov_2008_en.htm.

mudança fundamental a uma sociedade pequena e confortável com a tradição do uso de relacionamentos para fazer as coisas. Através de repetidas violações da Constituição, as forças dominantes não conseguem defender o respeito pela lei básica que sustenta todas as outras leis no país” (MCLEAN, 2009:386). A desconfiança nas instituições e o caráter patrimonialista das relações sociais montenegrinas são fatores que impedem o avanço político necessário para dar bases políticas sólidas a um melhor desenvolvimento econômico.

A Bósnia-Herzegovina é, provavelmente, o caso mais triste a ser analisado neste estudo. É o país com menores índices em relação à Europa, e encontra constantes problemas relacionados à diversidade étnica, corrupção, níveis de violência e estrutura econômica e à administração internacional da ONU. Por assim dizer, de todos os Estados analisados até agora, é o que mais sofreu com conflitos étnicos e com as guerras de dissolução. No entanto, embora os principais conflitos tenham acabado, a situação bósnia só parece piorar. Conforme Jelusic:

O nacionalismo competitivo entre os três principais grupos étnicos da Bósnia-Herzegovina causou quase paralisia nas instituições do Estado em 2008. Como resultado, o país deixou de realizar progressos concretos para abordar as condições relevantes para a integração euro-atlântica. (...) várias análises alegaram que a situação no país piorou gravemente, com uma conclusão de que a Bósnia-Herzegovina "não estava à beira de uma guerra, mas também não estava seguindo pelo sentido contrário". (JELISIC, 2009: 128).

A falta de confiança da população civil na administração internacional pela ONU do território bósnio também contribuiu para a carência de legitimidade e efetividade desta última, que sofreu constantes conflitos com as elites locais. A forma de condução da administração da ONU não convencia a maior parte da população, já que a mesma não possuía a devida accountability sobre a gestão política local, e como lembra Caplan¹¹², “a falta de

¹¹² O autor ainda cita como um dos problemas da gestão da ONU na Bósnia-Herzegovina a ausência de um poder executivo total para a reorganização estatal. Conforme ele, “ a experiência da administração internacional da Bósnia sugere que é preferível que os administradores provisórios possuam o poder de exercer a autoridade executiva plena. Sem essa autoridade, os agentes internacionais podem ser frustrados em seus esforços para alcançar os objetivos do seu mandato, quando confrontado com a oposição dos atores locais, cujos objetivos estratégicos diferem daqueles da comunidade internacional”

accountability manda a mensagem errada para um povo cuja democracia ainda está em sua infância” (2004: 62).

Não obstante todas as ex-repúblicas iugoslavas possuírem índices políticos, econômicos e sociais inferiores aos demais Estados europeus, ainda conseguem ficar acima da maioria dos estados latino-americanos e africanos, por exemplo. Daí poder-se-ia questionar a importância desses números. No entanto, é preciso ponderar que o continente europeu, como um todo, possui a trajetória mais bem-sucedida de construção estatal, mas não está livre de tropeços e novos conflitos dentro do seu território. Ademais, com a importância da União Europeia em termos de processo de integração e modelo de governança supranacional, e considerando o seu inevitável alargamento para o leste, é essencial entender porque estes Estados, também europeus, possuem dificuldades de construção e consolidação estatal. Nesse sentido, as tabelas deste estudo citam, por vezes, estatísticas de países como a França, a Itália e a Alemanha, para que a comparação se faça em termos relativos europeus.

(CAPLAN, 2004: 63). Apesar disso, o mesmo autor lembra que “autoridade executiva completa, entretanto, não se traduz necessariamente em resultados sustentáveis” (op. cit).

BIBLIOGRAFIA

ACCETTO, Matej. On Law and Politics in the Federal Balance: Lessons from Yugoslavia. **Review of Central and East European Law**, 32 (2007) 191-231.

ACCIOLLY, Hildebrando et. al. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALLCOCK, John B. **Explaining Yugoslavia**. London, UK: C. Hurst & Co., 2000.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections of the Origin and Spread of Nationalism**. Nova York: Verso, 1991.

ANDERSON, Malcolm. **States and nationalism in Europe since 1945**. London: Routledge, 2000.

APOSTOLOVA, Maria Stefanova. Iugoslávia: crônica de uma crise. *In: RBPI*, v. 37, n. 1, p. 82-105, 1994.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARTURI, Carlos Schmidt. Governança Mundial, Estado e Democracia: considerações a partir de alguns estudos de caso. *In: Cena Internacional (UnB)*, v. 2, p. 108-121, 2005.

BAEV, Pavel et. all. **The implications of the yugoslav crisis for Western Europe's foreign relations**. Paris: Institute for Security Studies of WEU, 1996.

BAIER, Stephan; DEMMERLE, Eva. **Otto von Habsburg**. Die Biografie. Wien: Amalthea, 2002.

BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

BARYSCH, Katinka; TILFORD, Simon; WANLIN, Aurore. **The Lisbon Scorecard VII: Will globalization leave Europe stranded?** London: Centre for European Reform, 2007.

BASCIANI, Alberto; D'ALESSANDRI, Antonio (a cura di). **Balcani 1908: alle origini di un secolo di conflitti**. Trieste: Beit casa editrice, 2010.

BEARCE, David H. Institutional breakdown and international cooperation: the European agreement to recognize Croatia and Slovenia. **European Journal of International Relations**, Vol. 8, No. 4, 471-497 (2002).

BELOFF, Nora. **Yugoslavia: an avoidable war**. London: New European Publications, 1997.

BIRCH, Sarah. Democratic Elections in Macedonia, 1990-2002: Analyses, Documents and Data. *In: The Slavonic and East European Review*, Volume 84, Number 3, 1 July 2006, pp. 578-581.

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2003.

CAMPOS, João Luiz Mota de; CAMPOS, João Mota de. **Manual de direito comunitário**. 4. ed. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CAPLAN, Richard. **Europe and the Recognition of New States in Yugoslavia**. Cambridge University Press, 2007.

_____. International Authority and State Building: The Case of Bosnia and Herzegovina. **Global Governance**, Vol. 10, 2004.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Yugoslavia Transformed**. Abstract: NATIONAL INTELLIGENCE ESTIMATE. Pub Date: 10/1/1990. Case Number: F-1995-00796, http://www.foia.cia.gov/search.asp?PageNumber=1&freqReqRecord=nic_geo_eur.txt.

CEPIK, Marco. Inteligência e políticas públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. **Security and Defense Studies Review**, vol. 2 winter 2003.

_____. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas. **Security and Defense Studies Review**, Washington - DC, v. 1, n. 1, p. 01-19, 2000. Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/journal/PDF/cepik.pdf>.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1996.

CLÉMENT, Sophie. **Conflict prevention in the Balkans: case studies of Kosovo and the RYR of Macedonia**. Paris: Institute for Security Studies of WEU, 1997.

COHEN, Philip. J. **Serbia's secret war: propaganda and the Deceit of History**. 4th p. Texas, USA: Texas A&M University Press, 1999.

CRAIG, Gordon A. **Germany: 1866-1945**. New York: Oxford University Press, 1978 .

CRAWFORD, Beverly. Explaining defection from international cooperation. *In: World Politics* 48 (july 1996), 482-521.

DAALDER, Ivo H.; O'HANLON, Michael E. **Winning ugly: NATO's war to save Kosovo**. Washington, D. C.: The Brookings Institution, 2000.

DASKALOVSKI, Zhidas. **Macedonia**: Nations in Transit 2009. Freedom House, 2009. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/uploads/nit/2009/Macedonia-final.pdf>

DJILAS, Aleksa. **Yugoslavia**: dictatorship and disintegration, 1980-1996. Editora Hurst, 2004.

DJORDJEVIC, Jovan. **La Yougoslavie**: démocratie socialiste. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

DOKANOVIC, Tihomir. Las deudas – foco de la crisis em la economía mundial. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 8-9, p. 70-82, agosto-septiembre 1986.

DORIC, Petar. **Croatia**: Nations in Transit 2009. Freedom House, 2009. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/uploads/nit/2009/Croatia-final.pdf>

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FABINC, Ivo. Sistema de relaciones económicas con el exterior. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 1, p. 132-143, enero 1986.

FABINC, Ivo; KALOGJERA, Drazen. Procesos en el mundo contemporáneo y las relaciones entre Yugoslavia y el mundo. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 1-2, p. 16-34, enero-febrero 1987.

FINLAN, Alastair. **The Collapse Of Yugoslavia: 1991-1999**. Great Britain: Osprey Publishing, 2004.

FLOUNDERS, Sara. **Bosnia tragedy**: the unknown role of the U.S. Government & Pentagon. International Action Center, 1995.

FRANÇA, Paulo Roberto Caminha de Castilhos. **A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de “Intervenção Humanitária”**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRAQUELLI, Antonio Carlos C. Kosovo, um elo militar para o século XXI. *In: Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 100-123, 1999.

FREYBERG-INAN, Annette. A Bird's Eye View of the World Capitalist Order. *In: STERLING-FOLKER, Jennifer. Making sense of international relations theory*. United States of America: Lynne Rienner Publishers, 2006.

GAGNON JR., V. P. **The myth of ethnic war: Serbia and Croatia in the 1990s**. Cornell University Press, 2004.

GALLAGHER, Tom. **The Balkans After the Cold War: From Tyranny to Tragedy**. New York: Routledge, 2003.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GLENNY, Misha. **The Balkans: Nationalism, War and the Great Powers (1804-1999)**. London: Granta Books, 1999.

_____. **The Fall of Yugoslavia**. Third Edition. London: Penguin Books, 1996.

GLIGOROV, Kiro. Perspectivas de la reforma económica. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 1-2, p. 42-49, enero-febrero 1989.

GNESOTTO, Nicole. **Lessons of Yugoslavia**. Paris: Institute for Security Studies of WEU, 1996.

GOW, James. Deconstructing Yugoslavia. *In: Survival*, vol. 33 (July/August 1991), p. 308.

_____. **Triumph of the Lack of Will: International Diplomacy and the Yugoslav War**. New York: Columbia University Press; London: Hurst, 1997.

GRANT, Charles. **Europe's blurred boundaries: Rethinking enlargement and neighbourhood policy**. London: Centre for European Reform, 2006.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control.** Princeton-NJ: Princeton University Press, 2000.

HERMET, Guy. **Histoire des nations et du nationalisme en Europe.** Paris: Éditions du Seuil, janvier 1996.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914.** 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLBROOKE, Richard. **To End a War.** New York: The Modern Library, 1998.

HORELICK, Arnold L.; JOHNSON, A. Ross. **Communist Political Succession: U.S. Policy Toward Post-Tito Yugoslavia.** The RAND Corporation, R-1058-DOS (abridged), June 1972.

HÖSLER, Joachim. **Slovenia: storia de una giovane identità europea.** Trieste: Beit casa editrice, 2008.

HUDSON, Kate. **Breaking the south slav dream: the rise and fall of Yugoslavia.** London: Pluto Press, 2003.

JELISIC, Jasna. **Bosnia-Herzegovina: Nations in Transit 2009.** Freedom House, 2009. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/uploads/nit/2009/Bosnia-final.pdf>

JUDAH, Tim. **The Serbs: History, Myth and the Destruction of Yugoslavia.** Yale University Press, 3rd Edition, 2009.

_____. **Kosovo: What Everyone Needs to Know.** New York: Oxford University Press, 2008.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: Uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KADARE, Ismail et. all. **The Southern Balkans: Perspectives from the Region**. Paris: Institute for Security Studies of WEU, 2001.

KAGARLITSKY, Boris. **Empire of the Periphery: Russia and the World System**. London: Pluto Press, 2008.

KAPLAN, Robert D. **Balkan Ghosts: A Journey Through History**. Picador USA, 2005.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus: 1989.

KLEMENCIC, Matjaz. **The International Community's Response to the Yugoslav Crisis: 1989-1995**. Paper presented at EES Noon Discussion on January 11, 2006. Disponível em: www.wilsoncenter.org/topics/pubs/MR320Klemencic.doc

KOVAC, Oskar. Yugoslavia y el nuevo orden económico internacional. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 8-9, p. 55-69, agosto-septiembre 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAMPE, John R. **Yugoslavia as history: twice there was a country**. Snd. edition, Cambridge University Press, 2000.

LE MONDE. **Were the Racak dead really coldly massacred?**. Published: January 21, 1999. Disponível em: <http://www.srpska-mreza.com/ddj/Racak/Articles/LeMonde990121-Eng.html>

LEVINSON, David. **Ethnic Groups Worldwide: A Ready Reference Handbook**. Phoenix, Arizona: The Oryx Press, 1998.

LÓPEZ-ALVES, Fernando. **State Formation and Democracy in Latin**

America: 1810-1900. Durham & London: Duke University Press, 2000.

LOS ANGELES TIMES. Yugoslavia: Referendum on republic's independence could fuel further strife. Published: May 20, 1991. Disponible em: http://articles.latimes.com/1991-05-20/news/mn-1484_1_croatian-independence

MALCOLM, Noel. **Bosnia: A Short History.** London: London Macmillan, 1994.

_____. **Kosovo: A Short History.** Pan Books, 2000.

MARJANOVIC, D; et al. The peopling of modern Bosnia-Herzegovina: Y-chromosome haplogroups in the three main ethnic groups. *In: Annals of Human Genetics* 69 (6): 757–763, 2005.

MARSHALL, Monty G.; COLE, Benjamin R. **Global Report 2009: Conflict, Governance, and State Fragility.** Center for Systemic Peace, Center for Global Policy, 2009.

McLEAN, Lisa. **Montenegro: Nations in Transit 2009.** Freedom House, 2009. Disponible em: <http://www.freedomhouse.org/uploads/nit/2009/Montenegro-final.pdf>

McNEILL, William. **The Pursuit of Power.** Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MENDELOFF, David. 'Pernicious History' as a Cause of National Misperceptions: Russia and the 1999 Kosovo War. *In: Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association* Vol. 43(1): 31–56. © NISA 2008.

MINGST, Karen A. **Essentials Of International Relations.** 2nd edition. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

MINIC, Milos. Yugoslavia y las relaciones políticas y económicas internacionales. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 2, p. 36-51, febrero 1986.

NSD, Norwegian Science Database. **European Election Database**: Slovenia, 2010. Disponível em: http://www.nsd.uib.no/european_election_database/country/slovenia/introduction.html

OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON, Niels P. **Globalization**: a short history. Princeton University Press, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Kosovo: a desintegração do mosaico iugoslavo. *In: Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 137-150, 1999.

_____. Lições de Kosovo: o silêncio da mídia à luz dos Acordos de Rambouillet. *In: Folha da História*, Porto Alegre, v. 30, 01 out. 1999.

PFETSCH, Frank R. **A União Européia: história, instituições, processos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial, 2001.

RADAN, Peter. Yugoslavia's internal borders as international borders: a question of appropriateness. **East European Quarterly**, XXXIII, n. 2, June 1999.

RAMET, Sabrina P. **Thinking about Yugoslavia**. Cambridge University Press, 2005.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do caos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Un mundo sin rumbo**. Madrid, España: Editorial Debate, 1997.

REKACEVICZ, Philippe. Boundaries of Eastern Europe. *In: Le Monde diplomatique*. February 2008. Disponível em: <http://mondediplo.com/2008/02/11maps>

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAMARY, Catherine. Dismantling Yugoslavia. *In: Le Monde diplomatique*. November 1998. Disponível em: <http://mondediplo.com/1998/11/14yugo1>

_____. **Yugoslavia dismembered.** New York University, 1995.

SHARED HUMANITY.ORG. Bosnia, Gross Human Rights Violations in. Disponible em: <http://www.sharedhumanity.org/LibraryArticle.php?heading=Bosnia,GrossHumanRightsViolationsin>

SILBER, Laura; LITTLE, Allan. **Yugoslavia: A Death of a Nation.** London: Penguin Books, 1997.

SMITH, Anthony D. **Nations and Nationalism in a Global Era.** Cambridge-UK: Polity Press, 1995.

SPI LJAK, Mika. Política interna y exterior de Yugoslavia. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 5, p. 03-18, mayo 1984.

SPRUYT, Hendrik. "War, Trade and State Formation" *In: BOIX, Carles & STOKES, Susan. [eds]. The Oxford Handbook of Comparative Politics.* Oxford: Oxford University Press, 2007.

SOARES, Jurandir. **Iugoslávia: guerra civil e desintegração.** Porto Alegre: Editora Novo Século, 1999.

STOJANOVIC, Srboljub. Las tendencias básicas en la economía mundial y Yugoslavia. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 7-10, p. 89-103, julio-octubre 1988.

STOJANOVIC, Stanislav. El concepto de Tito de la política exterior. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 5, p. 19-58, mayo 1984.

THE INDEPENDENT. **Muslims 'slaughter their own people':** Bosnia bread queue massacre was propaganda ploy, UN told. Published: Saturday, 22 August 1992. Disponible em: <http://www.independent.co.uk/news/1541801.html>

_____. **Serbs to reconsider Vance-Owen plan:** In unexpected climbdown, Bosnian Serbs call parliamentary meeting to discuss peace proposal and agree to attend all-faction summit in Athens. Published: Friday, 30 April 1993. Disponible em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/458223.html>

_____. **KLA veterans linked to latest bout of violence in Macedonia.**
 Published: Monday, 12 March 2001. Disponível em:
<http://www.independent.co.uk/news/world/europe/kla-veterans-linked-to-latest--bout-of-violence-in-macedonia-686995.html>

THE NEW YORK TIMES. **Dispute About Violence Continues in Yugoslavia.**
 Published: May 6, 1991. Disponível em:
<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9D0CE3DD153BF935A35756C0A967958260>

_____. **Intense Fighting in Sarajevo Traps 350 From U.N. Staff.**
 Published: May 15, 1992. Disponível em:
<http://www.nytimes.com/1992/05/15/world/intense-fighting-in-sarajevo-traps-350-from-un-staff.html>

THE TELEGRAPH. **Serb prisoners 'were stripped of their organs in Kosovo war'.** Published: 12:01AM BST 11 Apr 2008. Disponível em:
<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1584751/Serb-prisoners-were-stripped-of-the-ir-organs-in-Kosovo-war.html>

THOMAS, Nigel; MIKULAN, K. **The Yugoslav Wars (1).** Great Britain: Osprey, 2006.

_____. **The Yugoslav Wars (2).** Great Britain: Osprey, 2006.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992.** São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Democracy.** Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2007.

_____. "Western State Making and Theories of Political Transformation", in C. Tilly (ed.), **The Formation of National State in Western Europe.** Princeton, NJ, Princeton University Press, 1975.

TUDJMAN, Franjo. All We Croatsians Want Is Democracy. In: **The New York Times**, Published: June 30, 1990. Disponível em:
<http://www.nytimes.com/1990/06/30/opinion/all-we-croatsians-want-is-democracy.html?scp=12&sq=%22franjo+tudjman%22&st=nyt>

UNIÃO EUROPÉIA. Press-release 11605/03 (Presse 218), de 29 de Julho de 2003. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/03/218&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>

VATANSEVER, Muzaffer. The Corridor VIII Project: Albania and Macedonia. *In: The Journal of Turkish Weekly*, Friday, 14 November 2008. Disponível em: <http://www.turkishweekly.net/news/61276/the-corridor-viii-project-albania-and-macedonia.html#table35>

VEIGA, Francisco. **Slobo**: uma biografia no autorizada de Milosevic. Barcelona, Espanha: Debate, 2004.

VERDERY, Katherine. "Para onde vão a 'nação' e o 'nacionalismo'?", in BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

VILOGORAC, Sead. A economia iugoslava: o estado atual e suas perspectivas com referência especial ao programa de estabilização. *In: Ensaios FEE*, Porto Alegre, 7(2): 31-40, 1986.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A fragmentação da Iugoslávia: paradigma da afirmação das estruturas hegemônicas de poder. *In: Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 124-136, 1999.

_____. A guerra da Otan contra a Iugoslávia. *In: Extra classe*, Porto Alegre, v. 4, n. 31, p. 23, 1999.

_____. **As Guerras Mundiais (1914-1945)**: O desafio germano-japonês à ordem anglo-americana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

VUKCEVIC, Risto. El curso histórico contemporáneo como pauta para salir de la crisis. *In: Cuestiones Actuales del Socialismo*, n. 1-2, p. 50-55, enero-febrero 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **O sistema mundial moderno**. V. I. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **The politics of the world economy**: The states, the movements, and the civilizations. Cambridge, Great Britain: Cambridge University Press, 1991.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UNB, 1991.

WEST, Richard. **Tito and the Rise and Fall of Yugoslavia**. New York: Carroll & Graf Publishers, 1996.

WOODWARD, Susan L. **Balkan Tragedy: Chaos and Dissolution after the Cold War**. Washington-DC: The Brookings Institution, 1995.

ILUSTRAÇÕES



Figura 1. Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, 1918. Fonte: JUDAH, 2009.

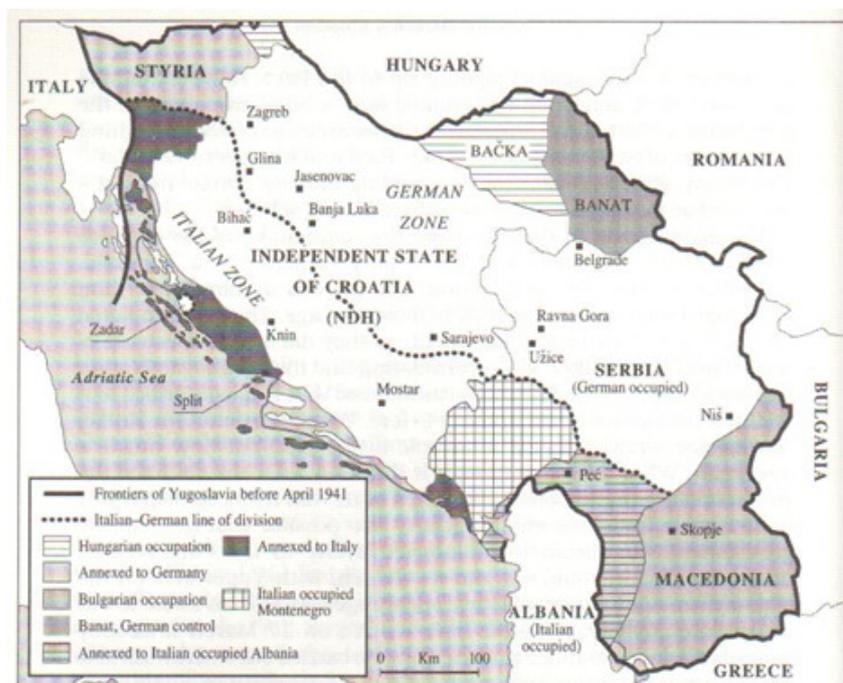


Figura 2. Ocupação estrangeira da Iugoslávia durante a Segunda Guerra Mundial, 1941. Fonte: JUDAH, 2009.



Figura 3. República Federativa Socialista da Iugoslávia, 1945-1991. Fonte: JUDAH, 2009.



Figura 4. O mosaico étnico da Iugoslávia. Fonte: KAPLAN, 2005.

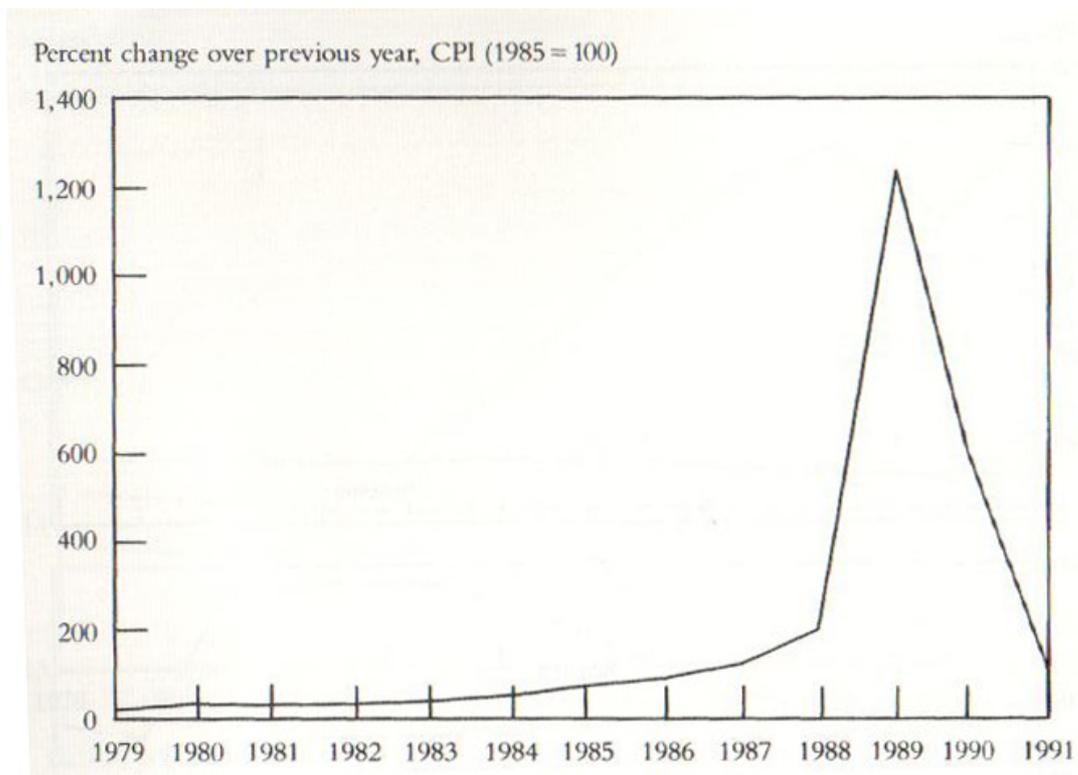


Figura 5. Taxas de inflação anual na Iugoslávia, 1979-1991. Fonte: WOODWARD, 1995.

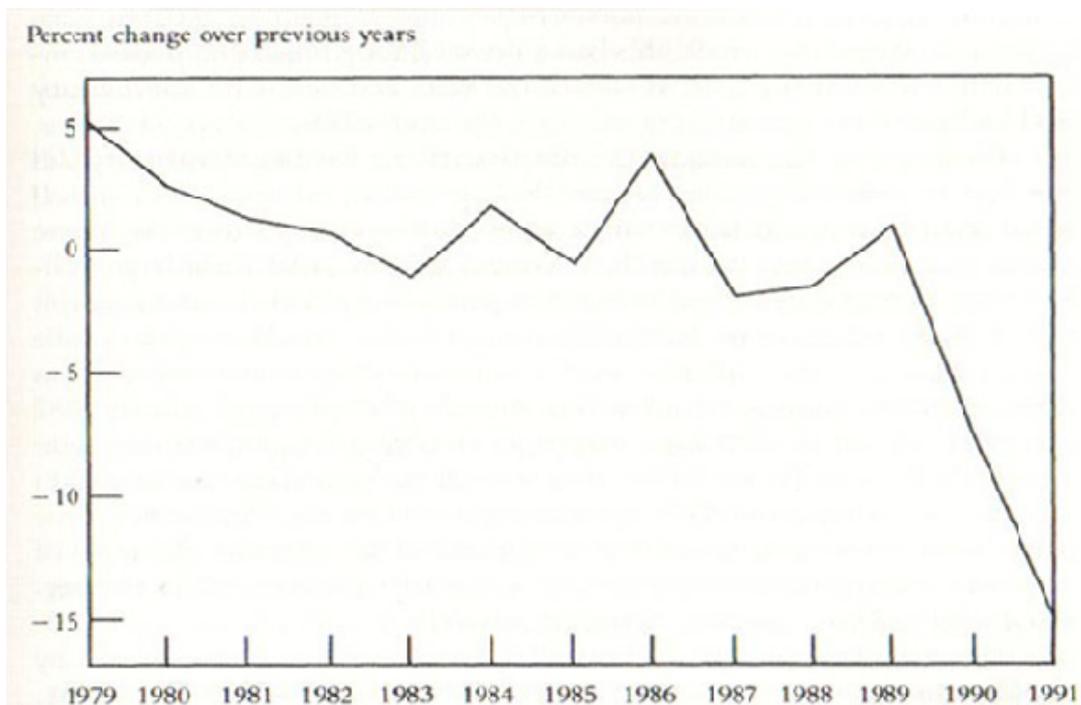


Figura 6. Crescimento do PIB na Iugoslávia, 1979-1991. Fonte: WOODWARD, 1995.

| <i>Indicator</i> | <i>1979</i> | <i>1980</i> | <i>1981</i> | <i>1982</i> | <i>1983</i> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Gross material product (produced) | 7.0 | 2.2 | 1.4 | 0.9 | -1.3 |
| Gross material product (consumed) | 9.7 | 1.3 | -0.8 | -4.8 | -3.6 |
| Personal consumption | 5.2 | 0.7 | -1.0 | -0.1 | -1.7 |
| Social consumption | 7.9 | 2.7 | -4.8 | -1.7 | -5.0 |
| Fixed investment | 6.4 | -1.7 | -9.8 | -6.2 | -13.0 |
| Final domestic demand | 5.8 | -1.8 | -4.4 | -2.2 | -5.5 |

Figura 7. Indicadores de produção iugoslavos, 1979-1983. Fonte: WOODWARD, 1995.

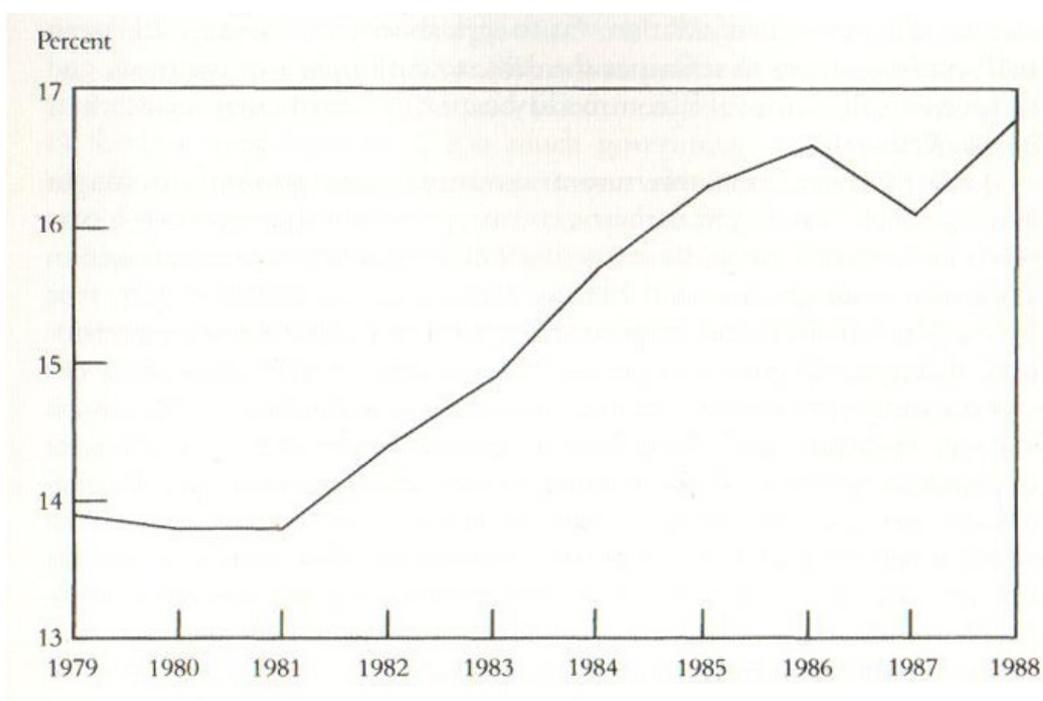


Figura 8. Taxa de desemprego iugoslava, 1979-1988. Fonte: WOODWARD, 2005.

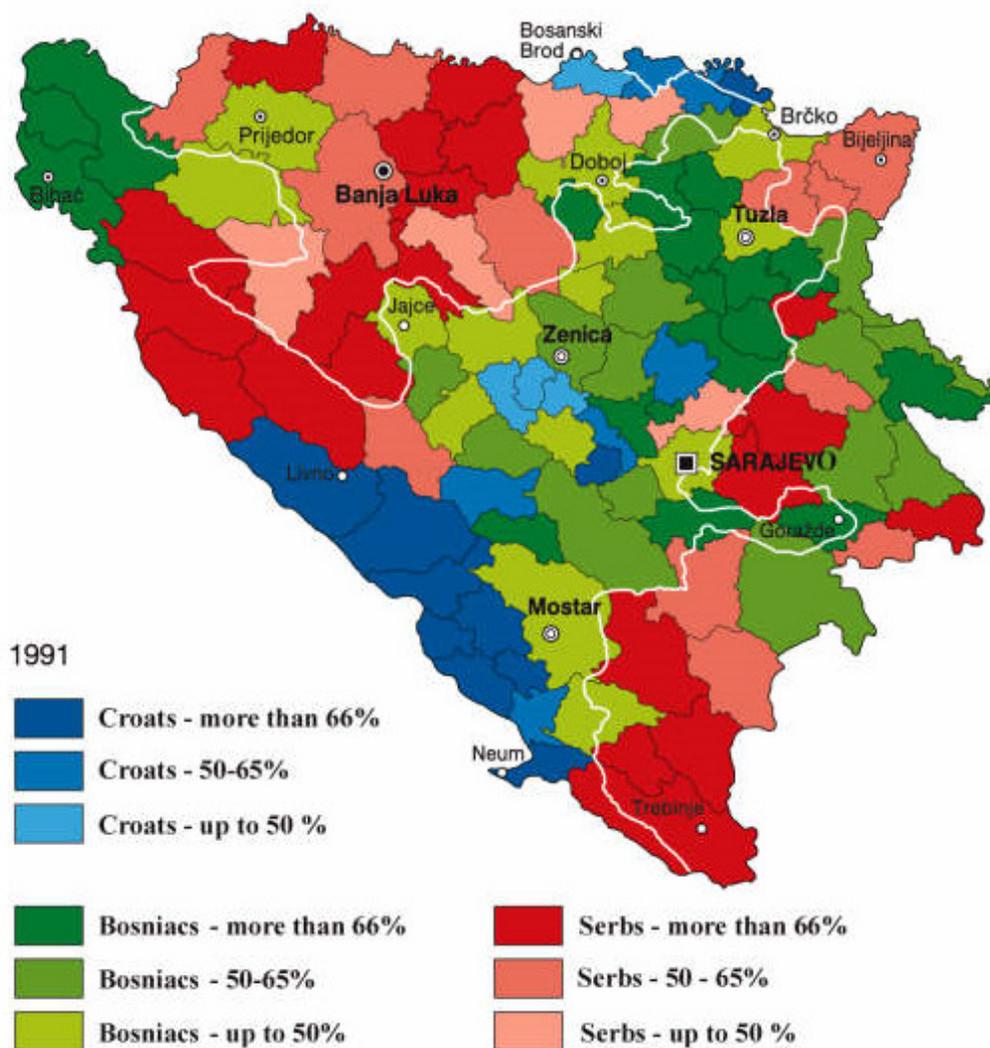


Figura 9. Composição etno-nacional da Bósnia-Herzegovina, 1991. Fonte: SHARED HUMANITY.ORG, 2011.

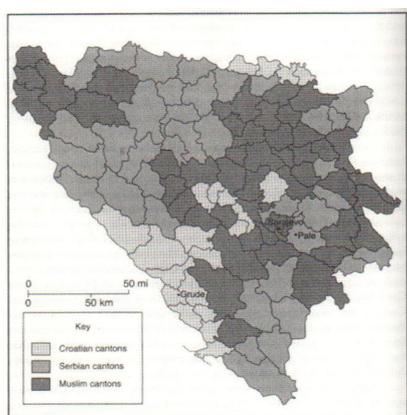


Figura 10. Bósnia-Herzegovina pelo Tratado de Lisboa, 1992. Fonte: WOODWARD, 1995.

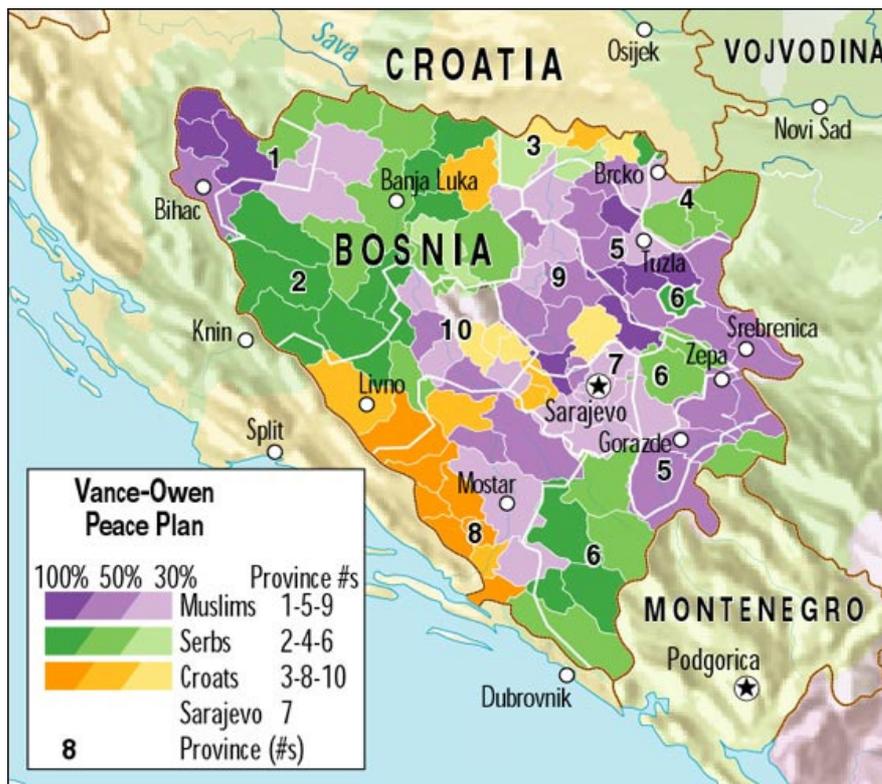


Figura 11. Bósnia-Herzegovina pelo Plano Vance-Owen, 1993. Fonte: KAPLAN, 2005.

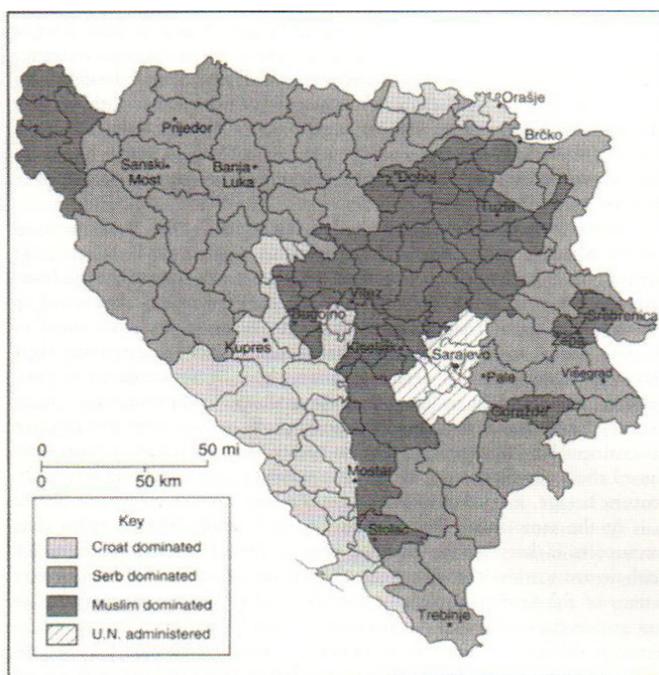


Figura 12. Bósnia-Herzegovina pelo Plano Owen-Stoltenberg, 1993. Fonte: WOODWARD, 1995.

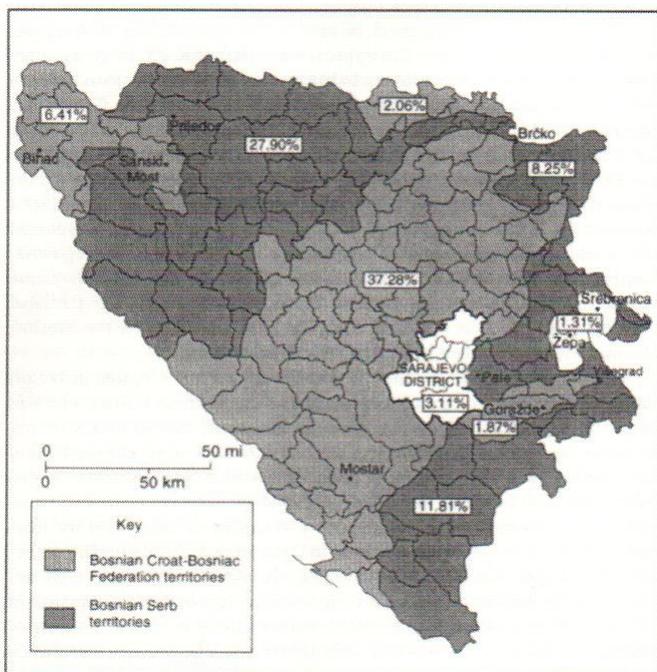


Figura 13. Bósnia-Herzegovina pelo Plano do Grupo de Contato, 1994.
 Fonte: WOODWARD, 1995.

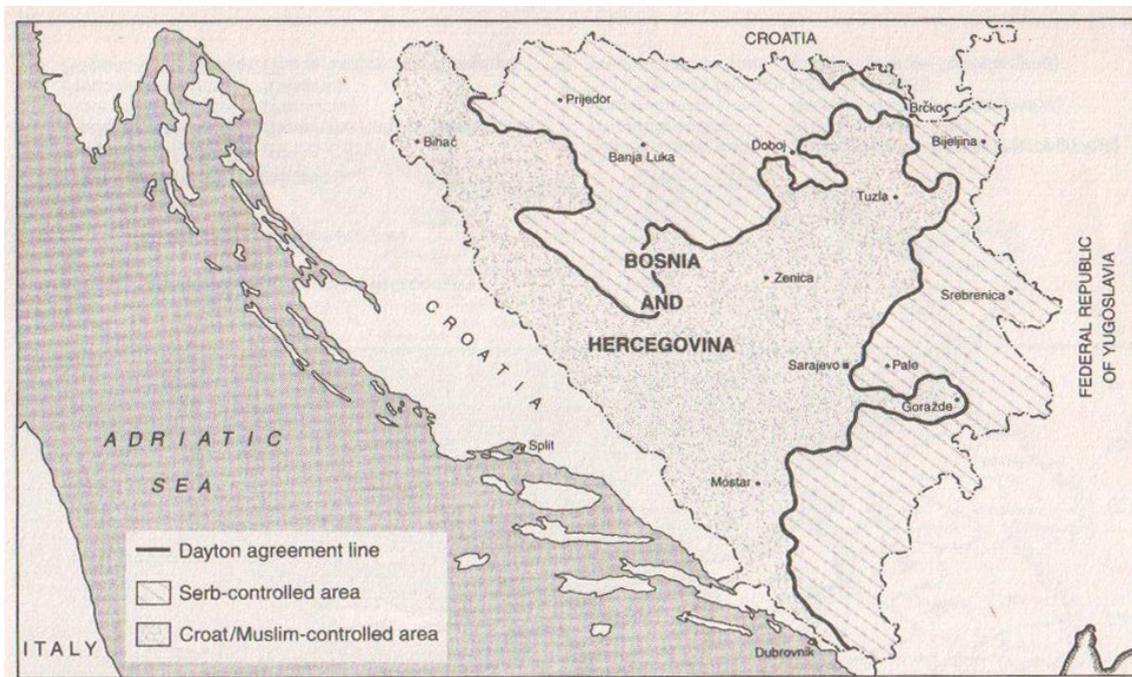


Figura 14. Bósnia-Herzegovina pelo Acordo de Dayton, 1995. Fonte: GLENNY, 1996.



Figura 15. As ex-repúblicas iugoslavas hoje. Fonte: REKACEVICZ, 2008.

TABELAS

| Party | Number of votes | Percentage | Seats |
|--|-----------------|------------|-------|
| Serbian Radical | 284,575 | 17.7 | 89 |
| Serbian Democrat | 319,448 | 19.9 | 94 |
| Serbian and Slovene Agrarian | 151,603 | 9.4 | 39* |
| Croatian Peasant | 230,590 | 14.3 | 50 |
| Slovene Populist and Croatian Clerical | 111,274 | 7.0 | 27 |
| Bosniak Muslim (JMO) | 110,895 | 6.9 | 24 |
| Dzemijet Muslim | 30,029 | 1.9 | 8 |
| Communist | 198,736 | 12.4 | 58 |
| Social Democrat | 46,792 | 2.9 | 10 |
| Croatian bourgeois (four lists) | 81,728 | 5.1 | 14 |
| Other (nine lists) | 41,865 | 2.5 | 6 |
| Total | 1,607,535 | 100.0 | 419 |

* Serbs received 30 seats and Slovenes, 9.

(taken from *East Central Europe between the Two World Wars*, by Joseph Rothschild, University of Washington Press, 1974)

Tabela 1. Eleições para a Assembléia Constituinte iugoslava, em 28 de novembro de 1920. Fonte: HUDSON, 2003.

| Percent (except total) | | | | |
|------------------------|------------|------------|------------|-----------|
| National group | 1961 | 1971 | 1981 | 1991 |
| Total | 18,549,291 | 20,522,972 | 22,427,585 | 23,528,23 |
| Serbs | 42.0 | 39.7 | 36.3 | 36.2 |
| Croats | 23.1 | 22.1 | 19.8 | 19.7 |
| Muslims | 5.2 | 8.4 | 8.9 | 10.0 |
| Albanians | 5.0 | 6.4 | 7.7 | 9.3 |
| Slovenes | 8.5 | 8.2 | 7.8 | 7.5 |
| Macedonians | 5.6 | 5.8 | 6.0 | 5.8 |
| Montenegrins | 2.8 | 2.5 | 2.6 | 2.3 |
| Yugoslavs | 1.7 | 1.3 | 5.4 | 3.0 |
| Other | 6.1 | 5.6 | 5.5 | 6.2 |

Tabela 2. Composição etno-nacional da Iugoslávia, 1961-1991. Fonte: WOODWARD, 1995.

| | Fragility Index | Effectiveness Score | Legitimacy Score | Security Effectiveness | Security Legitimacy | Armed Conflict Indicator | Political Effectiveness | Political Legitimacy | Regime Type | Economic Effectiveness | Economic Legitimacy | Net Oil Production or Consumption | Social Effectiveness | Social Legitimacy |
|------------|-----------------|---------------------|------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------|----------------------|-------------|------------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------------|-------------------|
| Bosnia | 5 | 3 | 2 | ■ | ■ | * | ■ | ■ | — | ■ | ■ | + | ■ | ■ |
| Macedonia | 5 | 3 | 2 | ■ | ■ | | ■ | ■ | DEM | ■ | ■ | + | ■ | ■ |
| Montenegro | 4 | 3 | 1 | ■ | ■ | | ■ | ■ | DEM | ■ | ■ | + | ■ | ■ |
| Serbia | 5 | 3 | 2 | ■ | ■ | * | ■ | ■ | DEM | ■ | ■ | + | ■ | ■ |
| Croatia | 3 | 1 | 2 | ■ | ■ | * | ■ | ■ | DEM | ■ | ■ | + | ■ | ■ |
| Slovenia | 0 | 0 | 0 | ■ | ■ | | ■ | ■ | DEM | ■ | ■ | X | ■ | ■ |

Tabela 3. Índice de Fragilidade Estatal, 2008¹¹³, pela Polity IV. Fonte: MARSHALL E COLE, 2009.

| | Direitos Políticos | Liberdades Civis | Status |
|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| Bósnia-Herzegovina | 4 | 3 | Parcialmente livre |
| Croácia | 1 | 2 | Livre |
| Eslovênia | 1 | 1 | Livre |
| Kosovo | 5 | 4 | Parcialmente livre |
| Macedônia | 3 | 3 | Parcialmente livre |
| Montenegro | 3 | 2 | Livre |
| Sérvia | 2 | 2 | Livre |

Tabela 4. Graus de Democracia¹¹⁴. Fonte: FREEDOM HOUSE, 2010.

¹¹³ Ícones vermelhos representam "alta fragilidade"; ícones alaranjados representam "fragilidade moderada"; ícones amarelos representam "baixa fragilidade"; ícones verdes significam "nenhuma fragilidade" (MARSHALL E COLE, 2009).

| | IDH / Ranking | GINI |
|--------------------|------------------------|------|
| Bósnia-Herzegovina | 0,81 / 76 ^o | 26,2 |
| Croácia | 0,87 / 45 ^o | 29 |
| Eslovênia | 0,92 / 29 ^o | 24 |
| Macedônia | 0,81 / 72 ^o | 39 |
| Montenegro | 0,83 / 65 ^o | 30 |
| Sérvia | 0,82 / 67 ^o | 30 |
| Alemanha | 0,94 / 22 ^o | 28 |
| França | 0,96 / 8 ^o | 28 |
| Itália | 0,95 / 18 ^o | 33 |

Tabela 5. IDH e GINI. Fonte: WORLD DATA BANK, 2008.

| | Contingente das Forças Armadas | Gastos Militares | Contingente das Forças Armadas |
|------------|--|---------------------------|-----------------------------------|
| | (% da força de trabalho total) 2000 - 2008 | (% of PIB) 2000 - 2008 | total 2000 - 2008 |
| Bósnia | 4,11 - 0,46 | * - 1,4 | 76000 - 9000 |
| Croácia | 5,13 - 1,1 | 3,09 - 1,82 | 101000 - 22000 |
| Eslovênia | 1,4 - 1,16 | 1,12 - 1,64 | 13500 - 12000 |
| Macedônia | 2,84 - 2,1 | 1,95 - 2,05 | 23500 - 19000 |
| Montenegro | * - * | ** - 1,46 | ** - 15000 |
| Sérvia | * - * | 5,35** - 2,28 | 135700** - 24000 |
| Alemanha | 0,55 - 0,58 | 1,48 - 1,28 | 221100 - 244000 |
| França | 1,48 - 1,23 | 2,55 - 2,3 | 389400 - 353000 |
| Itália | 2,17 - 1,73 | 2,04 - 1,76 | 503100 - 436000 |

Tabela 6. Estatísticas Militares. Fonte: WORLD DATA BANK, 2008.

* Dados não disponíveis. ** Os dados de Montenegro não constam pois estão somados aos da Sérvia, já que formavam um único Estado no ano de 2000.

¹¹⁴ O índice 1 representa o grau mais livre, e o 7 representa o menos livre.

| | População | Território (km ²) | PIB per capita (US\$) | Desemprego (%) | Dívida Externa/PIB (%) |
|---------------------------|------------|-------------------------------|-----------------------|----------------|------------------------|
| Bósnia-Herzegóvina | 4.590.310 | 51.129 | 3.754 | ND | 43,86 |
| Croácia | 4.491.543 | 56.538 | 11.256 | 8,4 | ND |
| Eslovênia | 2.007.711 | 20.251 | 22.936 | 4,4 | ND |
| Macedônia | 2.061.315 | 25.713 | 3.703 | 33,8 | 49,6 |
| Montenegro | 684.736 | 14.026 | ND | ND | 33,04 |
| Sérvia | 10.159.046 | 88.361 | 5.383 | 13,63 | 63,48 |
| Alemanha | 82.369.548 | 356.733 | 40.162 | 7,5 | ND |
| França | 64.057.790 | 551.500 | 40.090 | 7,4 | ND |
| Itália | 58.145.321 | 301.268 | 35.585 | 6,7 | ND |

Fontes: World Bank e IBGE (2008)

Tabela 7. Informações gerais. Fonte: WORLD DATA BANK, 2008.